



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RICARDO FELIPE DA SILVA

**Avaliação da Educação do Estado de Alagoas: Uma Análise Perspectiva no
período de 2015-2020**

MACEIÓ, 2022

RICARDO FELIPE DA SILVA

Avaliação da Educação do Estado de Alagoas: Uma Análise Perspectiva no período de 2015-2020

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Ciências Economicas da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Arnóbio Cavalcanti Filho

Maceió, 2022

Catálogo na fonte Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca Central

Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S586a Silva, Ricardo Felipe da.

Avaliação da educação do Estado de Alagoas: uma análise
perspectiva no período de 2015-2020 / Ricardo Felipe da Silva.
– 2022.

102 f. : il. color.

Orientador: Arnóbio Cavalcanti Filho.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências
Econômicas)

– Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade. Maceió,
2022.

Bibliografia: f. 97-102.

1. Educação. 2. Financiamento da educação. 3.
Investimentos na educação. I. Título.

CDU: 336.531.2: 37



ANEXO II

REGULAMENTO PARA TCC DO CURSO DE ECONOMIA

ATA de Sessão Pública de Defesa de Monografia

Ao dia 03 do mês de fevereiro, do ano 2022 às 14 horas, realizou-se de forma virtual: <https://meet.google.com/umy-yxtm-ojz?hs=224>, a sessão de defesa pública da monografia: **Avaliação da Educação do Estado de Alagoas: uma análise perspectiva (2015-2020)**, elaborada pelo(a) aluno(a) **Ricardo Felipe da Silva** de matrícula **15211294**.

A banca examinadora foi composta pelos professores: Arnóbio Cavalcanti Filho (Orientador); **Dilson José de Sena Pereira** (Avaliador 1); **Reynaldo Rubem Ferreira Junior** (Avaliador 2); e deu início aos trabalhos às 14 horas. Após o aluno ter apresentado e respondido às questões formuladas, por cada um dos membros da banca, estes reuniram-se reservadamente para fazer o julgamento.

O presidente anunciou aos presentes o seguinte parecer:

- Aprovado (X)
- Aprovado com Revisão ()
- Reprovado ()

Com as notas apresentadas pela banca: 8,0; 8,0; 8,0, com a média de 8,0

Nada mais havendo a discutir, a sessão de defesa de monografia foi encerrada e lavrada a presente Ata, sendo assinada pelos representantes da banca.

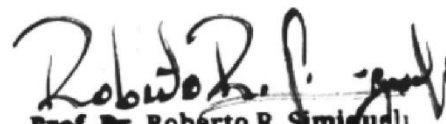
Maceió, 03 de fever de 2022



(Orientador);


(Avaliador 1);


(Avaliador 2);



Prof. Dr. Roberto R. Simielli
Coordenador de Graduação em Ciências Econômicas
Suplente UAB 12
Coordenador do Curso de Economia

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, pois sem ele nada é possível na nossa vida. Em segundo lugar a todos meus familiares e amigos que estiveram presentes durante toda minha jornada universitária, graças a eles tive o apoio e incentivo necessários para continuar, em especial minha namorada Lavinia Mendes por sempre me ajudar a alcançar meus objetivos. Quero expressar também agradecimentos aos meus gestores durante os estágios que fiz no setor público, eles foram essenciais para que surgisse meu interesse nessa área, os ensinamentos de cada um deles levarei comigo para toda vida. Por fim gostaria de agradecer ao meu orientador Professor Arnóbio Cavalcante por seu apoio na orientação desse trabalho.

RESUMO

A educação é importante na formação social dos indivíduos, contribuindo para a promoção do bem comum. Os Estados, Municípios e Distrito Federal tem o dever de fornecê-la a população. Para tanto, parte da receita de arrecadação dos impostos precisa ser usada para o financiamento da educação. O Brasil apresenta vários problemas educacionais que nos últimos anos estão sendo mitigados por conta do maior investimento educacional. Historicamente Alagoas apresentava os indicadores educacionais mais baixos de todo país. Realidade essa que passou a mudar nos últimos seis anos. A mudança desse paradigma foi possível graças ao maior investimento na educação do Estado. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 2019 apontou para uma melhora expressiva em algumas etapas da educação básica, além disso outras modalidades como a educação especial passaram a receber maior atenção. Contudo outras modalidades e etapas apresentam ainda resultados que estão abaixo do esperado necessitando de maior atenção.

Palavras Chaves: Financiamento, Educação, Investimentos na Educação.

ABSTRACT

Education is important in the social formation of individuals, contributing to the promotion of the common interest. The Federal States, Municipalities and the Federal District have the duty to provide it to the population. For this, part of the revenue from tax collection must be used to finance education. Brazil has several educational problems that in recent years have been mitigated due to greater investment in education. Historically, Alagoas had the lowest educational indicators in the entire country. This reality has changed in the last six years. The change in this paradigm was possible thanks to greater investment in education in the Federal State. In 2019 Basic Education Development Index pointed to a significant improvement in some stages of basic education, in addition to other modalities such as special education started to receive greater attention. However, other forms and steps still show that they are below expectations and need more attention.

Keywords: Education, Investment, Financing.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Repasse de recursos do FUNDEB para o Nordeste em 2020.

Tabela 2 – Taxa de escolarização de alagoana por faixa etária 2016-2019.

Tabela 3 – Gerências Regionais de Alagoas.

Tabela 4 – Número de escolas públicas e privadas em Alagoas de 2015 a 2020.

Tabela 5 – Número de escolas públicas e privadas por etapa de ensino em Alagoas (2015-2020).

Tabela 6 – Número de escolas públicas e privadas por dependência administrativa em Alagoas (2015-2020).

Tabela 7 – Número de escolas públicas que oferecem ensino em tempo integral no Estado de Alagoas, por município em 2019.

Tabela 8 – Número de professores por dependência administrativa nas instituições de ensino alagoanas (2015-2020).

Tabela 9 – Número de matrículas em Alagoas por dependência administrativa (2015-2020).

Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica previsto e realizado em Alagoas (2015-2019)

Tabela 11 – Número de instituições de ensino superior em Alagoas, por categoria administrativa (2019).

Tabela 11 – Número de matrículas nas instituições de ensino superior em Alagoas, por categoria administrativa (2015-2019).

Tabela 12 – Número de alunos concluintes do ensino superior em Alagoas, por categoria administrativa (2015-2019).

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Investimento público direto em educação por aluno da educação infantil em Alagoas.

Gráfico 2 – Investimento público direto em educação por aluno do ensino fundamental em Alagoas.

Gráfico 3 – Investimento público direto em educação por aluno do ensino médio em Alagoas.

Gráfico 4 – Investimento público direto em educação por aluno da educação especial em Alagoas.

Gráfico 5 – Investimento público direto em educação por aluno da educação de jovens e adultos em Alagoas.

Gráfico 6 – Investimento público direto em educação por aluno do ensino profissional em Alagoas.

Gráfico 7 – Investimento público direto em educação por aluno da educação superior em Alagoas.

Gráfico 8 – Despesas empenhadas e pagas da educação em Alagoas (Valores em milhares R\$).

Gráfico 9 – Receitas da educação em Alagoas de 2015 a 2020.

Gráfico 10 – Repasse comparativo dos recursos do FUNDEB para Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Gráfico 11 – Despesas estaduais com educação em Alagoas.

Gráfico 12 – Gastos totais por etapa educacional em Alagoas de 2015-2020.

Gráfico 13 – Porcentagem de gastos da educação pública de Alagoas em proporção ao PIB de 2015 a 2019.

Gráfico 14 – Taxa de alfabetização da população alagoana com 15 de idade anos ou mais.

Gráfico 15 – Número médio de anos de estudo da população alagoana de 18 a 29 anos de idade.

Gráfico 16 – Número médio de anos de estudo da população alagoana de 18 a 29 anos de idade, por sexo.

Gráfico 17 – Número médio de anos de estudo da população alagoana de 18 a 29 anos de idade nos anos, por cor ou raça.

Gráfico 18 – Infraestrutura das instituições de ensino público de Alagoas.

Gráfico 19 – Percentual das instituições de ensino público de Alagoas que possuem acesso à internet.

Gráfico 20 – Número de computadores nas escolas da rede pública de Alagoas.

Gráfico 21 – Taxa de aprovação dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental de Alagoas.

Gráfico 22 – Taxa de aprovação dos alunos dos anos finais do ensino fundamental de Alagoas.

Gráfico 23 – Taxa de aprovação dos alunos do ensino médio de Alagoas.

Gráfico 24 – Taxa de reprovação dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental de Alagoas.

Gráfico 25 – Taxa de reprovação dos alunos dos anos finais do ensino fundamental de Alagoas.

Gráfico 26 – Taxa de reprovação dos alunos do ensino médio de Alagoas.

Gráfico 27 – Taxa de abandono dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental de Alagoas.

Gráfico 28 – Taxa de abandono dos alunos dos anos finais do ensino fundamental de Alagoas.

Gráfico 29 – Taxa de abandono dos alunos do ensino médio de Alagoas.

Gráfico 30 – Taxa de distorção idade-série dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental de Alagoas.

Gráfico 31 – Taxa de distorção idade-série dos alunos dos anos finais do ensino fundamental de Alagoas.

Gráfico 32 – Taxa de distorção idade-série dos alunos do ensino médio de Alagoas.

Gráfico 33– IDEB dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental de Alagoas.

Gráfico 34 – IDEB dos alunos dos anos finais do ensino fundamental de Alagoas.

Gráfico 35 – IDEB dos alunos do ensino médio de Alagoas.

Gráfico 36 – Grau de formação dos docentes das instituições públicas de ensino superior de Alagoas.

Gráfico 37 – Número de docentes das instituições de ensino superior públicas de Alagoas, por dependência administrativa.

Gráfico 38 – Número de alunos concluintes das instituições públicas de ensino superior em Alagoas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Transferências de Arrecadação e Financiamento na Educação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.2 METODOLOGIA.....	14
1.3 OBJETIVOS.....	14
2. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	15
2.1 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	16
2.2 COTA-PARTE SALÁRIO EDUCAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL	18
2.3 CONVÊNIOS	19
2.4 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS	19
2.5 RECURSOS ORDINÁRIOS.....	20
2.6 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	20
2.7 PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR	21
2.8 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	22
2.9 INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO POR ALUNO	22
2.10 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA EDUCAÇÃO EM ALAGOAS DE 2015-2020	29
2.11 RECEITAS DA EDUCAÇÃO EM ALAGOAS DE 2015-2020	30
2.12 REPASSE COMPARATIVO DAS RECEITAS DO FUNDEB.....	31
2.13 DESPESAS DA EDUCAÇÃO EM ALAGOAS DE 2015-2020.....	33
2.14 GASTOS DE PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO EM PROPORÇÃO AO PIB.....	35
3. PROGRAMAS E PROJETOS PARA OS ESTADOS E MUNICÍPIOS.....	37
3.1 CAMINHO DA ESCOLA.....	37
3.2 BRASIL CARINHOSO.....	38
3.3 FORMAÇÃO PELA ESCOLA	39
3.4 PROGRAMAS DO LIVRO	39
3.5 PROGRAMA NACIONAL DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO	40
3.6 PROGRAMA BANDA LARGA NAS ESCOLAS.....	40
3.7 PROINFÂNCIA	41
3.8 PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS	41
4. PROGRAMAS E PROJETOS DO ESTADO DE ALAGOAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	42
4.1 ENSINO INTEGRAL	42
4.2 ESCOLA 10.....	42
4.3 SAÚDE NA ESCOLA	43
4.4 ESCOLA DA HORA	43
4.5 ESCOLA WEB.....	43
4.6 VEM QUE DÁ TEMPO.....	44

4.7 CRIANÇA ALFABETIZADA.....	44
5. CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE ALAGOAS: ANÁLISE COMPARATIVA 2015-2020	44
5.1 TAXA DE ALFABETIZAÇÃO.....	45
5.2 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO	48
5.3 NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDO	50
5.4 GERÊNCIAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO EM ALAGOAS	53
5.5 NÚMERO DE ESCOLAS.....	55
5.6 INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ALAGOAS	60
5.7 NÚMERO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ALAGOAS.....	62
5.8 NÚMERO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ALAGOAS.....	63
5.9 TAXAS DE RENDIMENTO E MOVIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	66
5.10 TAXA DE APROVAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL EM ALAGOAS.....	67
5.11 TAXA DE APROVAÇÃO ENSINO MÉDIO EM ALAGOAS	69
5.12 TAXA DE REPROVAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL EM ALAGOAS	70
5.13 TAXA DE REPROVAÇÃO ENSINO MÉDIO EM ALAGOAS.....	72
5.14 TAXA DE ABANDONO ENSINO FUNDAMENTAL EM ALAGOAS.....	73
5.15 TAXA DE ABANDONO ENSINO MÉDIO EM ALAGOAS	75
5.16 TAXAS DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE.....	76
5.17 TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE ENSINO FUNDAMENTAL EM ALAGOAS	78
5.18 TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE ENSINO MÉDIO EM ALAGOAS	80
6. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	81
6.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ALAGOAS ...	83
7. CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM ALAGOAS	87
7.1 NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ALAGOAS	87
7.2 MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR EM ALAGOAS	88
7.3 NÚMERO DE DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR.....	90
7.4 NÚMERO DE CONCLUINTES NO ENSINO SUPERIOR EM ALAGOAS.....	92
8. CONCLUSÃO.....	95
9. REFERÊNCIAS.....	97

1.INTRODUÇÃO

No início da década de 1930, a educação brasileira passou a ser mais bem organizada, após a revolução e a chegada de Getúlio Vargas a presidência do Brasil. Nesse período houve uma intensificação do processo de industrialização, que acelerou o êxodo rural. Até aquele momento a educação não era vista como um problema social, apenas as elites tinham acesso ao ensino e o restante da população, que em sua maioria estava localizada em áreas rurais, não via significado na escolarização. Contudo devido as mudanças políticas e econômicas que provocaram importantes mudanças sociais, isso fez com que a educação viesse a ter maior importância.

Em 1932 um grupo de educadores lança o Manifesto dos Pioneiros da Educação, cujo objetivo era a reconstrução educacional brasileira. Nesse manifesto eles denunciam os problemas aos quais a educação do país enfrenta. Devido a essa pressão por parte destes educadores e com a promulgação da Constituição de 1934, foi definido o primeiro Plano Nacional de Educação – PNE, porém ele foi descontinuado devido ao golpe de estado que ocorreu três anos depois de sua elaboração. A situação ficou ainda mais difícil devido a criação de uma nova constituição onde as perspectivas de mudança da educação brasileira foram abandonadas.

Anos depois foi estabelecida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/1961, estabeleceu um novo Plano Nacional de Educação formulado pelo Ministério da Educação e aprovado pelo Conselho Federal de Educação, que não se constituiu em lei, sendo então rejeitado devido ao golpe militar em 1964.

Anos depois com a promulgação da Constituição Federal de 1988 houve a possibilidade que os Planos de Educação se tornassem lei. Nela a educação é colocada como um direito de todos e que deverá ser ‘promovida’ e ‘incentivada’ com a colaboração da sociedade, buscando alcançar o desenvolvimento pleno da pessoa, com o objetivo de preparar o indivíduo para exercer a cidadania e se qualificar para inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205). Essa garantia da educação como direito de todos é feita através da obrigação do Estado de ofertá-la a população.

Durante anos Alagoas esteve entre os Estados da região Nordeste com os mais baixos indicadores educacionais. Contudo nos últimos anos houve um esforço do governo estadual para reverter esse quadro. Baseando-se nas diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação foi elaborado o Plano Estadual da Educação de Alagoas, onde por meio de um diagnóstico da realidade social, econômica e educacional foram implantados um conjunto de metas que deveriam ser cumpridas ao longo de dez anos. O objetivo reside em melhorar a qualidade do ensino e mitigar as desigualdades econômicas e sociais da população alagoana.

1.2 METODOLOGIA

A metodologia adotada para a elaboração desse trabalho foi a pesquisa descritiva. Segundo Silveira e Córdova (2009, p. 37), “esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” (apud Triviños, 1987, p. 112). As fontes dados primárias foram os portais e plataformas como: Portal da Transparência Estadual e Federal, Ministério da Educação, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Com relação as fontes de dados secundárias as informações foram obtidas de outros trabalhos relacionados ao financiamento da educação.

1.3 OBJETIVOS

O trabalho visa apresentar os principais instrumentos para o financiamento da educação no Brasil, com maior ênfase em Alagoas. Para tanto serão analisados o investimento em educação feito pelo Estado, as receitas e despesas com educação, como também os principais indicadores de qualidade educacional. Saber o resultado trazido por esse investimento é de suma importância, visto que, dessa forma é possível analisar em que pontos haverá a necessidade de maior atenção e manter ou evoluir ainda mais o que está apresentando resultados satisfatórios.

2.FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

O financiamento da educação pública brasileira passou por vários altos e baixos no decorrer da sua história, tendo a insuficiência de recursos como o principal problema no sentido de atender plenamente as demandas da população. A história do financiamento da educação pode ser dividida em três fases:

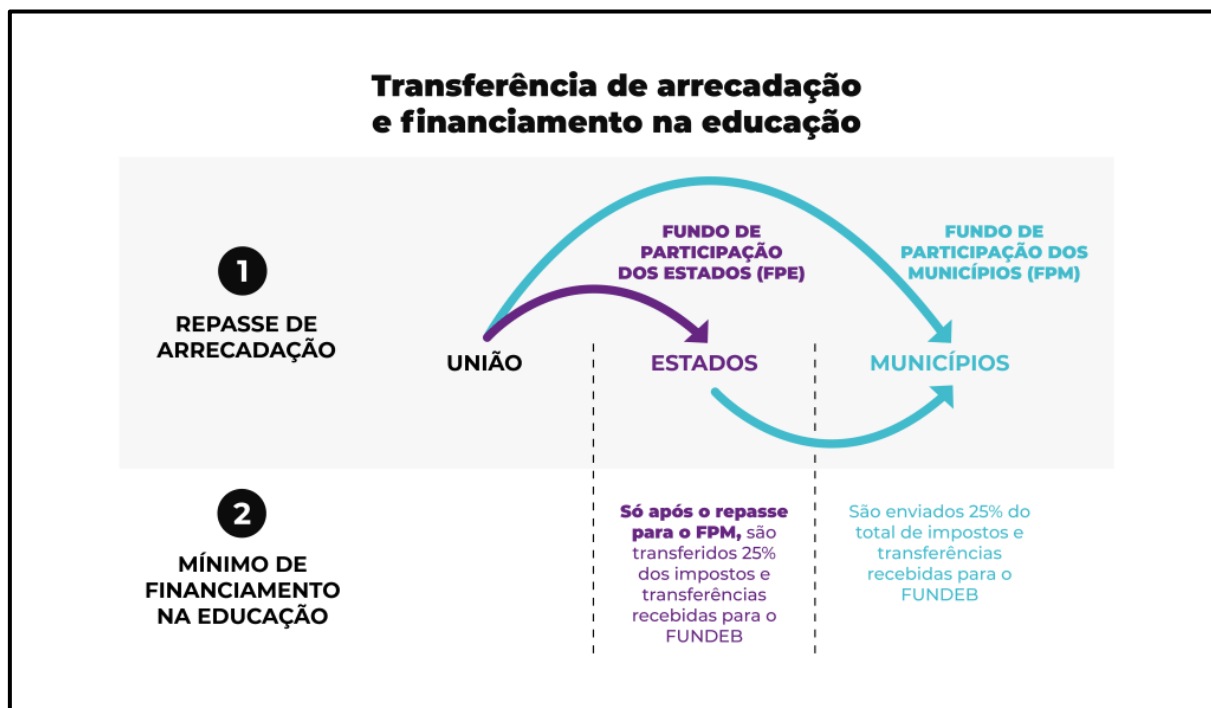
Na primeira, de 1549 a 1759, o Estado delegou aos jesuítas a exclusividade do exercício do magistério público no país. Na segunda, que vai da expulsão dessa ordem religiosa até o fim da república velha, viveu-se um momento em que, ou se buscaram fontes autônomas de financiamento da educação (como o subsídio literário), ou se previam nas dotações orçamentárias os recursos para o ensino. Na terceira, que se iniciou com a Constituição Federal (CF) de 1934 e perdura até hoje, apesar das interrupções nos períodos ditatoriais, define-se, como principal mecanismo, a vinculação de um percentual mínimo de recursos tributários para o financiamento da educação (PINTO, 2006, p. 24).

A educação pública é financiada através dos recursos que forem repassados pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, visando oferecer a população uma educação de qualidade (BRASIL, 1988, Art. 211).

A União tem a obrigação de aplicar anualmente recursos na educação em um percentual nunca menos que 18% e os Estados, Distrito Federal e Municípios nunca menos que 25% das receitas que são resultantes dos impostos e transferências constitucionais. Tendo como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário educação (BRASIL, 1988, Art. 212). Na emenda constitucional nº 53 de 2006, essa contribuição também foi ampliada para outras etapas de ensino.

Os repasses obrigatórios são feitos inicialmente para os fundos de participação de Estados e Municípios e posteriormente dos Estados para os Municípios. Isso é feito para que não ocorra dupla contabilização. A figura 1 mostra como ocorrem esses repasses

Figura 1 - Transferências de Arrecadação e Financiamento na Educação.



Fonte: Instituto de Estudos Socioeconômicos.

Os recursos transferidos são destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), conforme o que está disposto no artigo 212 da Constituição Federal, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB).

As atividades suplementares, que são relacionadas a alimentação, fardamento escolar e dinheiro direto na escola são financiados através de outros recursos administrados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com recursos de diversas fontes, como por exemplo do Salário-Educação, recolhido pela União, que repassa uma parte desses recursos para os Estados e Municípios.

2.1 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Instituído em 2007 substituindo o antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), cuja vigência foi até

31 de dezembro de 2006, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (FUNDEB) é um instrumento contábil que atualmente é utilizado para o financiamento da educação pública no âmbito estadual.

A origem dos recursos desse fundo são os impostos e transferências vinculados à educação provenientes dos Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo composto por 25% (vinte por cento) das receitas desses impostos e transferências de acordo com os critérios que estão dispostos no artigo 212 da Constituição Federal.

Esses recursos são utilizados para aplicação exclusiva na manutenção e no desenvolvimento da educação básica da rede pública de ensino. A partir de 2021 o FUNDEB se tornou permanente conforme a regulamentação da Lei nº 14.113, de dezembro de 2020.

Além das fontes de receita de impostos e das transferências constitucionais, integram também a composição do FUNDEB os recursos que são provenientes da União a título de complementação aos Estados que não atingiram o valor mínimo por aluno/ano definido nacionalmente ou que efetivaram o que foi proposto para a melhoria da gestão e alcançaram a evolução dos indicadores a serem definidos sobre atendimento e melhoria de aprendizagem com a redução das desigualdades educacionais. São distribuídos de forma automática, sem a necessidade de autorização prévia ou convênios para esse fim, eles são creditados de forma periódica, mediante crédito na conta específica de cada governo estadual e municipal.

O critério usado para a distribuição se dá com base no número de alunos que estão matriculados na educação básica da rede pública, essa informação é obtida através do Censo Escolar realizado a cada ano, sendo assim computados os estudantes que estão matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, os Municípios recebem os recursos do FUNDEB com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental e os Estados com base nos alunos do ensino fundamental e médio.

2.2 COTA-PARTE SALÁRIO EDUCAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL

O Salário-Educação é uma contribuição social que tem como objetivo destinar recursos para o financiamento de programas, projetos e ações visando o fortalecimento da educação básica da rede pública, conforme o que está previsto na Constituição Federal de 1988 onde é dito que a educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do Salário-Educação, que será recolhida pelas empresas na forma da lei (BRASIL, 1988, Art. 212).

Eles são repartidos na forma de quotas, cujos destinatários são a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal. A repartição funciona da seguinte forma: cerca de 10% da arrecadação líquida fica com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ao qual é usado para financiar projetos, programas e ações destinadas à educação básica.

Os 90% restantes são divididos em forma de quotas e são disponibilizados aos entes federativos. A quota federal recebe 1/3 dos recursos gerados em todas as unidades federativas, sendo mantido no FNDE, que por sua vez os aplica para o financiamento de projetos, programas e ações destinadas a educação básica, com o objetivo de diminuir as desigualdades socioeducacionais presentes nas regiões brasileiras.

As quotas que ficam com os Estados e Municípios correspondem a 2/3 dos recursos gerados por Estado, sendo creditados de forma automática e mensalmente nas contas bancárias das secretarias de educação dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

2.3 CONVÊNIOS

De acordo com o Decreto nº 6.170/2007, os convênios são acordos feitos entre a União e os Estados, ou as organizações governamentais e privadas, com o objetivo de transferir recursos que deverão ser utilizados na execução de um objetivo comum (Brasil, 2007).

O objetivo comum, ou objeto, é o produto do convênio. Podendo este ser a realização de um projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou um evento que seja de interesse mútuo. As partes envolvidas são chamados de partícipes são elas: o concedente e o convenente. O concedente é o órgão que repassa o recurso para que o convênio seja executado.

Com respeito ao convenente ele é quem irá receber o recurso necessário para a execução do que foi acordado no convênio. Os dois lados possuem obrigações que devem ser cumpridas estritamente. Da parte concedente há a obrigação de repassar o devido recurso e por parte do convenente ele deverá aplicar o que foi repassado de acordo com o que foi celebrado no convênio.

2.4 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Os Estados, os municípios e o Distrito Federal podem contratar operações de crédito junto a instituições financeiras nacionais ou internacionais, para isso é necessário enviar ao Ministério da Economia um pedido de verificação de limites e condições (VPL), de acordo com o que está presente nas Resoluções do Senado Federal 40/2001 e 43/2001 que estabelecem as operações de crédito interno e externo (Brasil, 2001).

Além disso deverá observar o que está disposto no artigo 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) onde o ente interessado nessa operação irá formalizar seu pleito com suas necessidades, embasado em critérios técnicos e jurídicos, após análise essa operação será concedido ou não (Brasil, 2000).

A análise desse pedido é feita pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que pode emitir um parecer favorável ou não de acordo com as condições do ente. A tramitação é registrada no Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM).

Esse processo de contratação poderá tramitar em outros entes públicos, que podem não conceder a autorização ou encaminhar o pedido de volta à STN para que seja feita uma análise adicional. Contudo, mesmo que essa operação tenha sido apresentada em todas as instâncias, não existe a certeza de que a contratação se realizará, visto que o solicitante pode desistir dessa operação.

2.5 RECURSOS ORDINÁRIOS

De acordo com o Manual Técnico do Orçamento (2017) os recursos ordinários são aqueles de livre alocação entre a origem e a aplicação dos recursos, ou seja, eles não estão vinculados a nenhum órgão ou programação orçamentária e estão disponíveis para serem aplicados, sem que haja autorização para atender qualquer finalidade, desde que ele esteja dentro do âmbito e das competências de atuação do órgão ou entidade ao qual ele pertence.

2.6 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é responsável por oferecer alimentação escolar, ações de educação alimentar e nutricional aos estudantes de todas as etapas da educação básica da rede pública. Os recursos para esse programa são repassados pelo governo federal com base nos dados fornecidos pelo Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento, os Estados, Municípios e o Distrito Federal. Os entes recebem 10 parcelas mensais para cobrir 200 dias letivos, de acordo com o número de estudantes matriculados em cada rede de ensino.

Além disso é repassado 30% do valor que é destinado ao PNAE que deverá ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, com o objetivo de

estimular o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades conforme está descrito no artigo 2º no inciso V da Lei nº 11.947/2009:

O apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos (Brasil, 2009).

Esse programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

2.7 PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR

Criado em 2004 o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) é uma transferência de recursos financeiros com o objetivo de custear as despesas relacionadas a utilização dos veículos para o transporte dos estudantes da educação básica que residem na área rural. Os valores do programa são repassados em dez parcelas anuais que são transferidos pelo governo federal diretamente aos Estados, Municípios e Distrito Federal.

O cálculo utilizado para esse repasse é feito com base no Censo Escolar do ano anterior que leva em conta o número de estudantes matriculados na rede pública de ensino que residem na área rural e dependem desse transporte para poderem se deslocar até a escola.

Os Estados podem autorizar o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a repassar o montante diretamente aos municípios mediante autorização. Se esse fato não ocorrer, eles terão que executar diretamente os recursos recebidos.

2.8 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi criado em 1995 com o objetivo de prestar assistência financeira às escolas, contribuindo assim para a manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica.

Esse programa é destinado às escolas públicas da educação básica de todas as redes de ensino, inclusive as escolas de educação especial da rede privada que são mantidas por entidades sem fins lucrativos, previamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou as demais com atendimento direto e gratuito ao público como também aos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial e continuada para os profissionais da educação básica.

De acordo com a Resolução nº 6, de 27 de fevereiro de 2018 os recursos serão repassados em duas parcelas anuais, sendo a primeira até o dia 30 de abril e a segunda até 30 de setembro de cada ano (Brasil, 2018). As escolas e os alunos da rede pública e privada de educação especial precisam estar inscritos no Censo Escolar do ano anterior e a lista de alunos dos polos da UAB deve ser informada ao FNDE pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes).

2.9 INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO POR ALUNO

Os investimentos públicos em educação são essenciais para o pleno desenvolvimento dos estudantes matriculados nas instituições de ensino da rede pública. O gasto médio é um indicador utilizado para medir o custo dos alunos de cada etapa do sistema educacional (Dicionário de Indicadores Educacionais, INEP, 2004).

Esse cálculo é feito da seguinte forma:

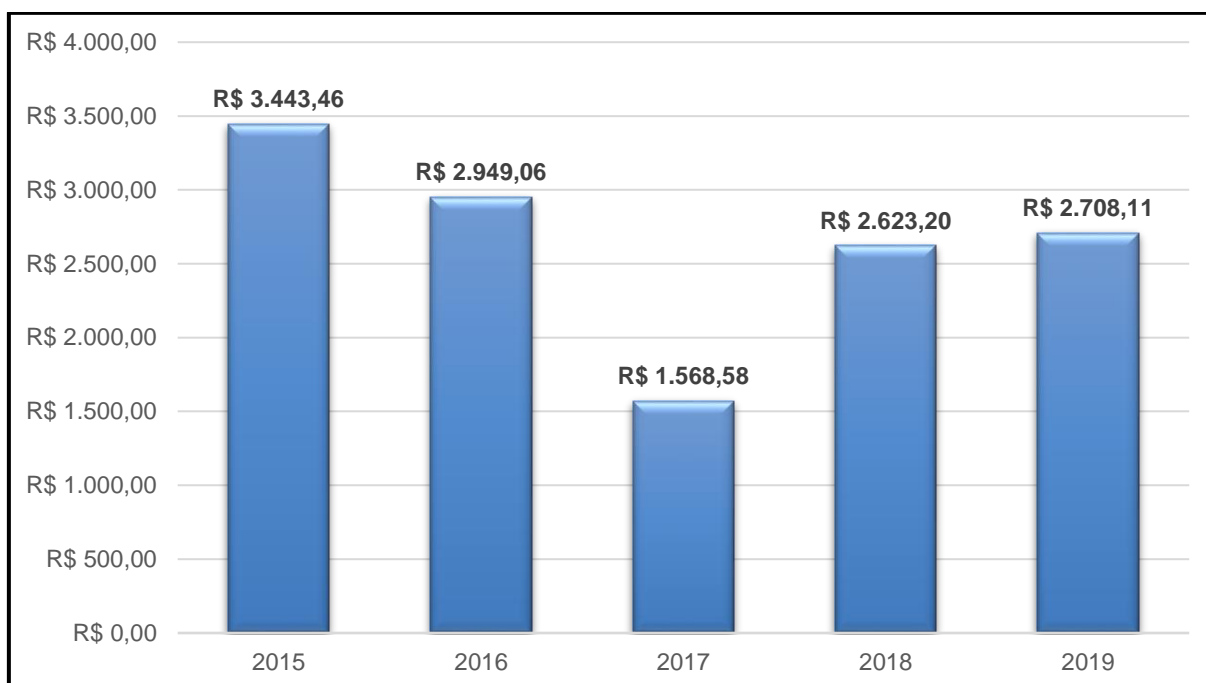
$$GMAk = \frac{k}{MATk}$$

Onde GE_k é o gasto com educação no nível de ensino k ; MAT_k corresponde ao número total de alunos matriculados no nível de ensino k por fim, k corresponde os níveis de ensino (fundamental, médio, superior etc.)

Os dados para a obtenção desse indicador foram feitos a partir dos gastos consolidados do Estado e dos Municípios alagoanos como também com base no total de alunos matriculados nas etapas: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial e ensino superior nos anos de 2015 a 2019.

Cabe destacar que as informações sobre 2020 não estão disponíveis até o presente momento, visto que, alguns Municípios não disponibilizaram esses dados. Os gráficos a seguir mostram a evolução do gasto médio por aluno das instituições de ensino que recebem recursos estaduais e municipais.

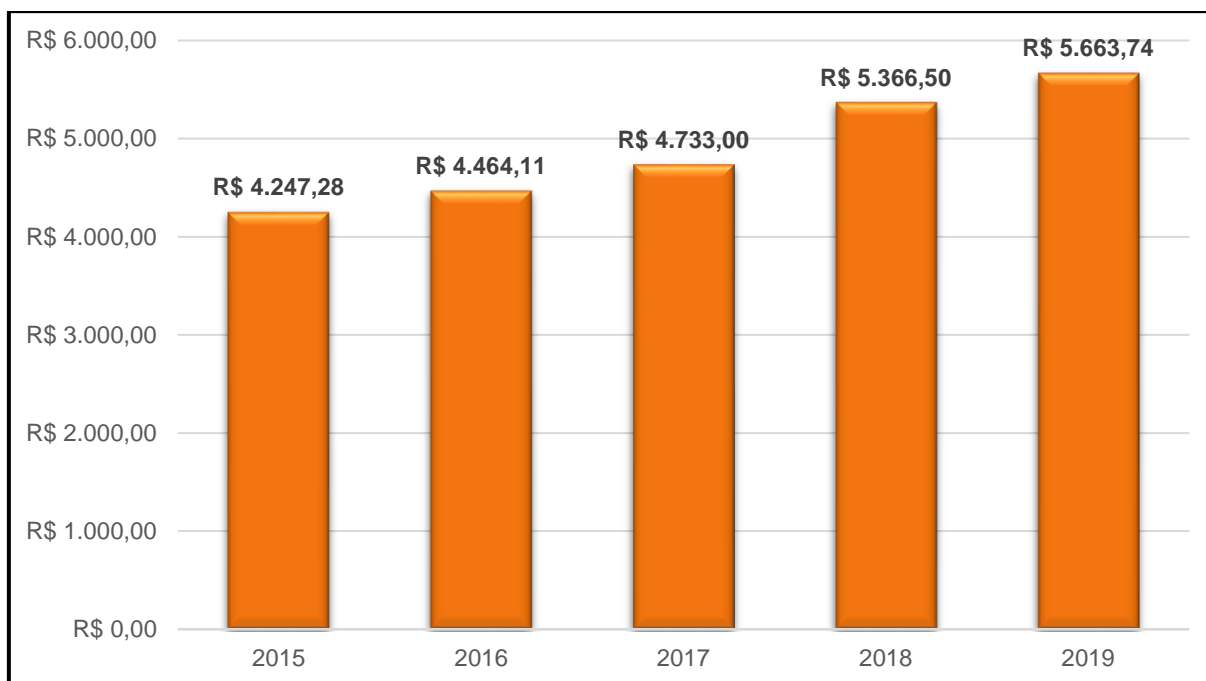
Gráfico 1 – Investimento público direto em educação por aluno da educação infantil em Alagoas.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siope e da Seplag-AL.

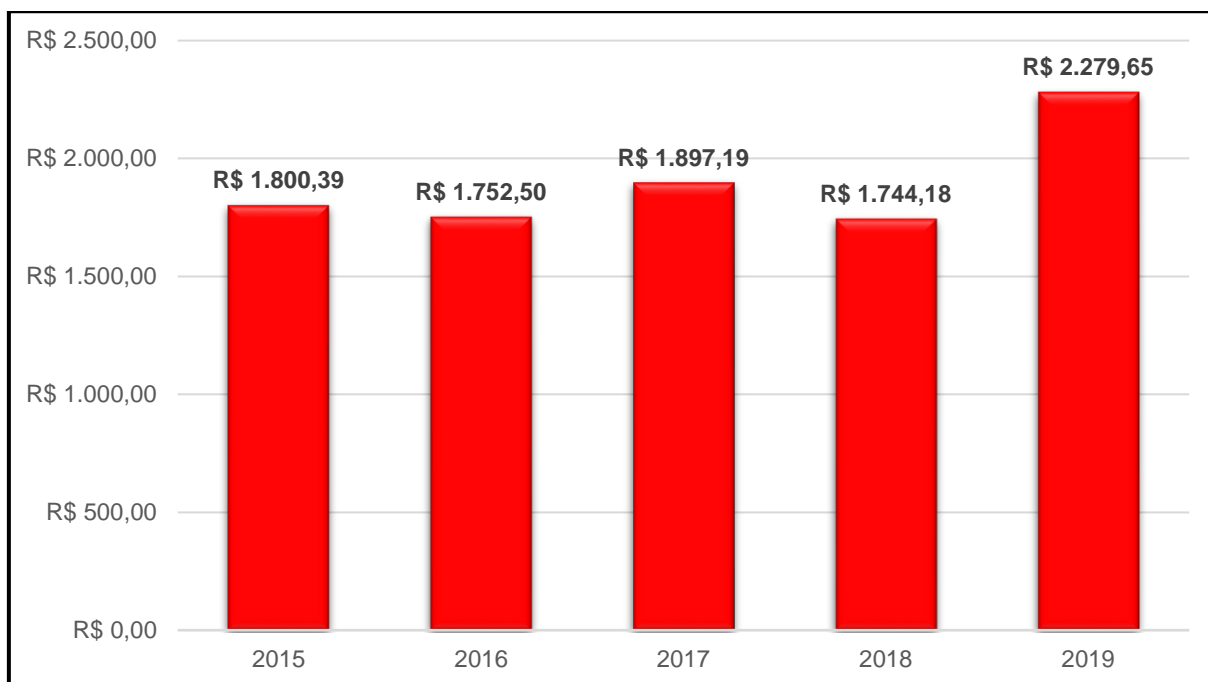
Conforme os dados presentes no gráfico 1, durante o período analisado os gastos com a educação infantil tiveram uma queda. Em 2015 ele era de R\$ 3.443,46 por aluno e em 2019 esse foi para R\$ 2.708,11, sendo essa uma diminuição percentual de 27,15% nesses cinco anos.

Gráfico 2 – Investimento público direto em educação por aluno do ensino fundamental em Alagoas.



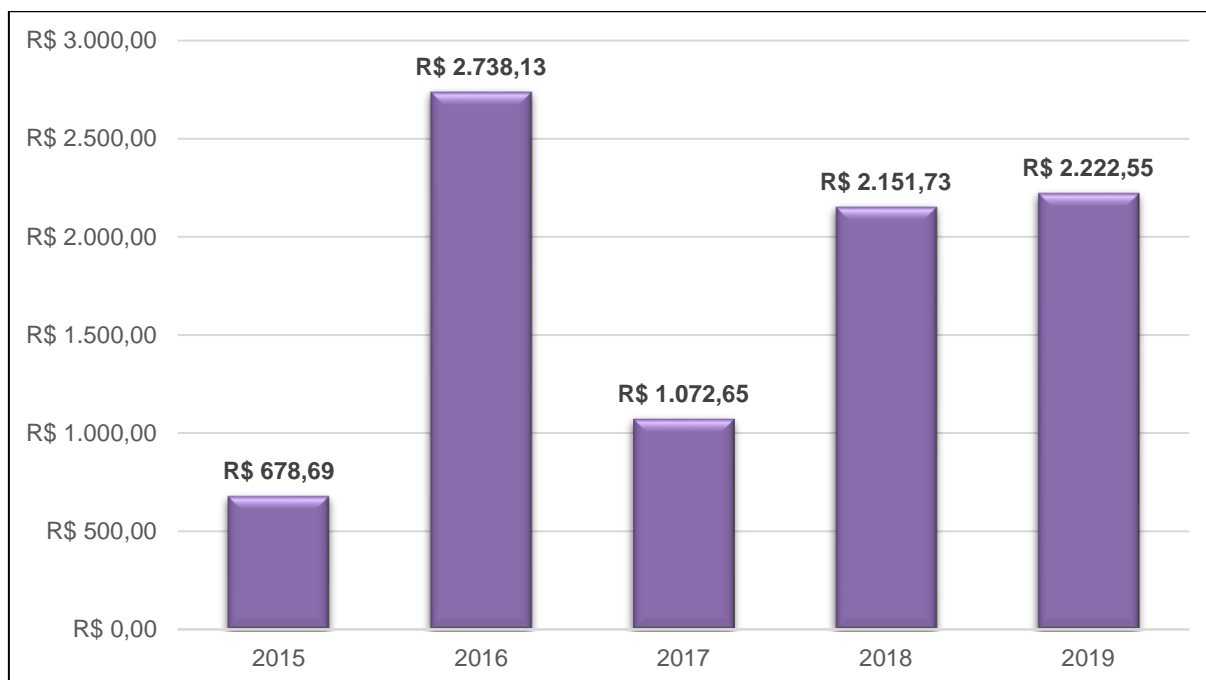
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siope e da Seplag-AL

No gráfico 2 é possível notar o crescimento do investimento público em educação nessa etapa no decorrer dos anos. Em 2015 o gasto médio por aluno do ensino fundamental era de R\$ 4.247,28 e em 2019 esse valor passou para R\$ 5.663,74, um aumento percentual de 25,01% no total. O ensino fundamental, entre as etapas da educação básica, que onde mais foi investido em média por aluno.

Gráfico 3 – Investimento público direto em educação por aluno do ensino médio em Alagoas.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siope e da Seplag-AL.

O gráfico 3 mostra que o gasto médio por aluno do ensino médio teve um aumento significativo no decorrer dos anos. Em 2015 esse gasto era de R\$ 1.800,39 por aluno e em 2019 esse valor passou para R\$ 2.279,65, um aumento percentual de 21,02%.

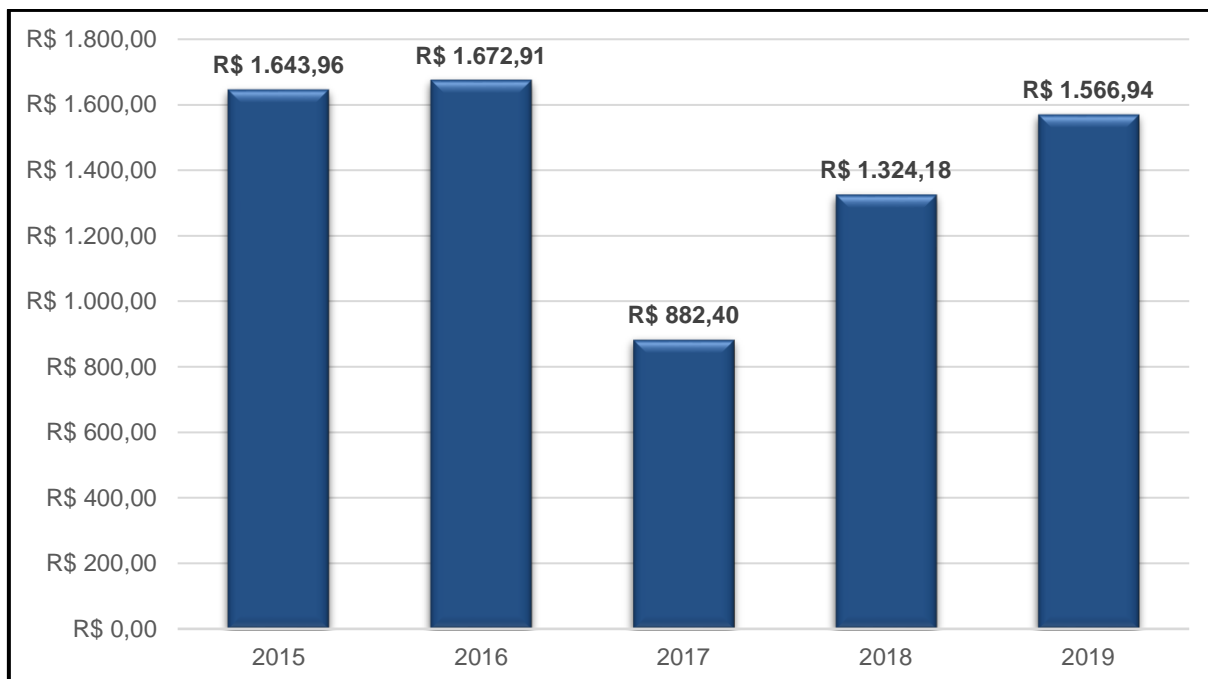
Gráfico 4 – Investimento público direto em educação por aluno da educação especial em Alagoas.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siope e da Seplag-AL

No gráfico 4 o gasto médio por aluno da educação especial era o menor entre as demais modalidades da educação ofertadas em Alagoas. No decorrer do período houve momentos em que esse gasto aumentou de forma bastante significativa, como em 2016 onde o gasto médio por aluno foi de R\$ 2.738,13.

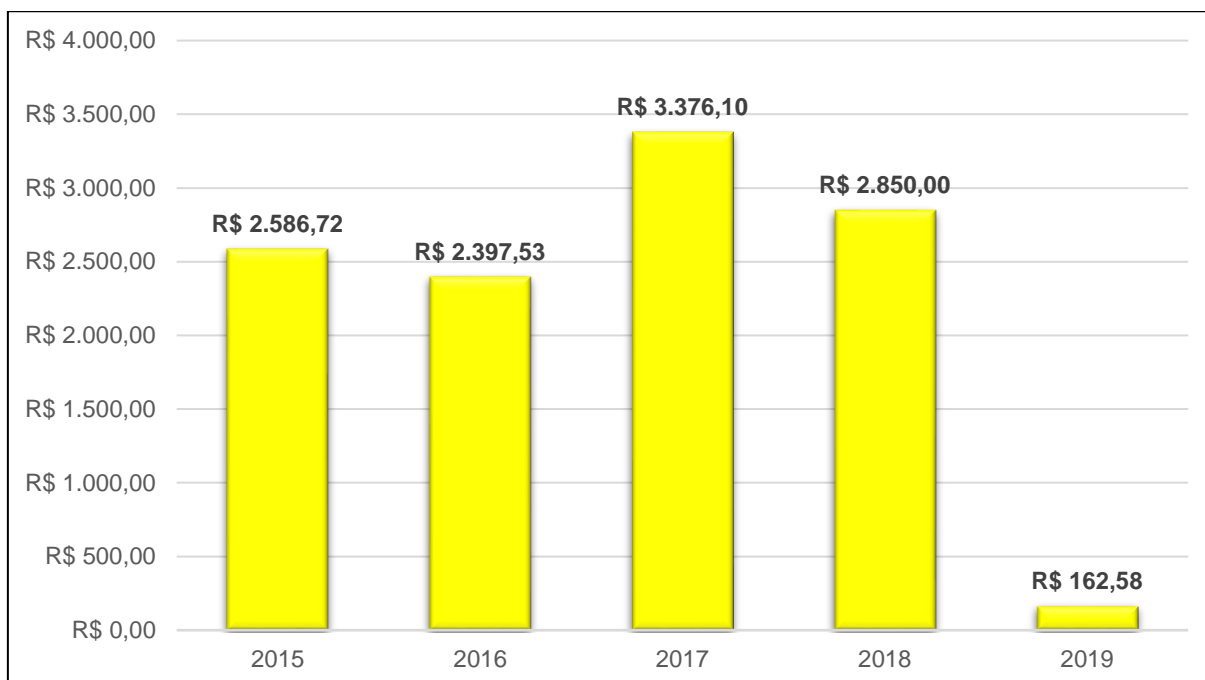
Contudo no ano seguinte esse valor mais uma vez cai, sendo gasto em média R\$ 1.072,65. A partir de 2018 esse valor se manteve estabilizado. No geral houve um aumento dos gastos por aluno de 2015 a 2019. Ele foi de 69,46%, o mais alto entre as demais, considerando que se trata de uma modalidade da educação que abrange desde a educação infantil ao ensino médio.

Gráfico 5 – Investimento público direto em educação por aluno da educação de jovens e adultos em Alagoas.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siope e da Seplag-AL

O gráfico 5 mostra o gasto médio por aluno da educação de jovens e adultos (EJA), em 2015 o valor gasto era de R\$ 1.643,96 e a partir de 2017 houve uma queda no valor gasto. No ano em questão esse gasto foi de R\$ 882,40, uma queda percentual de 86,31%. No ano de 2018 o gasto médio volta a crescer, sendo de R\$ 1.324,18 e em 2019 foi para R\$ 1.566,94, no geral houve uma queda de 4,68% no valor investido nessa modalidade.

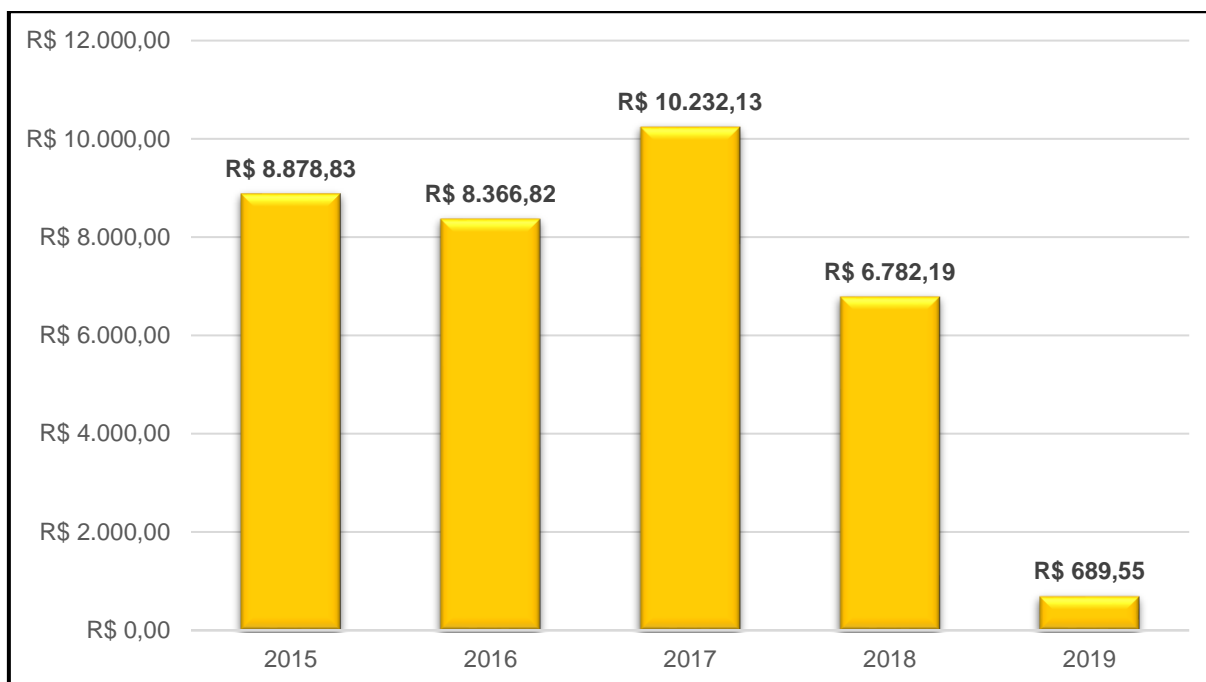
Gráfico 6 – Investimento público direto em educação por aluno do ensino profissional em Alagoas.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siope e da Seplag-AL

O gráfico 6 mostra o gasto médio por aluno matriculado na educação e formação profissional. No período analisado é possível observar uma queda entre 2015 e 2016, o gasto que era de R\$ 2.586,72 caiu para R\$ 2.397,53.

No ano de 2017 há um aumento significativo, com gasto médio passando a ser de R\$ 3.376,10, o maior de todo período. Em 2018 houve uma queda com o valor passando para R\$ 2.850,00.

Contudo em 2019 ocorre uma queda drástica desse gasto, entre 2018 e 2019 a queda foi de 1.653%, passando de R\$ 2.850,00 para apenas R\$ 162,58 por aluno. Isso ocorreu por conta da diminuição do número de alunos matriculados nessa modalidade da educação, conseqüentemente acarretando a diminuição do investimento direto por aluno.

Gráfico 7 – Investimento público direto em educação por aluno da educação superior em Alagoas.

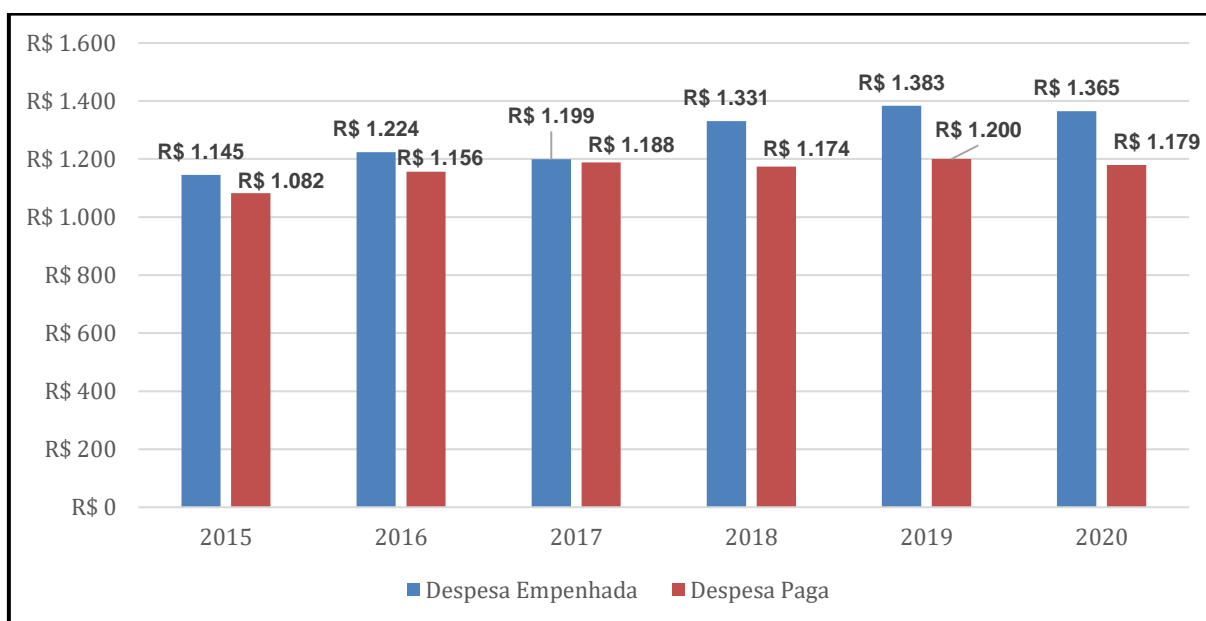
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siope e do Portal da Transparência de Alagoas.

No gráfico 7 é apresentado o gasto relacionado aos alunos matriculados nas instituições de ensino superior estadual: Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e da Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL).

Durante o período analisado, ocorre uma queda significativa no gasto médio por aluno. Em 2015 era de R\$ 8.878,83 e em 2019 ele passa a ser de R\$ 1.526,68. Acarretando uma queda percentual de 481,58%, uma das maiores dentre as demais etapas/modalidades.

2.10 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA EDUCAÇÃO EM ALAGOAS DE 2015-2020

No decorrer do período de 2015 a 2020, houve um aumento substancial no valor das despesas efetivamente pagas em relação as despesas empenhadas da educação. O gráfico a seguir mostra a relação entre as despesas empenhadas e as que foram efetivamente pagas

Gráfico 8 – Despesas empenhadas e pagas da educação em Alagoas (Valores em milhares R\$).

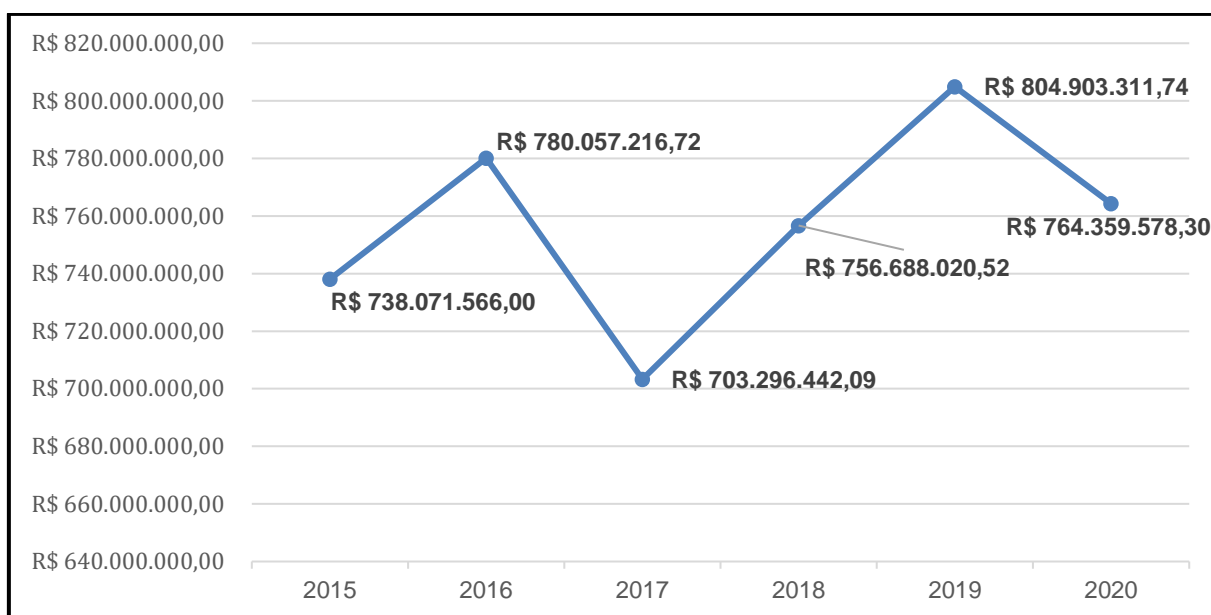
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência de Alagoas.

Conforme o gráfico 8 o total de despesas empenhadas teve um aumento, em 2015 foi empenhado no total R\$ 1.145.567.476,91 e no decorrer dos anos seguiu uma trajetória crescente, chegando a empenhar em 2020 o valor de R\$ 1.365.639.745,19. Um aumento percentual de 16,11%.

Com relação as despesas pagas houve também um crescimento. Em 2015 a despesa paga foi de R\$ 1.082.402.064,86 com esse valor aumentando no decorrer do período, pagando em 2020 um total de R\$ 1.179.504.597,38, um aumento de 8,23%.

2.11 RECEITAS DA EDUCAÇÃO EM ALAGOAS DE 2015-2020

De acordo com as informações do Portal da Transparência de Alagoas, as receitas destinadas a educação vêm crescendo nos últimos anos, mesmo que, em alguns dos anos que foram analisados haja momentos de queda. O gráfico 9 mostra a evolução das receitas destinadas a educação nos anos de 2015 a 2020

Gráfico 9 – Receitas da educação em Alagoas de 2015 a 2020.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência de Alagoas.

Em 2015 o Estado teve R\$ 738.071.566,00 de receitas destinadas a educação. No ano seguinte houve um aumento de 6% em relação a 2015, passando para R\$ 780.057.216,72. Em 2017 ocorre a maior queda de receitas no período analisado, com 10% a menos das receitas que foram recebidas no ano anterior, ficando no total com R\$ 703.296.442,09.

Em 2018 há um aumento de 8% em relação a 2017, passando para R\$ 756.688.020,52. No ano de 2019 houve a maior receita em todo o período em questão, mesmo que o valor do aumento percentual de 6% tenha sido inferior ao do ano anterior, a receita foi R\$ 804.903.311,74. Em 2020 ao contrário dos dois últimos anos houve uma queda de 5%, com a receita total sendo de R\$ 764.359.578,30.

2.12 REPASSE COMPARATIVO DAS RECEITAS DO FUNDEB

Alagoas ocupou a penúltima colocação entre os Estados da região Nordeste no quesito de repasses do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), ficando à frente apenas de Sergipe. A tabela 1 mostra o total de repasses do FUNDEB que cada estado do nordestino recebeu em 2020

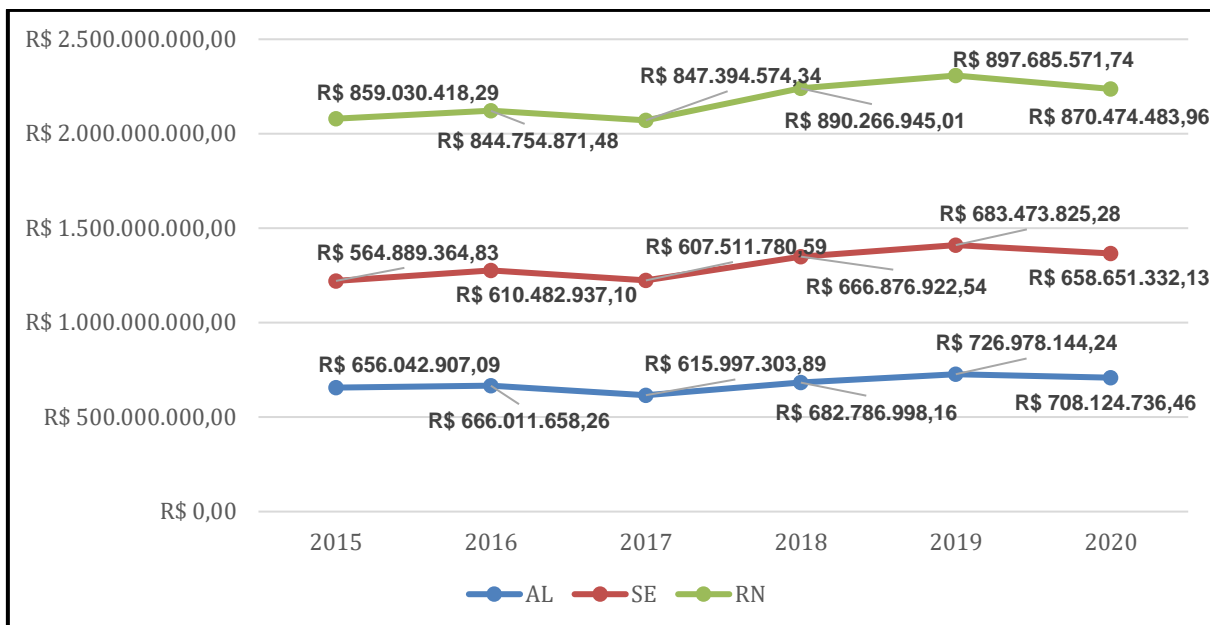
Tabela 1 – Repasse de recursos do FUNDEB para o Nordeste em 2020.

UF	Valor Consolidado
Bahia	R\$ 3.188.782.352,11
Pernambuco	R\$ 2.189.686.417,81
Ceará	R\$ 1.593.658.566,07
Maranhão	R\$ 1.394.074.269,47
Paraíba	R\$ 987.168.782,32
Piauí	R\$ 901.910.738,12
Rio Grande do Norte	R\$ 870.474.483,96
Alagoas	R\$ 708.124.736,46
Sergipe	R\$ 658.651.332,13
Total	R\$ 12.492.531.678,45

Fonte: Tesouro Nacional Transparente/Portal da Transparência de Alagoas.

Do total de R\$ 12.492.531.678,45 repassados para o Nordeste, somente 5,67% desse recurso foi para Alagoas. O Estado que mais recebeu recursos foi a Bahia com um percentual de 25,53%. O gráfico 10 mostra um comparativo dos repasses que foram recebidos nos três Estados que menos receberam recursos do FUNDEB, são eles: Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte. Os dados são dos anos de 2015 a 2020.

Gráfico 10 – Repasse comparativo dos recursos do FUNDEB para Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Tesouro Nacional Transparente/Portal da Transparência de Alagoas.

Dos três estados nordestinos analisados, Alagoas é o segundo que mais recebeu os recursos do FUNDEB. No gráfico é mostrado a evolução desses repasses no decorrer do período de 2015 a 2020.

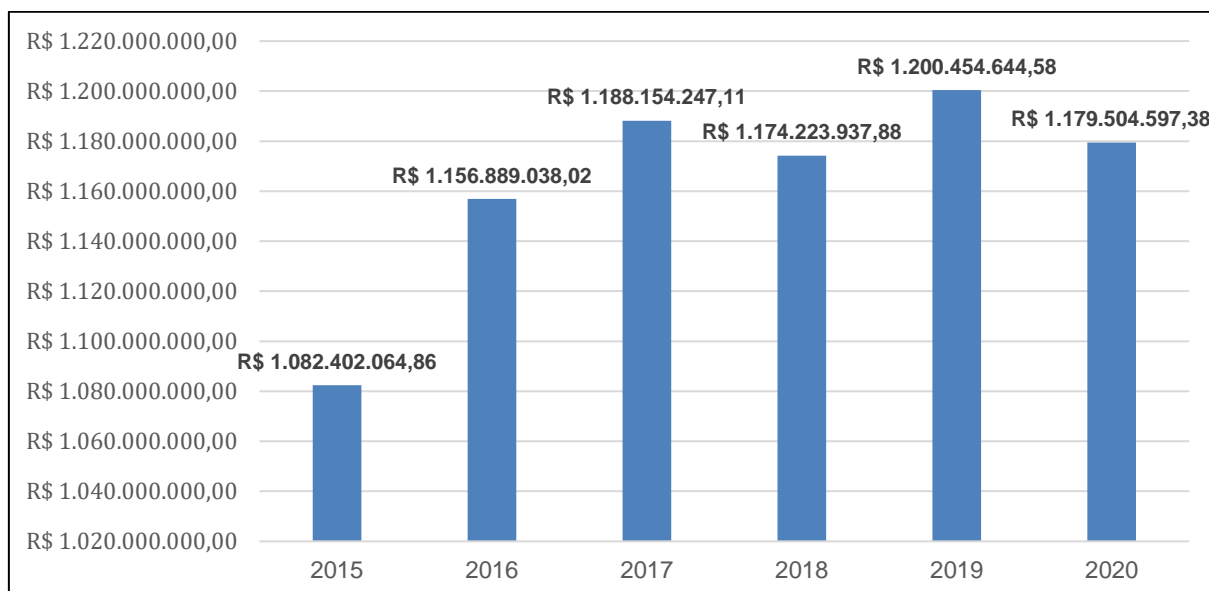
Apesar do Rio Grande do Norte ser o que mais recebeu recursos, o crescimento percentual nesse período foi de 1,33%, enquanto Alagoas e Sergipe tiveram um crescimento significativo com 7,94% e 16,60% respectivamente. Contudo os dois Estados receberam valores total bem abaixo do que foi repassado para o Rio Grande do Norte nesses seis anos.

2.13 DESPESAS DA EDUCAÇÃO EM ALAGOAS DE 2015-2020

Nos últimos anos houve um aumento considerável do valor das despesas com educação em Alagoas. O gráfico 11 mostra a evolução dessas despesas no decorrer dos anos de 2015 a 202. A base para a obtenção dessas informações foi o Portal da Transparência de Alagoas. Foram considerados todos os gastos relacionados a

educação do Estado, as despesas relacionadas ao Municípios não foram consideradas pois alguns deles não disponibilizaram os dados de 2020.

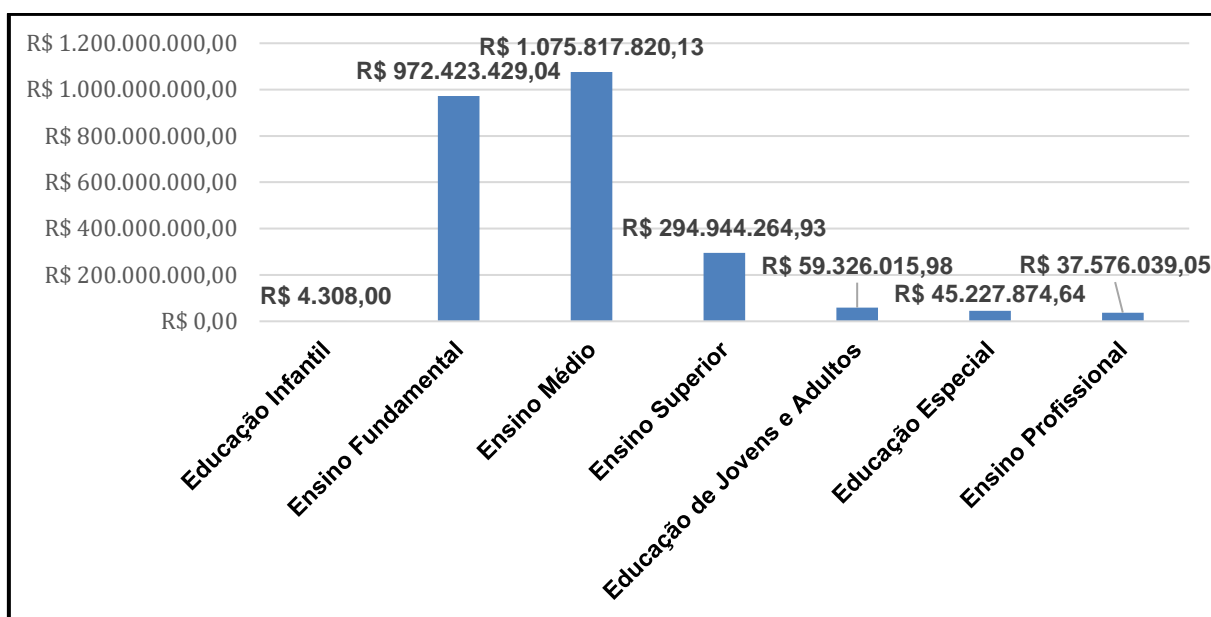
Gráfico 11 – Despesas estaduais com educação em Alagoas.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência Alagoas.

Foi gasto em 2015, R\$ 1.082.402.064,86 com educação, o equivalente a 14% dos gastos totais do Estado. A partir do ano seguinte esse valor aumentou significativamente, foram gastos R\$ 1.156.889.038,02 em 2016, cerca de 12% dos gastos totais e em 2017 houve um ligeiro aumento em relação ao ano anterior, com os gastos totalizando R\$ 1.188.154.247,11, sendo então, 12% dos gastos totais.

Em 2018 há uma queda no valor gasto, foram R\$ 13.930.309,23 a menos que no ano anterior, correspondendo também a 12% dos gastos totais. No ano de 2019 foi onde os gastos com educação foram maiores, o valor total gasto foi de R\$ 1.200.454.644,58, esse valor correspondeu a 14% dos gastos totais do estado nesse ano.

Gráfico 12 – Gastos totais por etapa educacional em Alagoas 2015-2020.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência de Alagoas.

O gráfico 12 mostra quais etapas/modalidades da educação em Alagoas tiveram os maiores gastos acumulados dos anos de 2015 a 2020. A etapa que mais teve gastos foi o ensino médio, foram R\$ 1.075.817.820,13 de valor gasto durante esses seis anos. Com relação a que teve menos gastos, foi a educação infantil, no período analisado foram gastos R\$ 4.308,00 no total.

2.14 GASTOS DE PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO EM PROPORÇÃO AO PIB

Uma das metas do Plano Estadual de Educação de Alagoas é ampliar o investimento público em educação com o objetivo de atingir, no mínimo, que 7% do Produto Interno Bruto (PIB) alagoano fosse investido em educação até 2020 e que a partir de 2021, esse investimento seja equivalente a 10% do PIB até 2025.

Por definição os gastos públicos em educação são as despesas pagas e os restos a pagar que foram pagos pelo governo estadual e municipal durante o respectivo exercício na realização de atividades educacionais em instituições públicas de ensino e pesquisa educacional em proporção ao PIB (Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação, 2020).

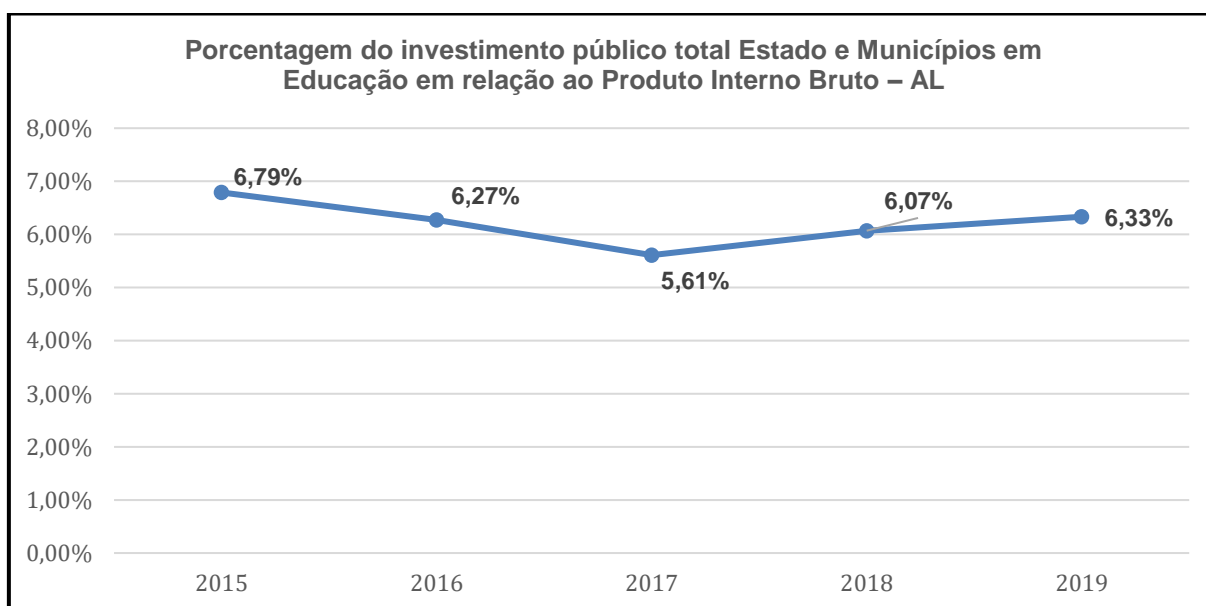
As fontes para a obtenção dos dados referentes aos gastos foram obtidas através do Portal da Transparência de Alagoas, pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e dados do Finanças do Brasil (Finbra) do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi/ STN.

A fórmula para calcular esse indicador é mostrada a seguir:

$$GEPIB = \frac{GE^{PUB}}{PIB} X 100$$

Onde GE^{PUB} é o gasto público com educação e PIB é o Produto Interno Bruto dos anos analisados. O gráfico 13 mostra o resultado desse indicador referente aos anos de 2015 a 2019

Gráfico 13 – Porcentagem de gastos da educação pública de Alagoas em proporção ao PIB de 2015 a 2019.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA/ Portal da Transparência de Alagoas/Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) /Finanças do Brasil (Finbra).

O percentual de gastos com educação em relação ao PIB no ano de 2015 era 6,79%, no ano seguinte ocorre uma queda passando para 6,27%, em 2017 há o menor percentual gasto durante o período sendo de 5,61%. Nos dois anos seguintes esse percentual volta a crescer passando para 6,07% e 6,3% respectivamente.

3. PROGRAMAS E PROJETOS PARA OS ESTADOS E MUNICÍPIOS

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE), é uma autarquia federal que foi criada por meio da Lei nº 5.537/1968, e que foi alterada em 1969 através do Decreto-Lei nº 872/1969, ela é responsável por executar as políticas públicas voltadas a educação que são expedidas pelo Ministério da Educação (MEC).

Atualmente os programas e projetos em execução são: Alimentação Escolar, Livro Didático, Dinheiro Direto na Escola, Biblioteca da Escola, Transporte do Escolar, Caminho da Escola, Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil entre outros. Além disso, o presente trabalho focará também nos programas e projetos do estado de Alagoas apresentando uma síntese de cada um deles.

3.1 CAMINHO DA ESCOLA

Conforme estudos realizados pelo MEC/FNDE com a Universidade de Brasília (UnB) – Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (Ceftru) mostraram que no Brasil mais de 4,8 milhões de estudantes da rede pública de ensino que residem na área rural dependem de transporte para se deslocar até a escola diariamente. De acordo com essas informações, haveria a necessidade de uma frota com aproximadamente 103,7 mil veículos, com cada um deles podendo levar em média 31 estudantes (MARTINS, 2011).

Devido a essa necessidade foi criado em 2009 através do decreto nº 6.798/2009, o programa caminho da escola tem como objetivo renovar, padronizar e ampliar a frota

de veículos escolares das redes municipal do Distrito Federal e estadual de educação básica pública dos demais entes federativos (Brasil, 2009).

Visando, principalmente, atender aos estudantes das áreas rurais e ribeirinhas, o programa oferece ônibus, lanchas e bicicletas adequadas às condições destas regiões. Existem três formas para que os estados, municípios e Distrito Federal possam participar do programa: através de recursos próprios, com a condição de aderir ao pregão eletrônico, por meio de assistência financeira, pelo FNDE, no âmbito do Programa de Ações Articuladas (PAR) e por meio de financiamento disponibilizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que oferece uma linha de crédito especial para aquisição dos veículos.

3.2 BRASIL CARINHOSO

Historicamente o Brasil tem problemas graves com relação ao acesso à educação básica para a população mais pobre. Buscando minimizar esse problema foi criado em 2012 o programa Brasil Carinhoso, elaborado inicialmente como uma medida provisória, mas que posteriormente foi convertido na lei nº 12.722/2012.

Esse programa consiste na transferência automática de recursos financeiros para poder custear as despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, visando contribuir para o acesso e permanência da criança na escola. Esses recursos são destinados aos alunos de zero a 48 meses que estejam matriculados em creches públicas ou que sejam conveniadas com o poder público, cujas famílias sejam beneficiárias do Bolsa Família.

As transferências de recursos para os municípios e ao Distrito Federal são realizadas em duas parcelas. Para calcular o montante devido é levado em conta 50% do valor anual mínimo por matrícula em creche pública ou conveniada, tanto as de período integral como as parciais, que é definido para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

3.3 FORMAÇÃO PELA ESCOLA

O Programa Formação pela Escola teve início em 2006, criado pela Coordenação Geral de Planejamento, é um programa de formação continuada, na modalidade a distância, cujo objetivo é contribuir para o fortalecimento da atuação dos agentes e parceiros envolvidos com a execução, monitoramento, avaliação, prestação de contas e o controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica.

São oferecidas duas modalidades de cursos, podendo eles serem com tutoria, onde é disponibilizado um tutor para orientar e acompanhar a trajetória pedagógica dos estudantes como também dos cursos sem tutoria que são realizados sem o acompanhamento de tutores. Em ambas as modalidades o estudante tem acesso a material didático, atividades de estudo avaliativas (cursos com tutoria) e não avaliativas (cursos sem tutoria) entre outras. Ao fim de cada um os alunos recebem um certificado de participação.

3.4 PROGRAMAS DO LIVRO

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é um conjunto de ações voltadas para a distribuição de material didático para alunos e professores da rede pública de ensino em todo país, inclusive as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos que são conveniadas com o Poder Público. O Decreto nº 9.099/2017 no artigo 2º dispõe sobre o PNLD, sendo ele utilizado com o objetivo de aprimorar o processo de aprendizagem dos estudantes das escolas públicas e contribuir para a qualidade da educação (Brasil, 2017).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE) é o responsável por operacionalizar o programa. As escolas que fazem parte do programa recebem os materiais de forma regular e gratuita. Esse programa, portanto, tem um papel

fundamental no apoio ao processo de ensino e aprendizagem dos estudantes das escolas e instituições públicas brasileiras.

3.5 PROGRAMA NACIONAL DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO

Criado em 1997 por meio da Portaria nº 522 em 09/04/1997 e posteriormente sendo reeditado por meio do Decreto nº 6.300 de 12 de dezembro de 2007 pelo Ministério da Educação, o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) tem como objetivo promover o uso da tecnologia como importante ferramenta no processo educacional dos estudantes das escolas públicas brasileiras (Brasil, 2007).

A gestão do programa é realizada por meio de uma ação conjunta entre Ministério da Educação (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O MEC, por meio das suas Secretarias (SEB e SECADI), é responsável pela formação de professores, gestão educacional, práticas pedagógicas e avaliação. O FNDE fica responsável pela infraestrutura e recursos pedagógicos.

3.6 PROGRAMA BANDA LARGA NAS ESCOLAS

O Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE) foi criado em 2008 pelo governo federal com o objetivo de fornecer internet para todas as escolas públicas urbanas dos níveis fundamental e médio que participam dos programas E-Tec Brasil, como também das instituições públicas de apoio à formação de professores.

3.7 PROINFÂNCIA

O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) foi criado em 2007 pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, esse programa faz parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o objetivo de garantir tanto o acesso de crianças as creches e escolas como também melhorar a estrutura física das escolas da educação infantil pública (Brasil, 2007).

Para poder se beneficiar do programa, o município precisa elaborar o Plano de Ações Articuladas (PAR) partindo do diagnóstico da sua situação educacional e enviar a documentação exigida indicando suas necessidades. O proinfância atua em dois eixos: construção de creches e pré-escolas e aquisição de móveis e equipamentos.

3.8 PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS

O Plano de Ações Articuladas (PAR) consiste em uma estratégia de assistência técnica e financeira que teve início com o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, cuja instituição se deu através do Decreto nº 6.904, 24 de abril de 2007, com fundamento no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O objetivo desse plano é oferecer aos estados, municípios e Distrito Federal uma forma de poder elaborar um diagnóstico adequado da situação da educação e assim planejar políticas educacionais para a melhora da rede pública de ensino (Brasil, 2007).

Essa estratégia de planejamento plurianual tem como objetivo desenvolver ações que irão contribuir para a ampliação da oferta, permanência e a melhoria das condições escolares, auxiliando no aprimoramento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O PAR tem como base quatro indicadores: gestão educacional, formação de professores e demais profissionais da educação, práticas pedagógicas e avaliativas e por fim infraestrutura física e recursos pedagógicos. Através dessas informações, o governo federal poderá priorizar as ações educacionais que são propostas pelos estados e municípios.

4. PROGRAMAS E PROJETOS DO ESTADO DE ALAGOAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Em Alagoas há programas e projetos voltados para diversas etapas e modalidades da educação. O objetivo é atender as principais necessidades dos estudantes alagoanos, buscado propiciar uma educação de qualidade. Serão apresentados a seguir os principais programas e projetos utilizados.

4.1 ENSINO INTEGRAL

O Programa Alagoano de Ensino Integral tem como objetivo garantir um melhor desenvolvimento dos estudantes alagoanos da rede pública de ensino, inicialmente o projeto atenderia 5.600 alunos de 35 escolas da rede estadual.

O estudante tem um uma carga horária de 9 horas por dia, onde ele participa de atividades do currículo tradicional de ensino e de atividades multidisciplinares buscando por meio de um diálogo direto com outras políticas públicas garantir um ambiente onde eles possam atuar criticamente e conscientemente com foco em desenvolver habilidades que serão úteis tanto para o mercado de trabalho como também para uma futura formação acadêmica.

4.2 ESCOLA 10

O programa Escola 10 foi criado com o objetivo de integrar as escolas das redes estadual e municipal de ensino buscando melhorar os indicadores educacionais para assim tornar a educação pública alagoana mais efetiva.

Através desse programa o Estado irá avaliar a qualidade do ensino público premiando os estudantes que obtiverem melhor rendimento, disponibilizar materiais de apoio para os professores, realizar um acompanhamento pedagógico que vai beneficiar 80 mil alunos através da Secretaria Estadual de Educação, Gerências Regionais e de articuladores de ensino nas Secretarias Municipais de Educação.

4.3 SAÚDE NA ESCOLA

Esse programa é voltado para os coordenadores municipais do PSE (Educação e Saúde), dos 102 municípios alagoanos, visando contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com o objetivo de ajudar no pleno desenvolvimento dos estudantes da rede pública de ensino.

4.4 ESCOLA DA HORA

O Programa Escola da Hora foi uma das principais iniciativas do governo alagoano para o fortalecimento da gestão escolar. O objetivo desse programa era descentralizar os recursos e repassá-los diretamente às escolas estaduais, para que elas tivessem maior autonomia na promoção de pequenos reparos e melhorias no seu espaço físico. Isso iria evitar a burocracia e faria com que as necessidades de cada escola fossem atendidas individualmente.

4.5 ESCOLA WEB

O Programa Escola Web é uma plataforma digital com conteúdo de aprendizagem para todas as redes de ensino do Estado. Para poder disponibilizar esse recurso foram realizados investimentos na contratação de banda larga e na manutenção dos laboratórios de informática das instituições.

Por meio de uma parceria entre a Secretaria de Educação do Estado, os institutos Inspirare e Natura e a Fundação Telefônica Vivo, a ferramenta foi customizada pela própria Secretaria de Educação a partir do Projeto Escola Digital, oferecendo acesso

a milhares de objetos de aprendizagem, como jogos, simuladores, além de aulas e livros digitais. Essa plataforma atende cerca de 42 mil docentes e quase 890 mil alunos de 3.427 escolas alagoanas.

4.6 VEM QUE DÁ TEMPO

O Programa Vem que dá Tempo tem como objetivo ajudar jovens e adultos acima de 18 anos que não conseguiram terminar seus estudos na etapa regular de ensino. Por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) os estudantes poderão concluir o Ensino Médio de forma mais flexível através de quatro módulos: Linguagem, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

Esses módulos são cursados de forma independente e possibilitam um ganho maior de tempo sem prejudicar a aprendizagem. Com isso, os alunos que cursam no período diurno podem terminar o Ensino Médio em um ano e os do período noturno em um ano e meio.

4.7 CRIANÇA ALFABETIZADA

O programa Criança Alfabetizada tem como objetivo alfabetizar cerca de 80 mil crianças alagoanas da rede pública na idade certa, até os sete anos de idade. Com a disponibilização de material de apoio pedagógico, avaliação dos estudantes, formação para professores e premiação para as escolas com melhor desempenho educacional, esse programa dá a oportunidade do Estado e dos Municípios cooperarem para o desenvolvimento educacional da população alagoana.

5. CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE ALAGOAS: ANÁLISE COMPARATIVA 2015-2020

O Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações relacionadas educação básica, sendo considerada a mais importante pesquisa estatística

educacional brasileira. Ela fica a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ela é realizada em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país.

São coletados os dados das etapas e modalidades da educação básica e profissional. Inicialmente é feito o preenchimento da matrícula inicial, onde são coletadas as informações sobre as escolas, gestores, turmas, alunos e demais profissionais escolares. Na etapa seguinte há o preenchimento de informações como a situação do aluno, que são os dados referentes ao movimento e rendimento escolar do estudante ao final do ano letivo.

Com relação às responsabilidades das escolas relativas aos procedimentos de preenchimento do Censo Escolar, os dados declarados pelas unidades escolares devem ter como base os registros administrativos e acadêmicos de cada escola (ficha de matrícula, diário de classe, livro de frequência, histórico escolar, sistemas eletrônicos de acompanhamento, diário do professor, regimento escolar, projeto político-pedagógico, documentos de modulação de professores e de enturmação, dentre outros). Essa exigência é fundamental para a garantia da fidedignidade dos dados declarados (INEP, 2021).

A seguir são mostrados os resultados do Censo Escolar referente ao Estado de Alagoas realizado nos anos de 2015 a 2020.

5.1 TAXA DE ALFABETIZAÇÃO

A taxa de alfabetização avalia o percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária. Geralmente é considerada a faixa etária de 15 anos ou mais, isso acontece porque o analfabetismo é avaliado acima da faixa etária onde, de acordo com a lei, a escolaridade seria obrigatória. Sobre as pessoas analfabetas o Dicionário de Indicadores Educacionais do INEP declara:

É considerada analfabeta a pessoa que declara não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. Aquela que aprendeu a ler e escrever, mas esqueceu, e a que apenas assina o próprio nome é, também, considerada analfabeta (Dicionário de Indicadores Educacionais, 2004, p.05).

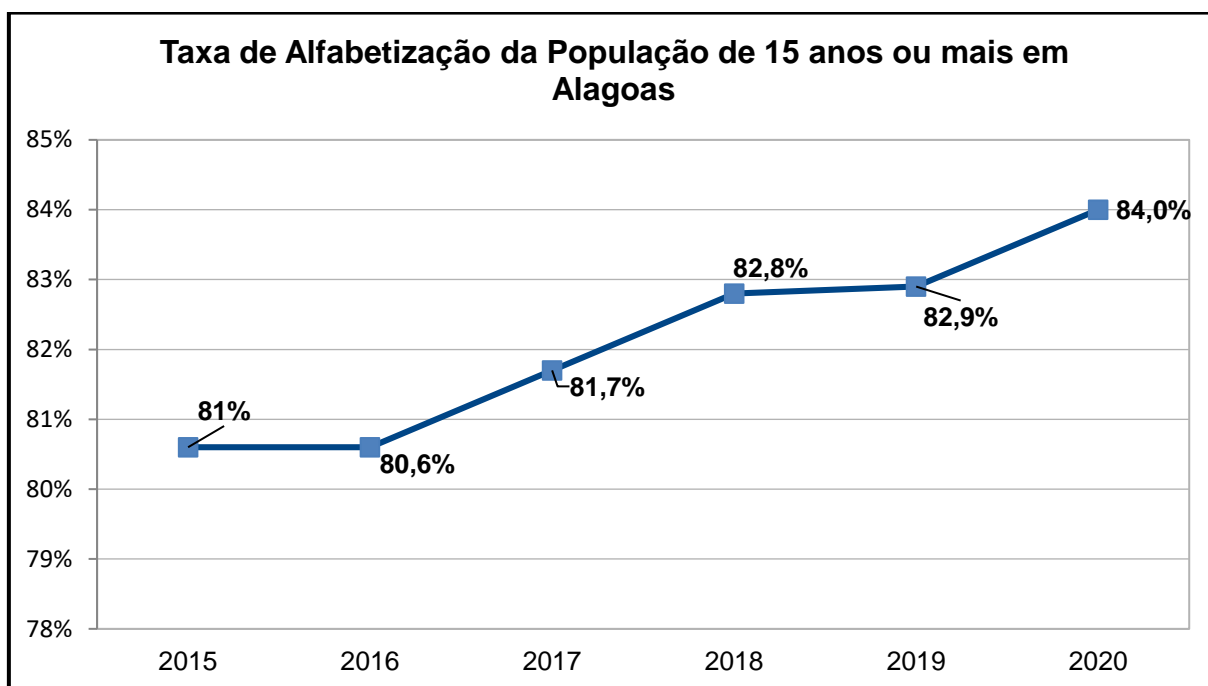
Para calcular essa taxa é dividido o número de analfabetos em determinada faixa etária pela população total naquela faixa etária. O cálculo é expresso da seguinte forma:

$$T_{Analfi} = \frac{P_i^{Analf}}{P_i} \times 100$$

Onde P_i^{Analf} são número de analfabetos na faixa etária i, P_i corresponde a população na faixa etária i. Nesse caso o i são as pessoas na faixa etária de 15 anos ou mais.

Durante vários anos Alagoas apresentou uma porcentagem baixa de pessoas alfabetizadas, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios Contínua Anual (PNAD-C) em 2019 o Estado liderava o ranking de analfabetismo no país com uma taxa de analfabetismo de 17,1% da população de 15 anos ou mais de idade. Apesar desse cenário, nos últimos anos o Estado conseguiu avançar na porcentagem de pessoas alfabetizadas nessa faixa etária em Alagoas conforme é observado no gráfico 14

Gráfico 14 – Taxa de alfabetização da população alagoana com 15 de idade anos ou mais.



Fonte: Elaboração própria com base no Observatório do Plano Nacional de Educação.

Durante o período de 2015 a 2020 o Estado conseguiu aumentar a taxa de pessoas alfabetizadas na faixa etária em questão. Em 2015 cerca de 80,6% das pessoas de 15 anos ou mais estavam alfabetizadas, com essa taxa se mantendo no ano seguinte, o crescimento só passou a ocorrer a partir de 2017 onde a taxa passou para 81,8% e nos dois anos seguintes crescendo para 82,8% e 82,9% respectivamente.

É importante destacar que em 2020 essa taxa ficou em 84%, obtendo a maior variação no intervalo de um ano para outro 1,1%. Com isso durante esse período houve um aumento de 3,4%, ajudando a contribuir para que mais alagoanos tivessem a oportunidade de aprender a ler e escrever e assim se inserirem dignamente na sociedade.

5.2 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO

De acordo com a metodologia adotada pelo INEP, presente no Dicionário de Indicadores Educacionais (2004), a taxa de escolarização expressa o valor percentual de matrícula total em determinado nível de ensino em relação à população na faixa etária que, em teoria, deveria estar adequadamente frequentando o nível de ensino de acordo com a idade do estudante. Essa taxa permite fazer uma comparação entre o total de matrículas de determinado nível de ensino com a população na faixa etária adequada para cursar esse nível.

O cálculo para encontrar o valor percentual dessa taxa é feito da seguinte forma: o número total de alunos matriculados em determinado nível de ensino dividido pela população na faixa etária teoricamente adequada ao nível de ensino.

Abaixo é mostrado a descrição do cálculo:

$$TEBki = \frac{Mk}{Pki} \times 100$$

Onde i corresponde a faixa etária teoricamente adequada ao nível de ensino e k são as etapas: creche, pré-escola, ensino fundamental e médio.

De acordo com as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADC/A), Alagoas tem uma das taxas de escolarização mais baixas da região nordeste em algumas etapas da educação básica, como na educação infantil (creche e pré-escola) e no ensino médio.

É importante frisar que as informações relacionadas ao ano de 2015 não estão disponíveis, em virtude da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) ter sido substituída pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADC/A) e com isso não haver em anos anteriores a 2016 informações sobre esse indicador.

No caso de 2020, as informações a respeito do indicador em questão, não estão disponíveis até o presente momento. Os dados a seguir mostram a taxa de escolarização alagoana com as respectivas faixas etárias dos anos de 2016 a 2019

Tabela 2 – Taxa de escolarização de alagoana por faixa etária de 2016-2019.

Faixa Etária	2016	2017	2018	2019
0 a 3 anos	24,3%	23,6%	30,1%	29,7%
0 a 5 anos	46,5%	47,2%	51%	52%
4 a 5 anos	86,8%	89,1%	91,4%	92,8%
6 a 14 anos	98,2%	98,6%	99%	99,6%
15 a 17 anos	84%	81%	83,2%	83,2%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2016-2019).

De acordo com os dados apresentados na tabela 2, a faixa etária onde se encontra os índices mais baixos é a de 0 a 3 anos, onde teoricamente as crianças estariam frequentando a pré-escola, no caso de Alagoas, menos da metade está nessa etapa escolar. No decorrer do período analisado a taxa passou de 24,3% em 2016 para 29,7% em 2019, um crescimento percentual de 18,18%.

A partir da faixa etária de 0 a 5 anos um pouco mais da metade das crianças nessa faixa etária está cursando alguma etapa escolar (creche ou pré-escola). No período de 2016 a 2019 há um crescimento percentual de 10,58%.

Na faixa etária de 4 a 5 há um aumento no número de crianças que estão matriculadas em alguma etapa da educação infantil. De 2016 a 2019 há um crescimento de 6,47% no total de crianças matriculadas.

Com relação a faixa etária de 6 a 14 que é onde as crianças e os adolescentes estão cursando os anos iniciais e finais do ensino fundamental, há quase uma universalização da população alagoana nessa faixa etária que está matriculada na escola. De 2016 a 2019 observa-se um crescimento percentual de cerca de 1,41%.

E por fim a faixa etária de 15 a 17 que é onde teoricamente os alunos deveriam estar cursando o ensino médio, observa-se que boa parte dos jovens alagoanos não está matriculado na escola. E diferentemente das demais faixas etárias onde se observou um crescimento, nessa ocorre uma queda percentual de 0,96% nos anos de 2016 a 2019.

5.3 NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDO

O número de anos de estudo na educação básica brasileira é de 12 anos, compreende os nove anos do ensino fundamental e os três anos do ensino médio. Esse indicador é responsável por expressar a escolaridade média em anos de estudo da população, como também possibilita que esse cálculo seja feito por grupos de idade (Dicionário de Indicadores Educacionais, INEP, 2004).

Nesse trabalho foi feito um levantamento da população alagoana na faixa etária de 18 a 29 anos, que em teoria já deveria ter terminado o ciclo da educação básica. O cálculo desse indicador é feito da seguinte forma: o somatório dos anos de estudo da população em uma determinada faixa etária ou multiplicado pelo número total da população na idade ou faixa etária com determinados anos de estudo.

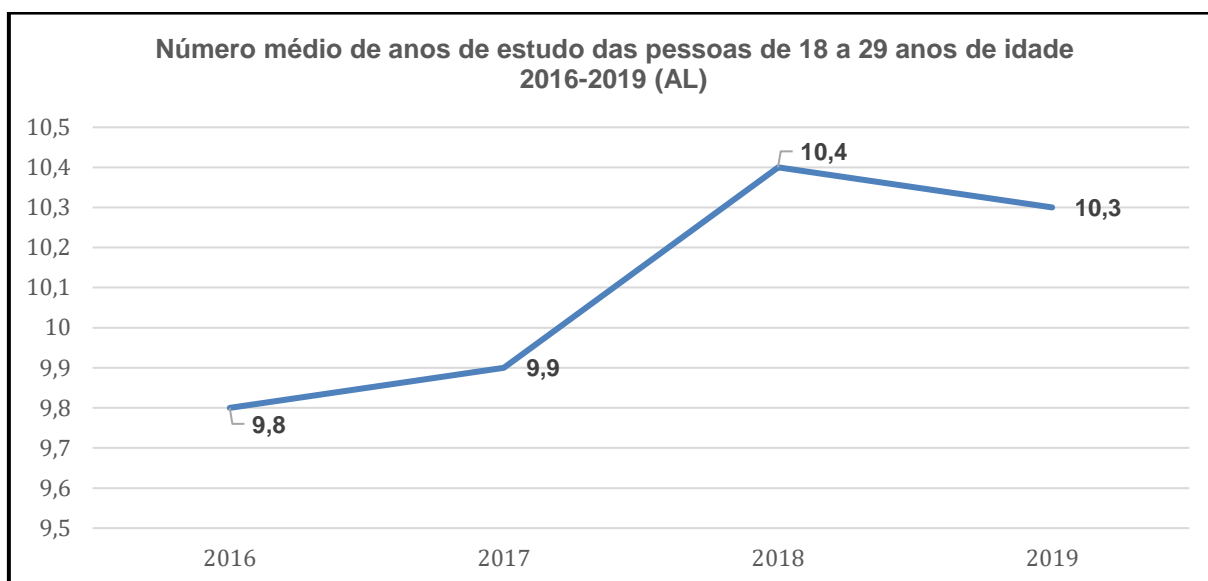
A seguir é demonstrado como é feito esse cálculo:

$$NAE_i = \frac{\sum_{18}^{29} P_j \times P_{ij}}{P_i}$$

Onde P_j é o número de anos de estudo da população na idade ou faixa etária i , P_{ij} a população na idade ou faixa etária i com j anos de estudo e P_i é a população na faixa etária i .

Os gráficos a seguir mostram o número médio de anos de estudo total da população alagoana de 18 a 29 anos, o número médio de anos de estudo da população alagoana de 18 a 29 anos por sexo e cor ou raça

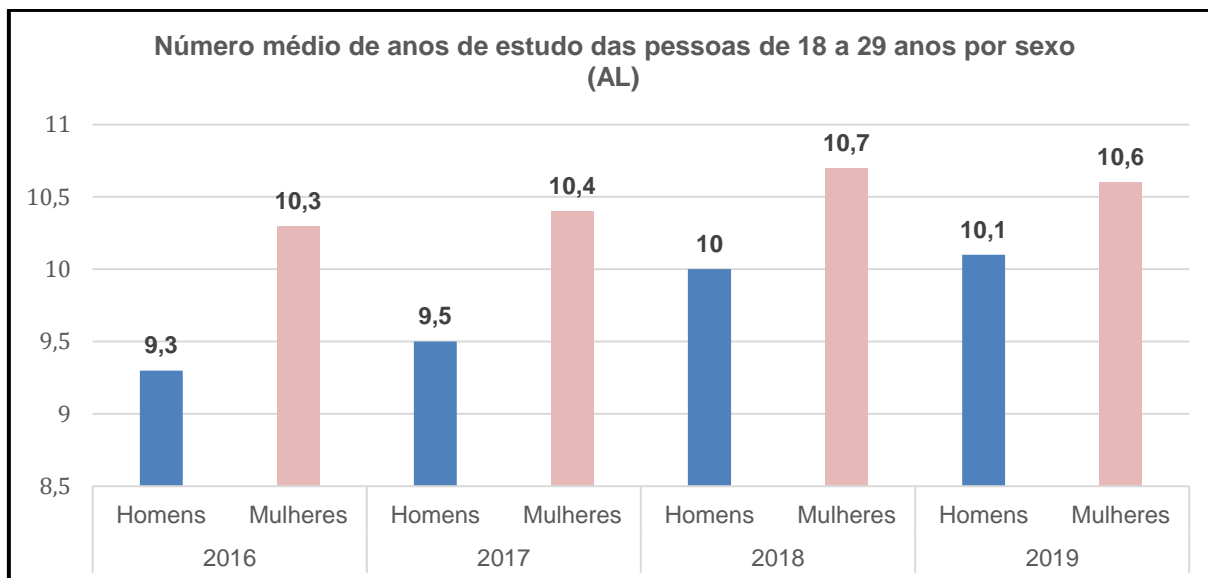
Gráfico 15 – Número médio de anos de estudo da população alagoana de 18 a 29 anos de idade.



Fonte: Elaboração própria com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre.

No gráfico 15 é possível observar a evolução no número médio de anos de estudo da população alagoana de 18 a 29 anos. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADC-Contínua) dos anos de 2016 a 2019, observa-se que em Alagoas a média de anos de estudo da população nessa faixa etária é de 10 anos, ou seja, boa parte não completa o ciclo completo da educação básica.

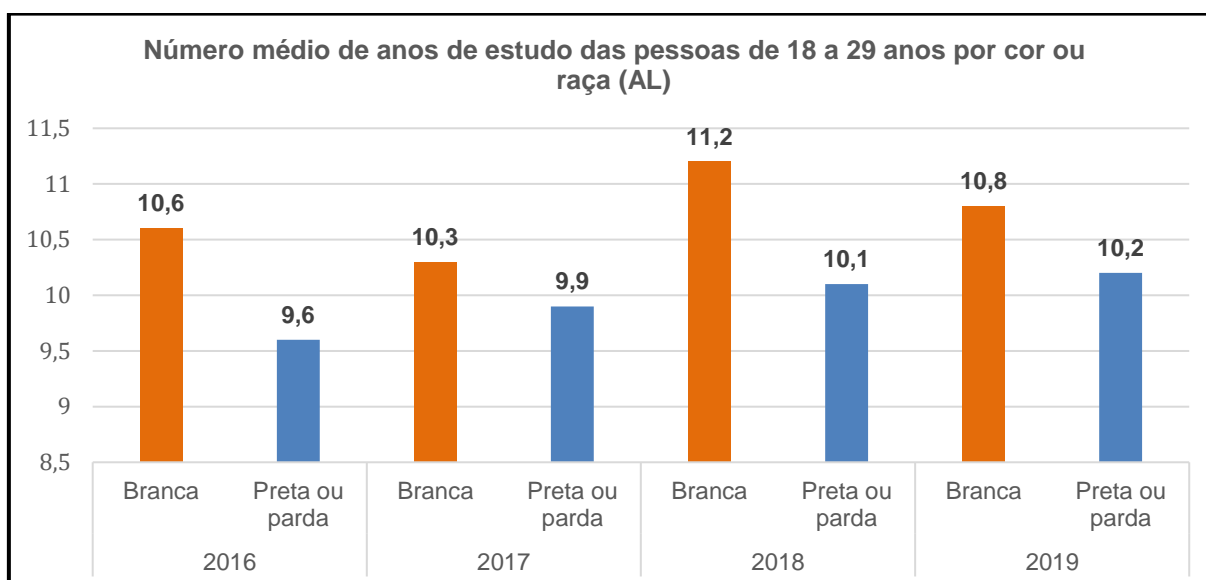
Gráfico 16 – Número médio de anos de estudo da população alagoana de 18 a 29 anos de idade, por sexo.



Fonte: Elaboração própria com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre.

No gráfico 16 é possível notar que as mulheres alagoanas dessa faixa etária são as que em média têm mais anos de estudo um pouco mais que 10 anos, enquanto os homens apesar da evolução na média de anos de estudo a partir de 2018, não conseguiram superar a média nesse indicador com relação às mulheres.

Gráfico 17 – Número médio de anos de estudo da população alagoana de 18 a 29 anos de idade nos anos, por cor ou raça.



Fonte: Elaboração própria com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre.

Com relação a cor e raça, é possível observar uma evolução na média de anos de estudo da população preta e parda, conforme é apresentado no gráfico 17 no ano de 2019 houve uma diminuição da diferença dos anos de estudo da população preta e parda com relação a população branca dessa mesma faixa etária.

5.4 GERÊNCIAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO EM ALAGOAS

As Gerências Regionais são responsáveis pelas políticas públicas relacionadas a educação das respectivas regiões onde se encontram, suas atribuições são as de coordenar, orientar e supervisionar as escolas sob sua responsabilidade dando o suporte administrativo e pedagógico necessários para que as políticas educacionais sejam viabilizadas pela Secretaria de Estado da Educação de Alagoas. Atualmente o estado possui treze gerências regionais. A tabela 3 mostra a quantidade de escolas por gerência regional em Alagoas

Tabela 3 – Gerências Regionais de Alagoas.

Regiões	Número de Escolas
1º e 13º Regiões	108
2º Região	15
3º Região	32
4º Região	11
5º Região	31
6º Região	18
7º Região	13
8º Região	13
9º Região	16
10º Região	15
11º Região	20
12º Região	21

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do IBGE (2018), Malha Municipal; SEDUC (2015), Gerências Regionais de Educação; SEPLAG/SINC/GGEO (2019).

A primeira gerência regional compreende três municípios são eles: Marechal Deodoro, Paripueira e Maceió nos Bairros: Bom Parto, Farol, Prado, Centro, Ponta Grossa, Trapiche da Barra, Pontal, Vergel, Poço, Reginaldo, Jaraguá, Ponta Da Terra, Pajuçara, Santo Eduardo, Jatiúca, Cruz Das Almas, Jacarecica, Guaxuma, Garça Torta, Riacho Doce, Pescaria, Ipioca, Jacintinho, Feitosa e Barro Duro.

Na segunda gerência regional são dez municípios: São Miguel dos Campos, Barra de São Miguel, Roteiro, Jequiá da Praia, Coruripe, Teotônio Vilela, Junqueiro, Campo Alegre, Boca da Mata e Anadia. A terceira gerência regional tem dez municípios: Maribondo, Tanque D'Arca, Belém, Quebrangulo, Palmeira dos Índios, Estrela de Alagoas, Igaci, Major Isidoro, Cacimbinhas e Minador do Negão.

A quarta gerência tem oito municípios: Atalaia, Capela, Cajueiro, Pindoba, Mar Vermelho, Paulo Jacinto, Viçosa e Chã Preta. Na quinta gerência são oito municípios: São Sebastião, Feira Grande, Lagoa da Canoa, Girau do Ponciano, Traipu, Craíbas, Arapiraca, Limoeiro de Anadia, Taquarana e Coité do Nóia.

A sexta gerência tem nove municípios: Santana do Ipanema, Carneiros, Dois Riachos, Maravilha, Olho D'Água das Flores, Olivença, Ouro Branco, Rui Palmeira e Poço das Trincheiras. Na sétima gerência há sete municípios, são eles: Murici, Branquinha,

União dos Palmares, Santana do Mundaú, São José da Laje, Ibateguara, Colônia de Leopoldina.

A oitava gerência tem oito municípios: Jaramataia, Batalha, Jacaré dos Homens, Monteirópolis, Palestina, Pão de Açúcar, São José da Tapera e Belo Monte. Na nona gerência também são oito municípios: Feliz Deserto, Piaçabuçu, Penedo, Igreja Nova, Porto Real do Colégio, São Brás, Olho D'Água Grande e Campo Grande.

Na décima gerência regional são onze municípios: Barra de Santo Antônio, São Luís do Quitunde, Passo de Camaragibe, Matriz de Camaragibe, Porto de Pedra, Japaratinga, Porto Calvo, Jundiá, Campestre, Jacuípe, Maragogi, São Miguel dos Milagres. A décima primeira gerência possui oito municípios: Piranhas, Olho D'Água do Casado, Delmiro Gouveia, Água Branca, Inhapi, Mata Grande, Canapi e Pariconha.

A décima segunda gerência tem nove municípios: Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte, Pilar, Rio Largo, Messias, Flexeiras, Joaquim Gomes, Novo Lino e Satuba. Por fim a décima terceira gerência regional possui apenas o município de Maceió, compreendendo os bairros: Antares, Bebedouro, Chã de Bebedouro, Cidade Universitária, Farol, Pitanguinha, Gruta de Lourdes, Sítio São Jorge, Canaã, Benedito Bentes, Chã da Jaqueira, Clima Bom, Fernão Velho, Inoco-op, Graciliano Ramos, Osman Loureiro, Rio Novo, Santa Lúcia, Santos Dumont, Tabuleiro dos Martins e Eustáquio Gomes.

5.5 NÚMERO DE ESCOLAS

O Censo Escolar de 2020 apontava que Alagoas tinha um total de 2.927 escolas, sendo 2.353 da rede pública e 574 da rede privada com 1.124 escolas na área urbana e 1.129 na área rural. Os dados na tabela 4 apresentam a evolução do número de escolas no estado de 2015 a 2020

Tabela 4 – Número de escolas públicas e privadas em Alagoas de 2015 a 2020.

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Públicas	2.603	2.562	2.540	2.481	2.392	2.353
Privadas	509	537	540	579	593	574

Fonte: Elaboração própria com base no Censo Escolar/INEP 2015-2020 | Total de Escolas de Educação Básica| Qedu.org.br

Conforme a tabela 4, em 2015 Alagoas tinha 2.603 escolas da rede pública em funcionamento, no ano seguinte houve uma redução de 41 escolas totalizando em 2016 cerca de 2.562 escolas. Fato esse que se repetiu nos anos seguintes com novas quedas do número de escolas públicas funcionando.

De 2016 para 2017 menos 22 escolas de 2017 a 2018 mais outra queda com 59 escolas a menos de 2018 a 2019 outra queda, a maior em todo do período analisado, com 89 escolas que deixaram de funcionar e por fim de 2019 para 2020 cerca de 39 escolas a menos. Uma variação percentual negativa de 10,6% no número de escolas públicas.

Com relação às escolas da rede privada, em 2015 o Estado tinha cerca de 509 escolas particulares em funcionamento, no ano seguinte houve um aumento de 28 escolas totalizando no ano seguinte 537 escolas.

Nos anos seguintes ocorreu um aumento de escolas privadas, de 2016 a 2017 aumentou para 3 escolas, de 2017 a 2018 outro aumento agora de 39 escolas, de 2018 para 2019 mais um aumento agora com 14 escolas a mais e de 2019 a 2020 houve e primeira redução observada no período analisado com o fechamento de 19 escolas particulares.

Mesmo com a queda no número de escolas de 2019 a 2020 a variação percentual durante todo o período foi de 11,3% das escolas da rede privada que passaram a funcionar em todo Estado.

Mesmo com Alagoas tendo uma queda do número de escolas da rede pública com relação à rede particular, o Estado ainda possui uma quantidade maior de escolas do segmento público que é responsável pela maioria do número de alunos atendidos por elas. Possibilitando assim uma maior oferta do ensino público para a população alagoana.

Tabela 5 – Número de escolas públicas e privadas por etapa de ensino em Alagoas (2015-2020).

Etapas de Ensino	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ensino Infantil Regular	1.680	1.637	1.588	1.538	1.470	1.433
Ensino Fundamental Regular	2.124	2.066	1.983	1.904	1.807	1.760
Ensino Médio Regular	225	229	238	242	245	243
Ensino Especial	3	1	1.788	1.819	1.823	1.796
Educação de Jovens e Adultos	1.251	1.172	1.149	1.178	1.130	1.036

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do Censo Escolar/INEP 2015-2020 | Total de Escolas de Educação Básica: Qedu.org.br.

Conforme os dados presentes na tabela 5, em 2015 em todo Estado tinham 1.680 escolas que ofertavam o ensino infantil regular, no decorrer dos anos esse número caiu 14,70% ficando em 2020 com 1.433 escolas que ofertavam essa etapa.

O número de escolas que ofertavam o ensino fundamental regular era de 2.124 em 2015, no decorrer do período analisado houve uma queda de 17,14% na quantidade de escolas que ofertavam essa etapa, ficando em 2020 com 1.760 escolas em que era ofertada essa etapa da educação básica.

As escolas que ofertavam o ensino médio em 2015 eram 225 no decorrer do período houve um crescimento significativo de 8%, ficando em 2020 com cerca de 243 escolas que ofereciam o ensino médio regular.

Com relação às escolas que passaram a ofertar a educação especial houve um crescimento bastante elevado a partir de 2017. Em 2015 havia apenas 3 instituições

de ensino que ofereciam essa modalidade. Contudo, em 2020 esse número passou a ser de 1.796 escolas, número esse maior que todas as demais etapas/modalidades.

Por fim o número de escolas que ofereciam a educação de jovens e adultos (EJA) em 2015 era cerca de 1.251 instituições com essa modalidade de ensino, no decorrer desse período houve uma queda de 17,19% ficando em 2020 com 1.036 escolas que ofertavam o EJA.

Tabela 6 – Número de escolas públicas e privadas por dependência administrativa em Alagoas (2015-2020).

Dependência Administrativa	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Estadual	303	302	310	310	309	307
Municipal	2289	2248	2216	2154	2066	2029
Federal	11	12	14	17	17	17
Privada	509	537	540	579	593	574

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do Censo Escolar/INEP 2015-2020 | Total de Escolas de Educação Básica: Qedu.org.br.

De acordo com dados da tabela 6, em 2015 o Estado tinha 303 escolas estaduais, esse número teve um crescimento e em 2020, com 4 novas escolas ficando então com 307 escolas. Em 2015 havia 2.289 escolas municipais, contudo, esse número em 2020 caiu para 2.029 escolas da rede municipal, uma diminuição de 260 escolas.

Com relação às escolas federais, no Estado havia 11 instituições em 2015, número esse que passou a ser de 17 em 2020, um aumento de 6 escolas dessa dependência administrativa.

As da rede privada eram cerca de 509 em 2015, contudo no decorrer desse período houve um crescimento no número de escolas particulares no Estado, chegando a ter cerca de 574 instituições de ensino particulares em 2020, um aumento de 65 novas instituições.

Tabela 7 – Número de escolas públicas que oferecem ensino em tempo integral no Estado de Alagoas, por município em 2019.

Município	Gere	Número de Escolas
Água Branca	11 ^o	1
Arapiraca	5 ^o	4
Batalha	8 ^o	1
Capela	4 ^o	1
Coruripe	2 ^o	1
Campo Alegre /Luziápolis	2 ^o	1
Delmiro Gouveia	11 ^o	2
Girau Do Ponciano	5 ^o	1
Inhapi	11 ^o	1
Igaci	5 ^o	1
Matriz De Camaragibe	10 ^o	1
Marechal Deodoro	1 ^o	1
Murici	7 ^o	1
Maceió	1 ^o e 13 ^o	25
Major Izidoro	3 ^o	1
Olho D'água Das Flores	6 ^o	1
Palmeira Dos Índios	3 ^o	2
Pão De Açúcar	8 ^o	1
Penedo	9 ^o	1
Porto Calvo	10 ^o	1
Piranhas	11 ^o	1
Pilar	12 ^o	1
Quebrangulo	3 ^o	1
Rio Largo	12 ^o	2
São José Da Laje	7 ^o	1
São José Da Tapera	8 ^o	1
Santana do Ipanema	6 ^o	1
São Miguel Dos Campos	2 ^o	1
Teotônio Vilela	2 ^o	1
União Dos Palmares	7 ^o	2
Viçosa	4 ^o	1

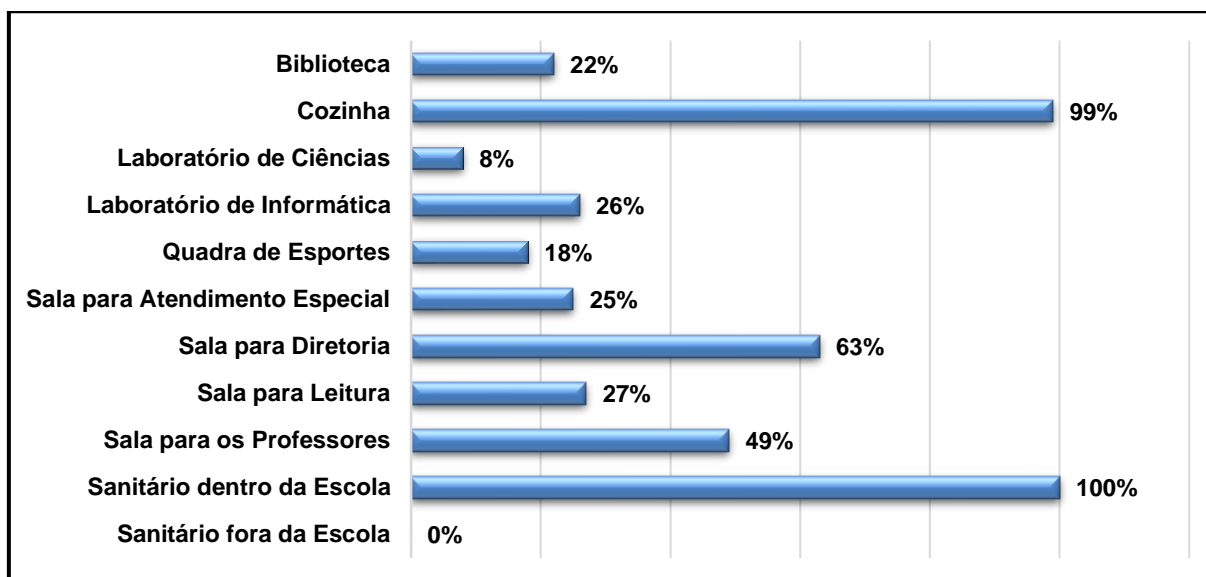
Fonte: Elaboração própria com base nas informações da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas.

De acordo com os dados da Secretaria de Educação de Alagoas que estão presentes na tabela 7, o Estado tinha em 2019 cerca de 62 escolas que ofertavam o ensino integral, todas elas são da rede estadual. A maioria delas estão presentes nos municípios de Maceió com 25 escolas e Arapiraca com 4 escolas, os demais Municípios tem entre um e duas escolas que ofertam o Ensino Integral.

5.6 INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ALAGOAS

Através dos dados obtidos do Censo Escolar de 2020 é possível ter noção da infraestrutura das escolas da rede pública do Estado. O gráfico 18 mostra o percentual das escolas que possuem em suas dependências: biblioteca, cozinha, laboratório de ciências, laboratório de informática, quadra de esportes, sala para atendimento especial, sala para diretoria, sala para leitura, sala para os professores, sanitário dentro da escola e sanitário fora da escola

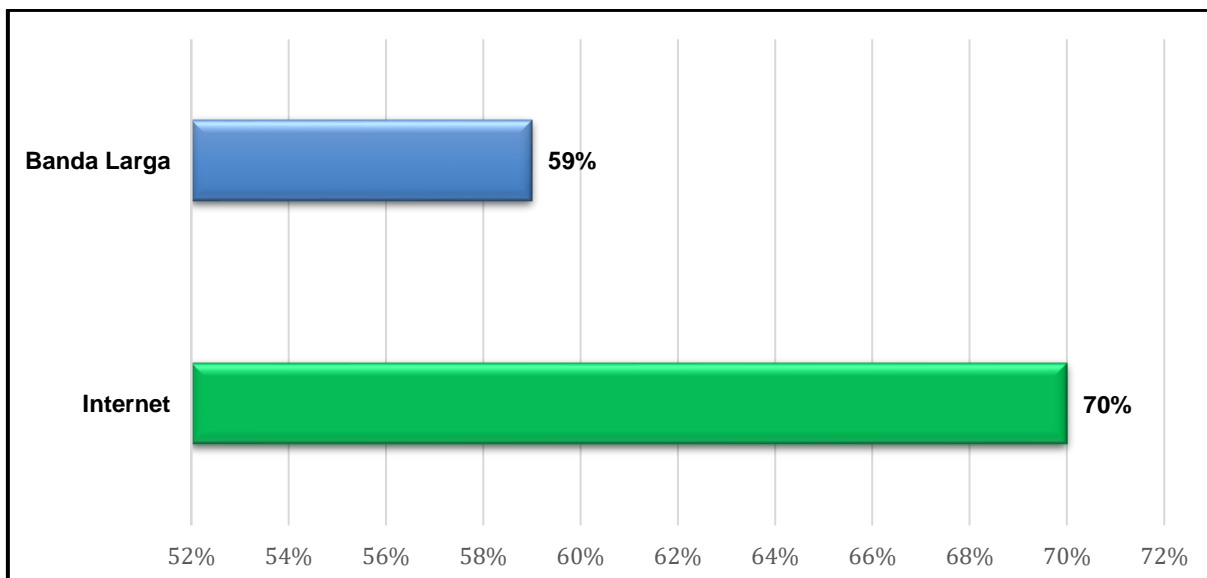
Gráfico 18 – Infraestrutura das instituições de ensino público de Alagoas (2020).



Fonte: Elaboração própria com base no Censo Escolar/INEP 2020/ Qedu.org.br.

Alagoas tem 22% das escolas públicas (509 escolas) possuem biblioteca, as que têm cozinha são 99% (2.335 escolas), com relação a laboratórios de informática são 26% (614 escolas), laboratórios de ciências 8% (177 escolas) possuem, quadra de esportes são 18% (432) delas que têm ao menos uma quadra, sala para leitura são cerca de 27% (641 escolas), sala para diretoria são 63% (1.486 escolas), sala para professores são cerca de 49% (1.146 escolas), sala para atendimento especial são 25% (582 escolas), todas as escolas da rede pública 100% (2.349 escolas) possuem sanitário dentro de suas dependências e nenhuma delas 0% tem sanitário que estão fora do prédio onde a escola fica localizada.

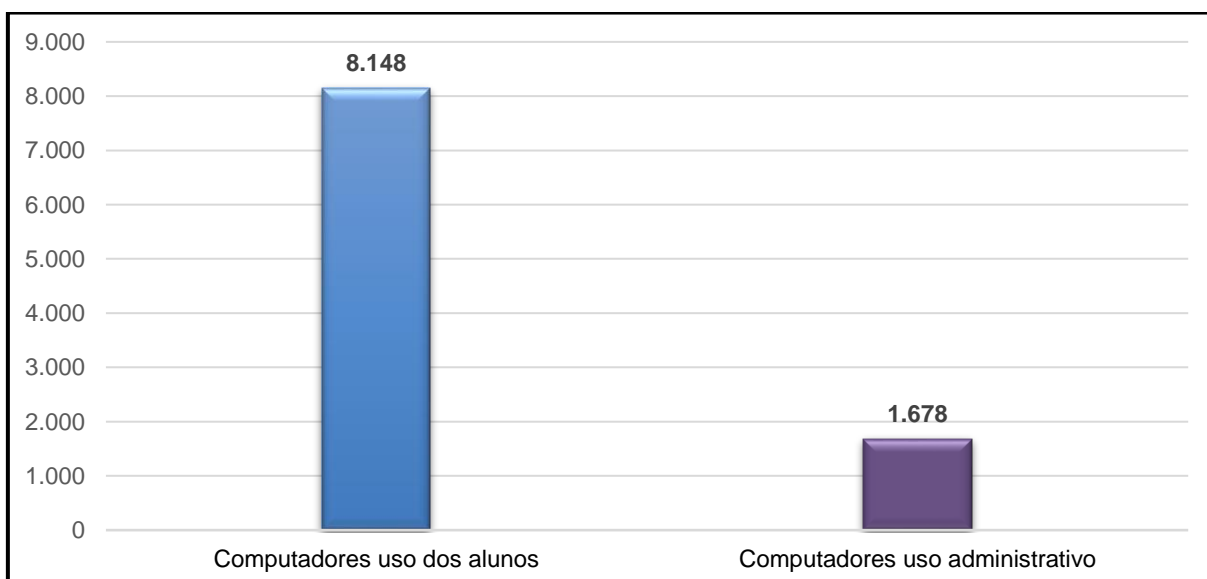
Gráfico 19 – Percentual das instituições de ensino público de Alagoas que possuem acesso à internet (2020).



Fonte: Elaboração própria com base no Censo Escolar/INEP 2020/ Qedu.org.br.

No gráfico 19 há os dados sobre conexão com internet nas escolas da rede pública. Com relação ao acesso à internet 70% (1.652 escolas) possuem conexão à internet em suas dependências e outras 59% (1.396 escolas) têm internet banda larga.

Gráfico 20 – Número de computadores nas escolas da rede pública de Alagoas (2020).



Fonte: Elaboração própria com base no Censo Escolar/INEP 2020/ Qedu.org.br

Por fim, no gráfico 20 apresenta os dados relacionados a quantidade de computadores disponíveis nas escolas. De acordo com o Censo Escolar há 8.148 computadores para o uso dos alunos disponíveis nos laboratórios de informática das 614 escolas que os possuem. Computadores para uso da parte administrativa das instituições de ensino público são 1.678 equipamentos.

5.7 NÚMERO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ALAGOAS

Conforme os dados do Censo da Educação Básica Alagoas é um dos Estados do Nordeste com o menor número de professores, ficando à frente apenas de Sergipe. A tabela 8 mostra o número de professores em cada dependência administrativa (estadual, municipal, federal e privada) dos anos de 2015 a 2020

Tabela 8 – Número de professores por dependência administrativa nas instituições de ensino alagoanas (2015-2020).

Dependência Administrativa	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Estadual	6.607	6.489	6.254	6.483	6.797	6.423
Municipal	21.952	21.952	22.165	22.098	22.141	21.554
Federal	743	745	810	838	871	874
Privada	7.355	7.630	7.763	8.056	8.127	7.768
Total	36.657	36.816	36.992	37.475	37.936	36.619

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2015-2020.

O Estado em 2015 tinha um total de 36.657 professores, com 6.607 (18,02%) na rede estadual, 21.952 (59,88%) na rede municipal, 743 (2,03%) na rede federal e 7.355 (20,06%) na rede privada.

Em 2016 houve um aumento no número total de professores passando agora para 36.816, na rede estadual há uma queda no número de professores, sendo que agora são 6.489 (17,63%) no total, a rede municipal permaneceu com o mesmo número do ano anterior (21.952), na rede federal houve um aumento no número de professores (745) e na rede privada houve um aumento com o total sendo de 7.630 (20,72%).

No ano de 2017 ocorre mais um aumento, dessa vez o total de professores passou para 36.992, havendo mais uma queda no número de professores da rede estadual passando para 6.254 (16,91%), na rede municipal houve um aumento passando para 22.165 (59,92%) do total de professores, na rede federal há um aumento, nesse caso passando para 810 (2,19%) e na rede privada ocorreu um aumento ficando no total com 7.763 (20,99%).

Em 2018 o total de professores teve crescimento passando para 37.475, com a rede estadual tendo um crescimento, passando agora para 6.483 (17,30%) com relação ao total de professores, na rede municipal houve uma queda ficando com 22.098 (58,97%) no número de professores, na rede federal outro aumento, passando para 7.763 (2,24%) e na rede privada houve crescimento passando para 8.056 (2,24%).

Em 2019 o total de professores foi para 37.936, a rede estadual passou a ter 6.797 (17,92%), a rede municipal também teve crescimento ficando com 22.141 professores, a rede federal passou a ter 871 (2,30%) professores e na rede privada esse número foi de 8.127 (21,42%) no total.

Por fim em 2020 o número total de professores era de 36.619, na rede estadual há uma queda em relação ao ano anterior, passando para 6.423 (17,54%). Na rede municipal também houve uma queda, passando para 21.554 (58,86%). As federais tiveram um aumento, com 874 (2,39%) professores no total. Nas da rede privada o número de professores diminuiu, passando para 7.768 (21,21%).

5.8 NÚMERO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ALAGOAS

Os dados do Censo Escolar, mostram que a Região Nordeste foi entre as demais regiões a que teve a maior perda no número de alunos da educação básica durante o período de 2015 a 2020 houve uma queda de 4,5%. Nessa análise foram consideradas as matrículas na educação básica, educação especial, educação de jovens e adultos e educação profissional de todas as instituições de ensino estaduais, municipais, federais e privadas de Alagoas.

A tabela 9 mostra o número de matrículas em Alagoas por dependência administrativa do período de 2015 a 2020.

Tabela 9 – Número de matrículas em Alagoas por dependência administrativa (2015-2020).

Dependência administrativa	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Estadual	196.090	190.566	180.975	178.570	174.932	175.079
Federal	8.081	9.370	10.730	11.492	10.985	11.435
Municipal	547.243	533.127	541.065	535.458	529.058	510.262
Privada	139.885	143.185	143.581	145.059	97.511	131.066
Total	891.299	876.248	876.351	870.579	812.486	827.842

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do Deed/Inep/Mec (2015-2020).

Em 2015, das 891.299 matrículas feitas nas instituições de ensino de Alagoas, 196.090 foram na rede estadual, 547.243 na rede municipal, 8.081 na rede federal e 139.885 na rede privada.

No ano de 2016 ocorreu uma queda do número total de matrículas com relação ao ano anterior, foram cerca de 15.051 matrículas a menos. A rede estadual teve uma perda de 5.494 alunos, ficando com 190.566 no total. Na rede municipal a perda foi de 14.116 alunos. A rede federal teve um aumento em relação a 2015, passando de 8.081 para 9.370, um aumento de 1.289 alunos e na rede privada também houve um crescimento, passando de 139.885 alunos para 143.185 o aumento foi de 3.300 alunos a mais.

Em 2017 houve um aumento do número total de matrículas, com 103 matrículas a mais. A rede estadual teve uma queda bem expressiva com relação ao ano anterior perdendo cerca de 9.591 alunos, ficando em 2017 com 180.975 alunos no total. Na rede municipal ocorreu um aumento no número de matrículas, foram cerca de 7.938 matrículas a mais, ficando assim com 541.065 no total.

Na rede federal o aumento foi de 1.000 alunos em comparação com o ano anterior, com isso ficando com um total de 10.730 alunos e a rede privada passou de 143.185

do ano anterior e passa a ter no total 143.581 alunos matriculados, um aumento de 396 alunos.

No ano de 2018 há mais uma queda no número total de matrículas, que passa de 876.351 para 870.579, um decréscimo de 5.772 alunos matriculados nas instituições de ensino alagoanas. A rede estadual permaneceu em queda no número de matrículas com 2.405 alunos a menos em relação a 2017.

Na rede municipal observa-se uma queda em relação ao ano anterior, que passou de 541.065 e passou para 535.458 perdendo cerca de 5.607 alunos. Na rede federal, assim como em 2017 houve um aumento no número de matrículas, passando de 10.730 para 11.492 no total, um crescimento de 762 alunos. Na rede privada, assim como nos anos anteriores ocorreu um aumento no número de alunos matriculados que passou de 143.581 para 145.059, foram 1.478 alunos a mais com relação ao ano anterior.

Em 2019 observa-se uma queda bastante expressiva no número total de matrículas, o maior em todo o período analisado, passando de 870.579 para 812.486, uma perda de 58.093 alunos. A rede estadual passou de 178.570 em 2018 para 174.932 no número total de matrículas, uma queda de 3.638 alunos a menos. Na rede municipal também ocorreu uma queda no número total de matrículas, passando de 535.458 para 529.028, um decréscimo de 6.430 alunos.

Na rede federal também ocorreu uma queda, passando de 11.492 matrículas para 10.985, uma perda de 507 alunos. Na rede privada houve a primeira queda no número de matrículas durante todo o período analisado, passando de 145.059 para 97.511 alunos, um decréscimo de 47.548.

Por fim, em 2020 há uma recuperação com relação ao ano anterior, ocorrendo um aumento do número total de matrículas, passando de 812.486 para 827.842 matrículas. A rede estadual tem um crescimento com relação a 2019, passando de 174.932 para 175.079, um aumento de 147 alunos a mais.

Na rede municipal há mais uma queda passando de 529.058 para 510.262 alunos, uma queda de 18.796. Na rede federal ocorreu um aumento, passando de 10.985 para 11.435, um aumento de 450 alunos matriculados. A rede privada se recupera de queda do ano anterior e passa de 97.511 para 131.066 alunos matriculados, um crescimento de 33.555 matrículas.

5.9 TAXAS DE RENDIMENTO E MOVIMENTAÇÃO ESCOLAR

As taxas de rendimento e movimento escolar dizem respeito ao êxito ou insucesso do aluno durante o ano letivo e no fluxo dos mesmos durante o ano letivo. Podem ocorrer duas situações com relação ao rendimento: o aluno é aprovado possibilitando ele ser matriculado na série seguinte para o próximo ano letivo ou ele é reprovado e permanece na mesma série que cursou durante o ano letivo ao qual estava matriculado impossibilitando o mesmo a cursar a próxima etapa (Dicionário de Indicadores Educacionais, INEP, 2004).

Com relação às taxas de movimentação escolar podem ocorrer três possibilidades: o aluno é transferido formalmente para outra instituição durante o ano letivo, o aluno abandona a escola deixando de frequentar a escola antes do término do ano letivo sem qualquer justificativa formal, o que acarreta, em não haver na matrícula registro de rendimento (aprovação ou reprovação) e por último os alunos falecidos antes do fim do ano letivo ao qual estavam matriculados.

Segundo a metodologia fornecida pelo INEP para os cálculos das taxas de aprovação, reprovação e abandono leva-se em conta o total dos alunos aprovados, reprovados ou que abandonaram a escola durante o ano letivo e divide-se pelo total de alunos matriculados durante esse período, gerando um valor percentual para cada indicador.

O cálculo para esses indicadores é descrito a seguir:

$$\text{Taxa de Aprovação} = \frac{APR}{(APR + REP + ABA)} \times 100$$

$$\text{Taxa de Reprovação} = \frac{REP}{(APR + REP + ABA)} \times 100$$

$$\text{Taxa de Abandono} = \frac{ABA}{(APR + REP + ABA)} \times 100$$

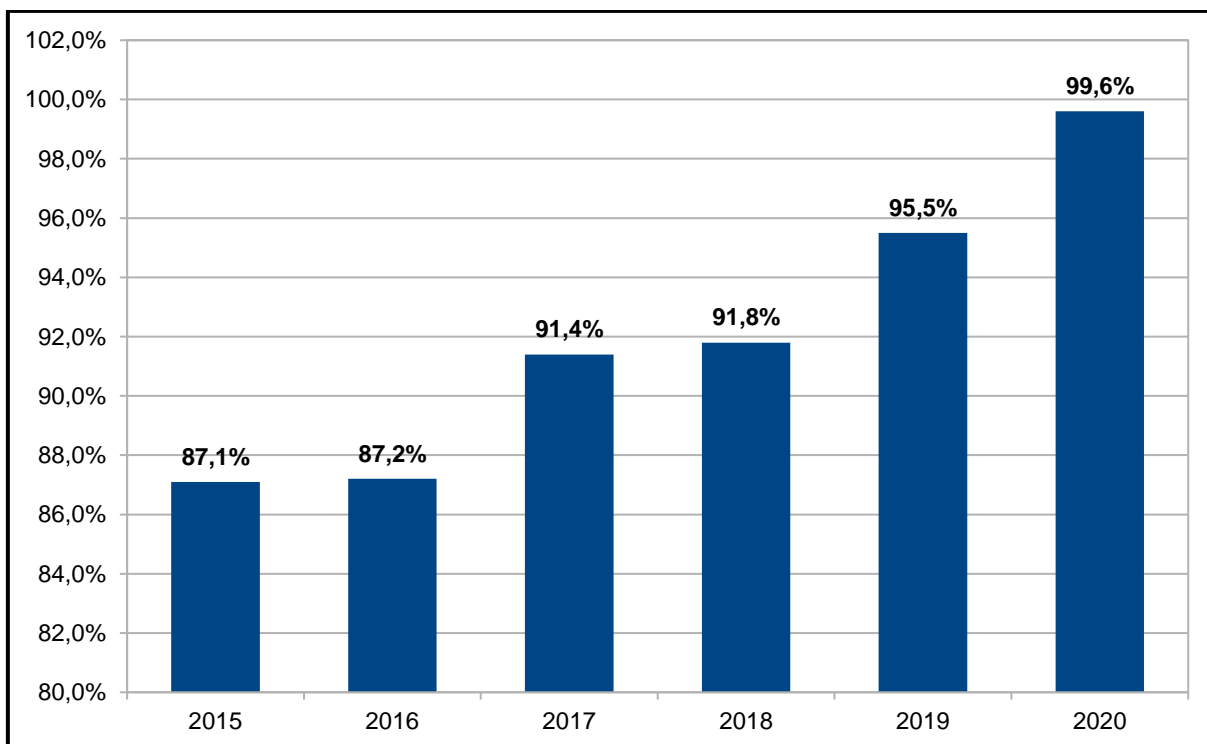
Onde, APR corresponde ao número de alunos que foram aprovados durante o ano letivo, REP é número de alunos que foram reprovados e ABA o número de alunos que abandonaram a escola em algum momento do ano letivo em que estavam matriculados. A soma das três taxas deve representar 100% das matrículas. Esses dados são fornecidos pelas instituições de ensino ao INEP ao fim de cada ano letivo.

Devido a pandemia de COVID-19, as escolas alagoanas tiveram suas aulas presenciais suspensas em março de 2020, em junho do mesmo ano, a portaria 7651/2020 instituiu que as atividades presenciais fossem substituídas por atividades feitas de forma remota, segundo essa portaria, as atividades não presenciais seriam consideradas como efetivo trabalho escolar – ou seja, contarão como dias letivos – e a carga horária trabalhada seria utilizada para a substituição de carga horária presencial.

Neste trabalho serão apresentados os resultados dos dois indicadores relacionados ao rendimento e um correspondente a movimentação dos estudantes das escolas públicas de Alagoas durante os anos de 2015 a 2020.

5.10 TAXA DE APROVAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL EM ALAGOAS

No período de 2015 a 2020 o Estado conseguiu aumentar significativamente sua taxa de aprovação no ensino fundamental que corresponde do 1^a ao 5^o ano (anos iniciais) e do 6^a ao 9^o ano (anos finais). Os gráficos abaixo mostram a evolução das taxas de aprovação do ensino fundamental nos anos iniciais e finais

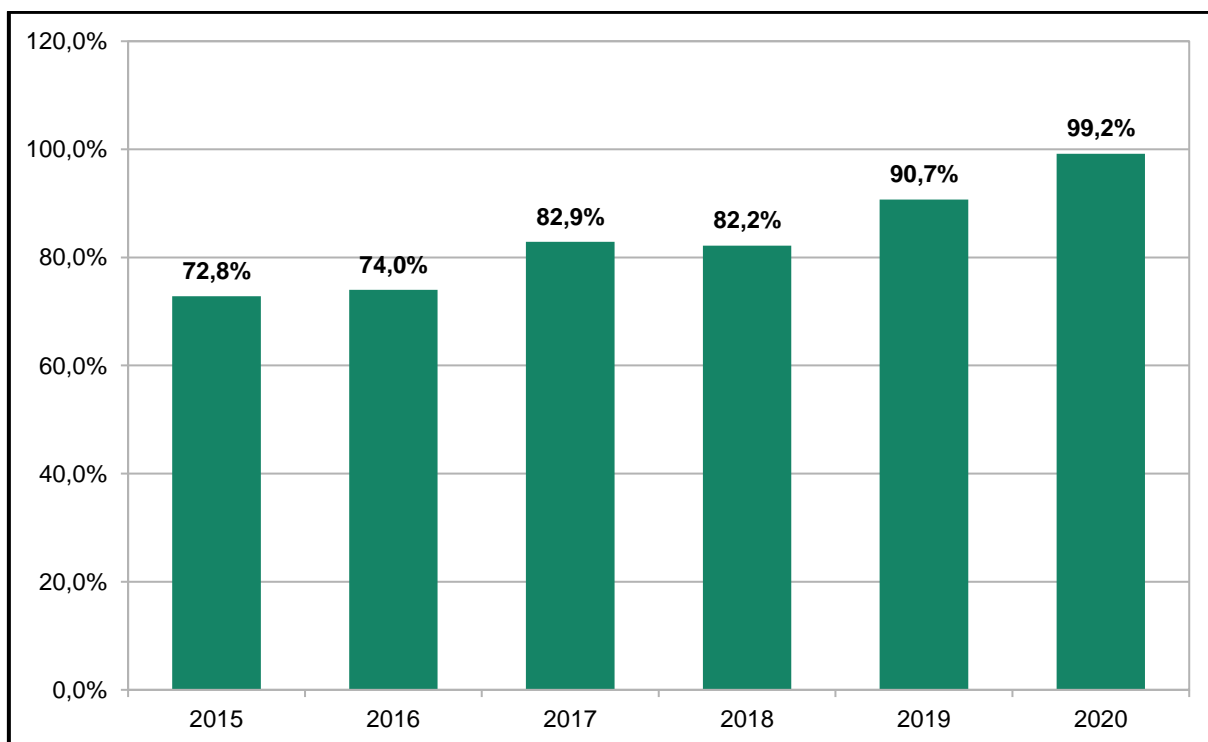
Gráfico 21 – Taxa de aprovação dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental de Alagoas.

Fonte: Elaboração própria com base no Censo Escolar 2015-2020/INEP| QEdU.org.br.

No gráfico 21 com base nos dados do Censo Escolar é possível ver que em 2015 os anos iniciais foram onde ocorreram as maiores taxas de aprovação, com 87,1% alunos sendo aprovados nesta etapa. No ano de 2016 a taxa de aprovação dos anos iniciais passou para 87,2%. Em 2017 ocorreu um aumento percentual significativo com relação ao ano anterior, a taxa de aprovação dos anos iniciais foi para 91,4%.

Em 2018 as taxas de aprovação dos anos iniciais mais uma vez apresentaram crescimento obtendo uma taxa de aprovação de 91,8%. Em 2019 a taxa de aprovação dos anos iniciais foi de 95,5%. No ano de 2020 há o maior percentual de aprovação de todo o período analisado, com 99,6% dos alunos dos anos iniciais sendo aprovados.

Gráfico 22 – Taxa de aprovação dos alunos dos anos finais do ensino fundamental de Alagoas.



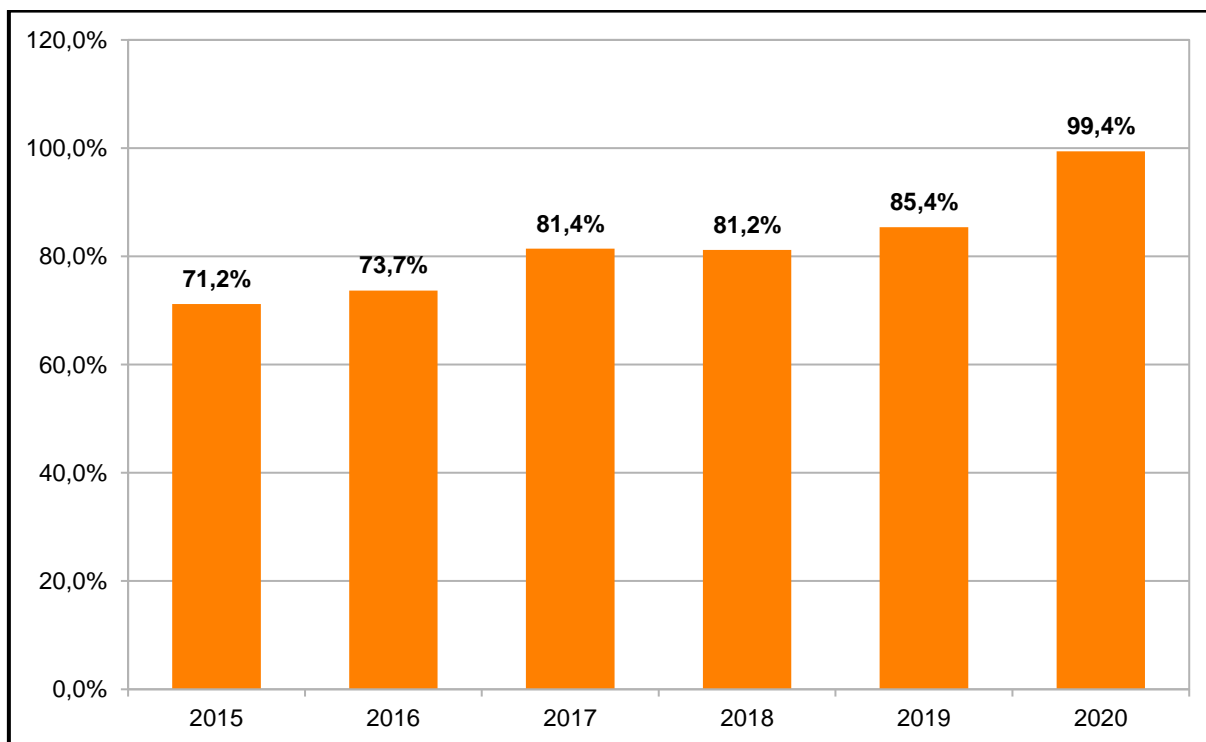
Fonte: Elaboração própria com base no Censo Escolar 2015-2020/INEP| QEdu.org.br.

Com relação aos anos finais, o gráfico 22 mostra o percentual de aprovações que em 2015 foi de 72,8% dos alunos matriculados. Em 2016 ela foi de 74%. No ano seguinte ela cresceu significativamente obtendo 82,9% dos alunos matriculados que foram aprovados.

Em 2018 há um leve recuo ficando com 82,8% de aprovados. No ano de 2019 essa taxa foi de 90,7% de alunos que obtiveram aprovação. Por fim, em 2020 a taxa de aprovação foi a maior de todo o período analisado, com o percentual de alunos aprovados dos anos finais ficando em 99,2%.

5.11 TAXA DE APROVAÇÃO ENSINO MÉDIO EM ALAGOAS

Historicamente o ensino médio da rede pública de Alagoas apresentava as menores taxas de aprovação entre as demais etapas da educação básica. A partir de 2015 observa-se uma melhora nesse indicador conforme pode ser visto no gráfico 23

Gráfico 23 – Taxa de aprovação dos alunos do ensino médio de Alagoas.

Fonte: Elaboração própria com base no Censo Escolar 2015-2020/INEP| QEdU.org.br.

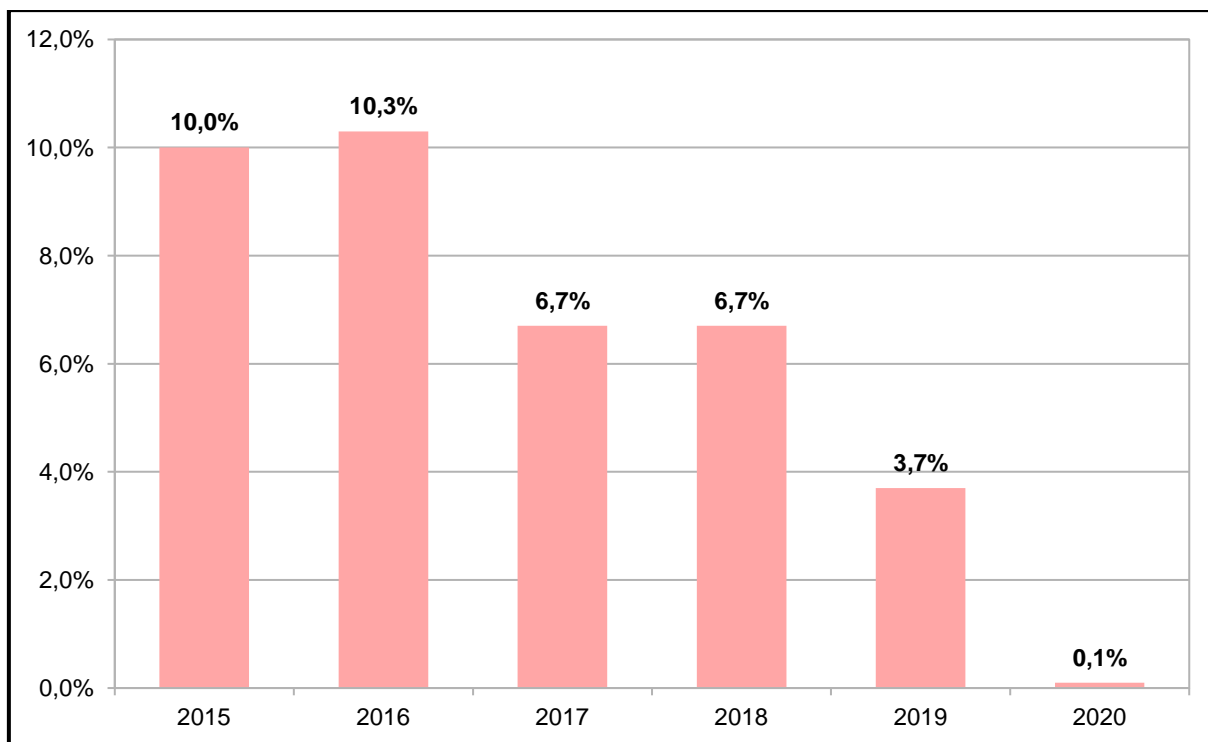
Segundo as informações do Censo Escolar, em 2015 a taxa de aprovação dos alunos do ensino médio era de 71,2%. No ano de 2016 ocorreu um aumento essa taxa passou para 73,7% de alunos aprovados.

Em 2017 a taxa de aprovação tem um aumento significativo, passando a ter 81,6% de aprovação. No ano de 2018 apesar de uma leve queda, a taxa de aprovação foi de 81,2%. Em 2019 a taxa de aprovação volta a crescer, ficando agora com 85,4% de aprovação.

E por fim em 2020, a taxa de aprovação do ensino médio foi a maior de todo o período analisado com 99,4% dos alunos sendo aprovados.

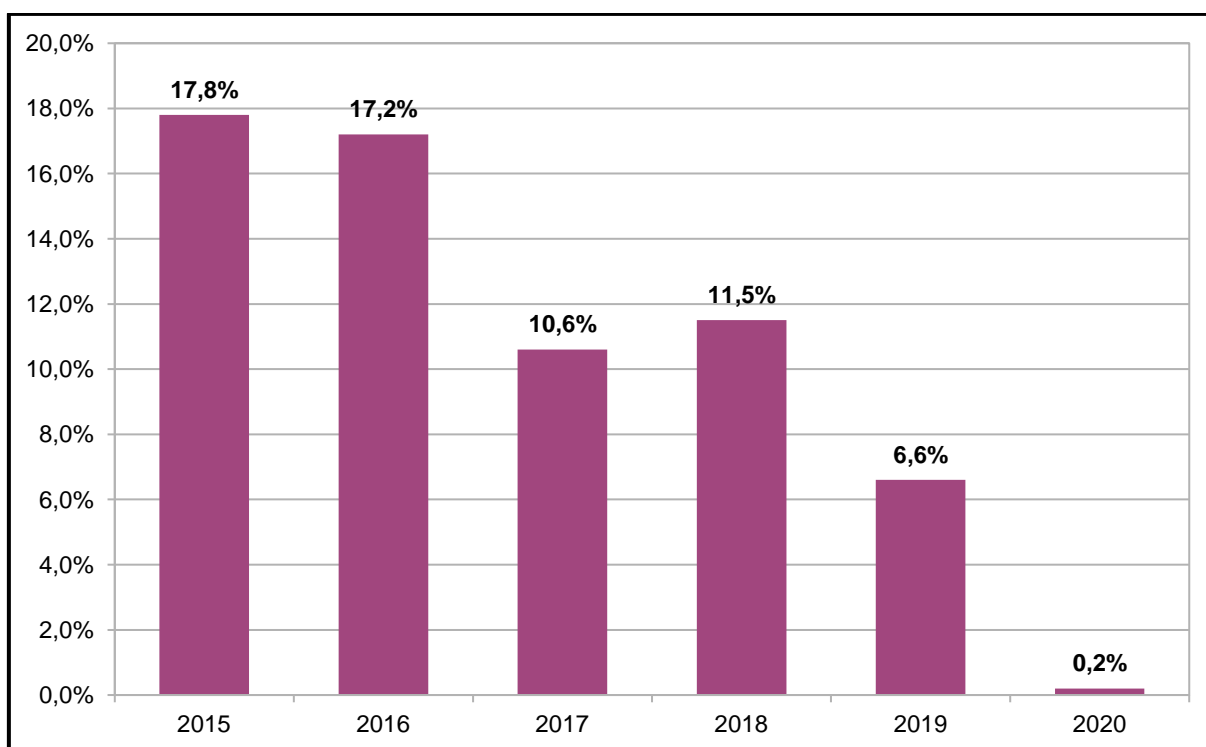
5.12 TAXA DE REPROVAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL EM ALAGOAS

As escolas públicas alagoanas durante os anos de 2015 a 2020 apresentaram uma queda na taxa de reprovações. Os gráficos abaixo mostram as informações referentes a esse indicador referente aos anos iniciais e finais do ensino fundamental

Gráfico 24 – Taxa de reprovação dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental de Alagoas.

Fonte: Elaboração própria com base no Censo Escolar 2015-2020/INEP| Qedu.org.br.

De acordo com as informações do Censo Escolar o gráfico 24 mostra que em 2015 a taxa de reprovação dos alunos do ensino fundamental que estavam matriculados nas escolas públicas de Alagoas era de 10% nos anos iniciais. Essa taxa ano seguinte aumentou para 10,3% de alunos reprovados. Em 2017 há uma queda significativa, com o percentual de reprovações passando a ser de 6,7%. No ano de 2018 os anos iniciais permanecem com a mesma taxa de reprovação que foi observada no ano anterior. Em 2019 ela volta a cair, passando a ser de 3,7%. No ano de 2020 é onde é observado menor percentual de reprovações de todo período, sendo de 0,1%.

Gráfico 25 – Taxa de reprovação dos alunos dos anos finais do ensino fundamental de Alagoas.

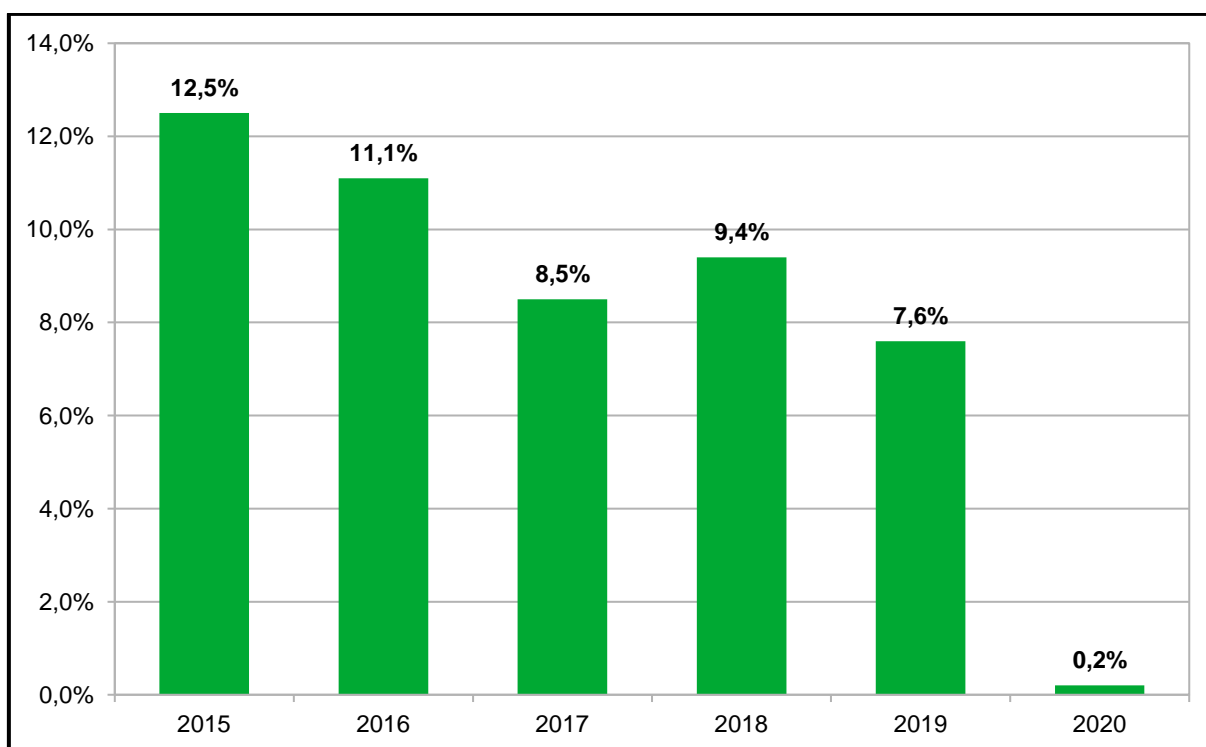
Fonte: Elaboração própria com base no Censo Escolar 2015-2020/INEP| QEdU.org.br.

Nos anos finais do ensino fundamental era onde se encontrava a situação mais preocupante, o gráfico 25 mostra que em 2015 a taxa de reprovação foi 17,8%. Em 2016 ela teve uma leve queda, foram 17,2% dos alunos que foram reprovados.

No ano seguinte a taxa apresentou a primeira queda no período, o percentual de reprovações foi de 10,6%. Em 2018 ela volta a crescer, apresentando um percentual de 11,5%. No ano de 2019 há novamente uma queda, a taxa de reprovação passa a ser de 6,6%. E por último em 2020 a taxa de reprovação dos anos finais é a menor de todo o período analisado, o percentual de reprovação de 0,2%.

5.13 TAXA DE REPROVAÇÃO ENSINO MÉDIO EM ALAGOAS

Com relação aos alunos que cursaram o ensino médio durante o período de 2015 a 2020 houve uma queda no percentual de alunos reprovados durante essa etapa da educação básica. O gráfico 26 mostra que houve uma queda no percentual de reprovações

Gráfico 26 – Taxa de reprovação dos alunos do ensino médio de Alagoas.

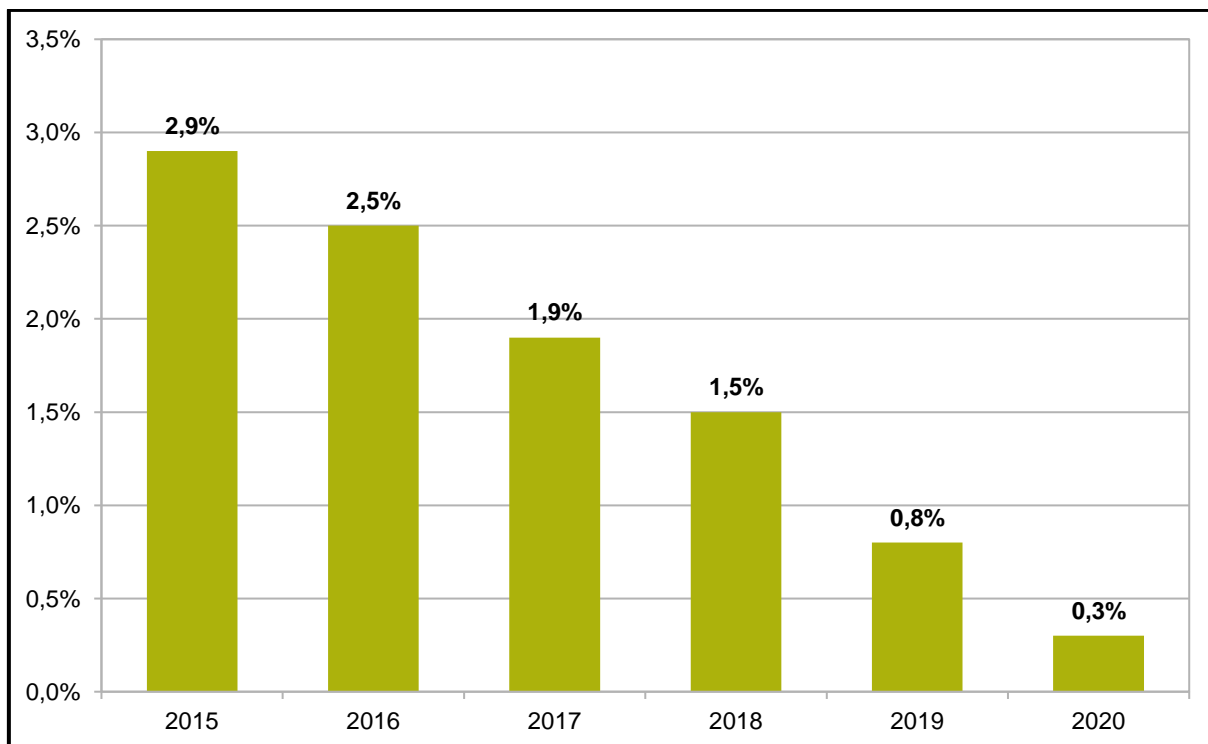
Fonte: Elaboração própria com base no Censo Escolar 2015-2020/INEP| QEdU.org.br.

Segundo as informações do Censo Escolar, em 2015 a taxa de reprovação dos alunos do ensino médio de Alagoas era de 12,5%. A partir de 2016 esse percentual passa a apresentar uma trajetória de queda, passando para uma taxa de reprovação de 11,1%. Em 2017 há uma queda bastante significativa, com 8,5% dos alunos que foram reprovados.

Já em 2018 a taxa voltou novamente a crescer passando para 9,4%. Em 2019 há uma nova queda, desta vez a taxa de reprovação foi de 7,7%. E por último, em 2020 houve o menor percentual de reprovação com 0,2% de alunos reprovados.

5.14 TAXA DE ABANDONO ENSINO FUNDAMENTAL EM ALAGOAS

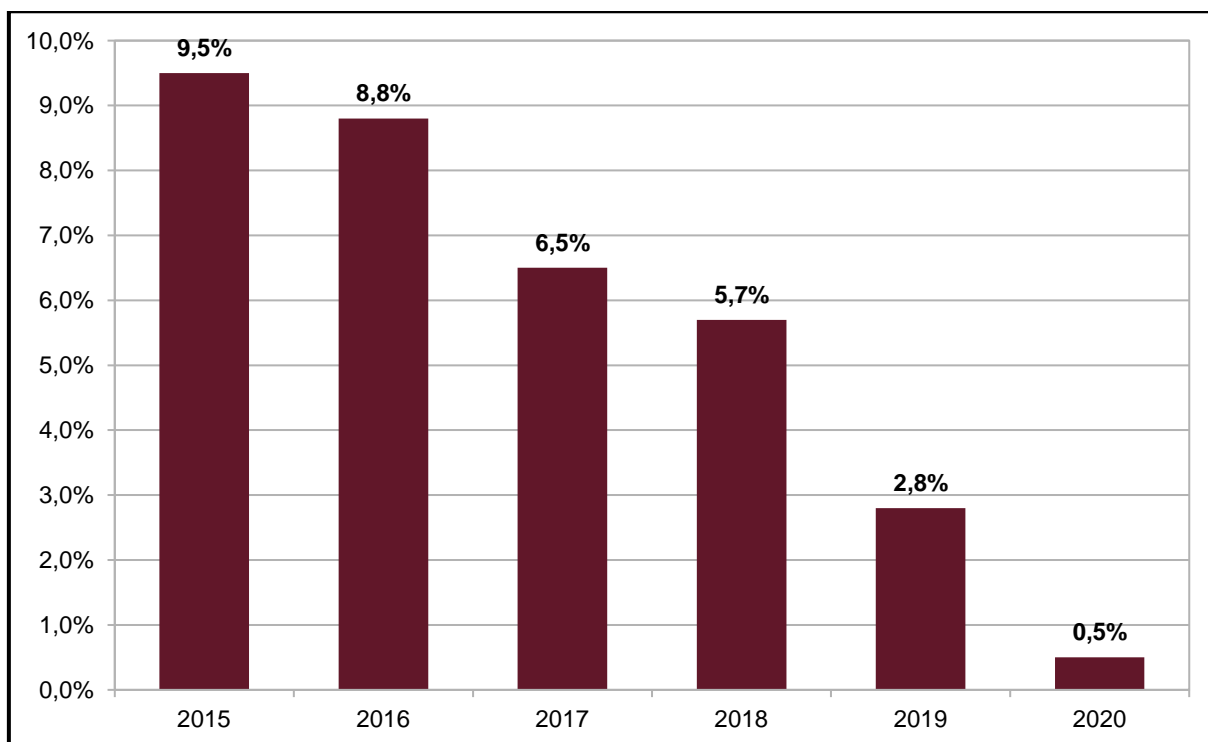
Nos anos analisados é evidente que em Alagoas há uma queda na taxa de abandono dos estudantes matriculados no ensino fundamental da rede pública. Os gráficos a seguir mostram os percentuais da taxa de abandono dos anos iniciais e finais do ensino fundamental

Gráfico 27 – Taxa de abandono dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental de Alagoas.

Fonte: Elaboração própria com base no Censo Escolar 2015-2020/INEP| QEdú.org.br.

De acordo com os dados do Censo Escolar, o gráfico 27 mostra que em 2015 o percentual de abandono dos anos iniciais foi de 2,9%. No ano de 2016 a taxa reduziu indo para 2,5%. Em 2017 a taxa de abandono permanece em queda, dessa vez reduzindo para 1,9%. No ano seguinte ocorreu mais uma queda no percentual de abandonos, a taxa foi 1,5%. Em 2019 há queda significativa dessa taxa, apresentando um percentual de 0,8%. Por fim, em 2020 há a menor taxa de abandono de todo o período analisado. Os anos iniciais apresentaram uma taxa de abandono de 0,3%.

Gráfico 28 – Taxa de abandono dos alunos dos anos finais do ensino fundamental de Alagoas.



Fonte: Elaboração própria com base no Censo Escolar 2015-2020/INEP| QEdU.org.br.

O gráfico 28 mostra que 2015 os anos finais era onde havia a maior taxa de abandono com 9,5% dos alunos que abandonaram a escola. No ano seguinte houve uma redução no percentual de abandonos, ficando com 8,8%.

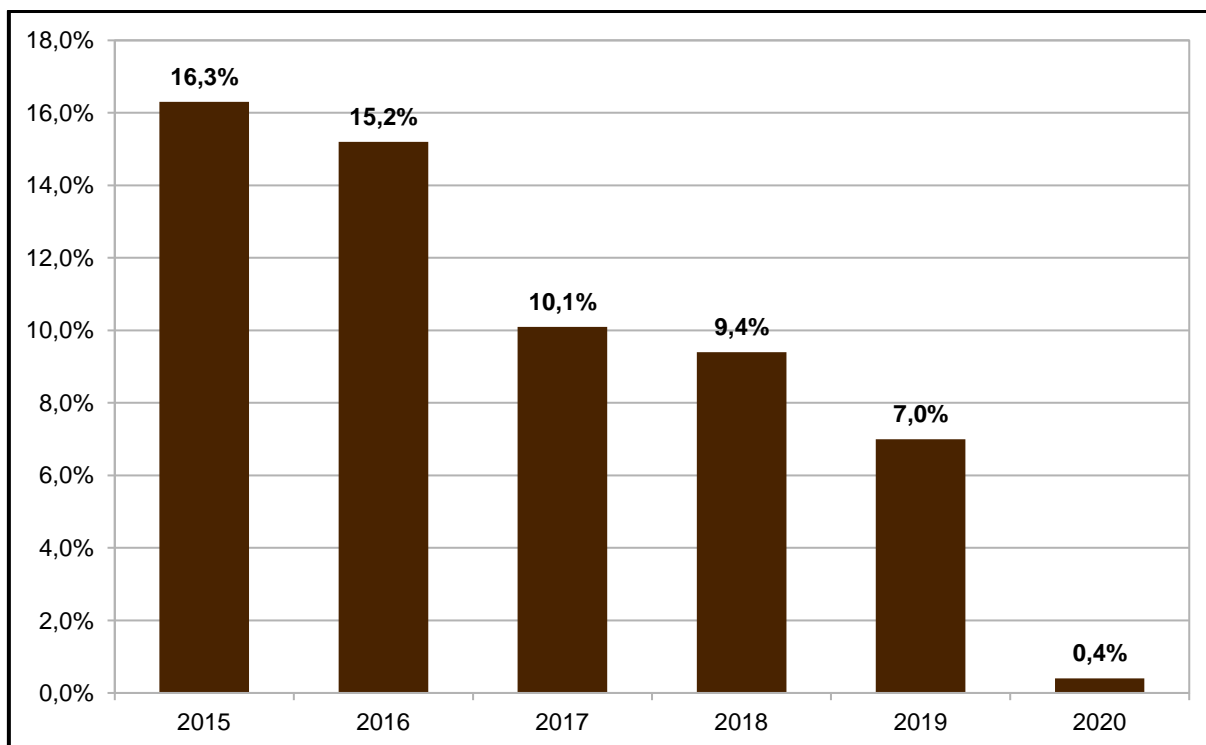
Em 2017 assim como ano anterior há uma redução no percentual de abandonos passando para 6,5%. Em 2018 ela passou para 5,7%. No ano de 2019 a taxa percentual de alunos que abandonavam a escola foi de 2,8%. E por último em 2020 essa taxa foi de 0,5%, a menor de todo o período.

5.15 TAXA DE ABANDONO ENSINO MÉDIO EM ALAGOAS

No ensino médio da rede pública de Alagoas é onde há as taxas de evasão mais altas entre as demais etapas da educação básica. O gráfico 29 mostra que durante o

período analisado houve uma queda da taxa de abandono escolar do ensino médio no período de 2015 a 2020.

Gráfico 29 – Taxa de abandono dos alunos do ensino médio de Alagoas.



Fonte: Elaboração própria com base no Censo Escolar 2015-2020/INEP| QEdu.org.br.

Conforme os dados do Censo Escolar, em 2015 a taxa de abandono era de 16,3%. No ano de 2016 ocorreu a primeira queda da taxa de abandono no período analisado passando a ter um percentual de 15,2%. Em 2017 essa taxa cai para 10,1%, uma queda significativa.

No ano seguinte a taxa passa para 9,4%. Em 2019 a taxa de abandono é de 7%, a menor até então. Por fim, em 2020 a taxa de abandono dos alunos do ensino médio da rede pública alagoana foi de 0,4%, a menor taxa de toda história da educação no Estado.

5.16 TAXAS DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

A taxa de distorção idade-série é um indicador educacional que mostra o percentual de alunos que estão com a idade acima da qual era esperado que estivessem

matriculados. No Brasil o aluno deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental com a idade de 6 anos e no 9º ano concluir essa etapa de ensino com 14 anos de idade. No ensino médio ele precisará ingressar no 1º ano com 15 anos de idade e concluir essa etapa com 17 anos.

Quando o aluno reprova ou abandona a escola por dois anos ou mais durante sua trajetória escolar, a consequência é que ele repita a mesma série. Mesmo que posteriormente venha a dar continuidade nos seus estudos, esse aluno estará com uma defasagem em relação a idade adequada para cada ano de estudo. Portanto o estudante será então incluído na situação de distorção idade-série (Dicionário de Indicadores Educacionais, INEP, 2004).

A Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) é a responsável por calcular essa taxa com os dados obtidos do censo escolar, que obtém a informação sobre a idade através do ano de nascimento do aluno. A metodologia adotada para o cálculo deste indicador leva em consideração o Censo Escolar do ano t e a série k , da etapa de ensino, cuja idade adequada é de i anos, dessa forma o indicador é expresso pelo quociente entre o número de alunos que no ano t , completam $i + 2$ anos ou mais (nascimento antes de $t-[i+1]$) e a matrícula total da série k .

Conforme a justificativa apresentada no Dicionário de Indicadores Educacionais do Inep, esse critério adotado é porque os alunos que nasceram em $t-[i+1]$, completam $i + 1$ anos no ano t e com isso em algum momento deste ano (1º de janeiro a 31 de dezembro) ainda estavam com i anos e por conta disso o critério adotado considera estes alunos como estando com a idade adequada para determinada série. Os que nasceram depois de $t - [i+1]$ completam no ano t , i anos ou menos.

O cálculo é expresso a seguir:

$$TDISK, s = \frac{Mks i_{sup}}{Mks} \times 100$$

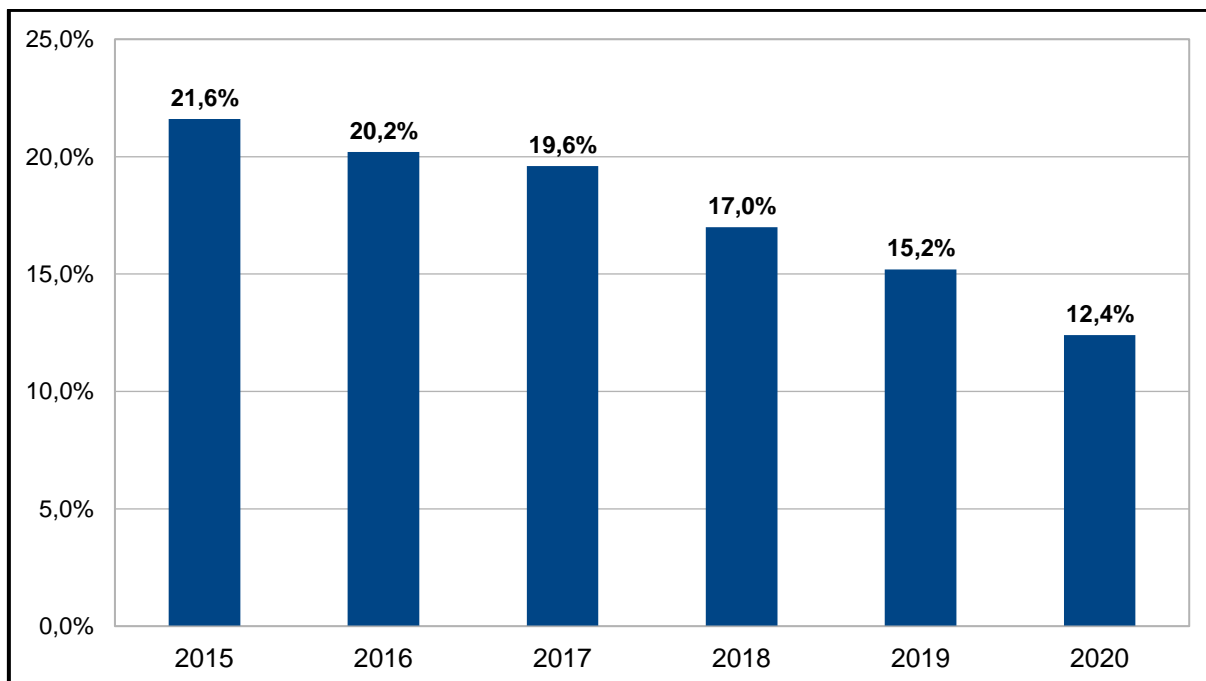
Onde, M_{ksi_sup} é número de matrículas na idade i_sup acima da que é recomendada para o nível de ensino k na série ou grupo de séries s ; M_{ks} é o número total de matrículas no nível de ensino k na série ou grupo de séries s ; i_sup é a idade superior à recomendada para a série frequentada s no nível de ensino k ; k corresponde ao ensino fundamental e ensino médio e s diz respeito ao ensino fundamental (série, 1º a 5º, 6º a 9º, total) e o ensino médio (série, total).

Nessa parte do trabalho serão apresentadas as taxas de distorção idade-série do ensino fundamental e médio dos estudantes das escolas públicas de Alagoas durante os anos de 2015 a 2020.

5.17 TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE ENSINO FUNDAMENTAL EM ALAGOAS

Durante o período analisado houve uma redução no número de alunos do ensino fundamental das escolas públicas de Alagoas que estavam cursando séries inadequadas a que eles deveriam estar de acordo com sua faixa etária. Os dados nos gráficos a seguir mostram essa evolução ocorrida nos anos de 2015 a 2020

Gráfico 30 – Taxa de distorção idade-série dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental de Alagoas.

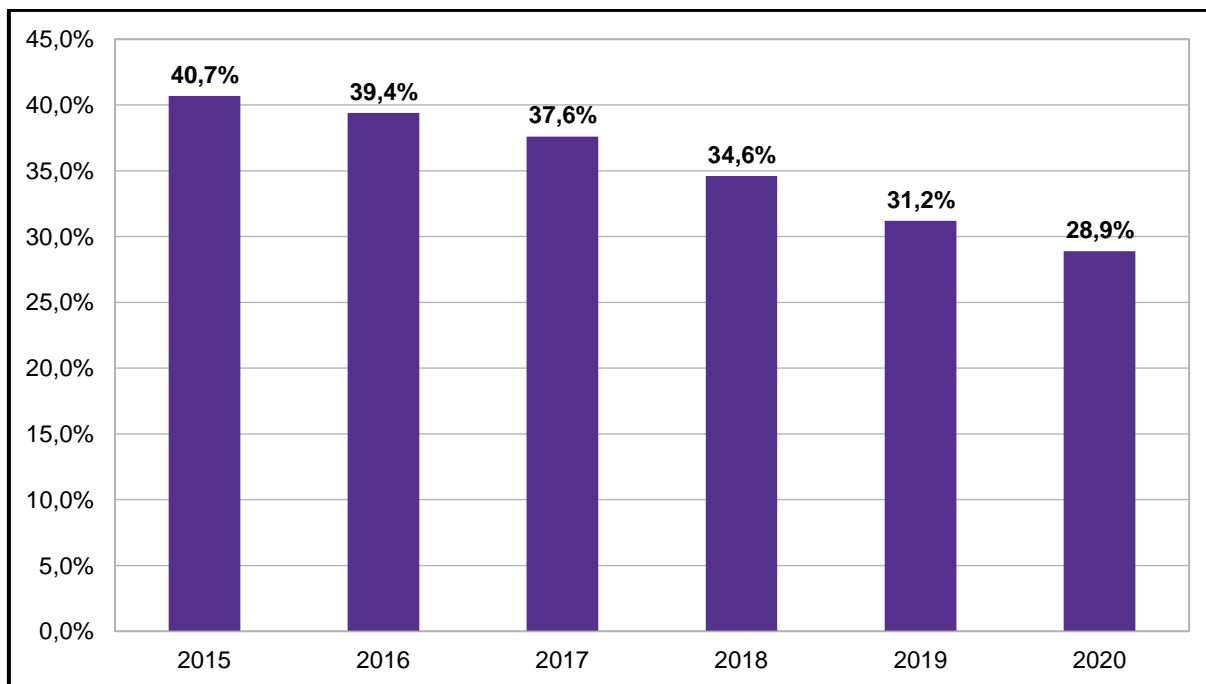


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Observatório do Plano Nacional de Educação.

O gráfico 30 mostra com base nos dados do Censo Escolar de 2015 que 21,6% dos alunos que cursavam os anos iniciais do ensino fundamental apresentavam um atraso escolar de dois anos ou mais. Em 2016 houve uma redução desse indicador em relação ao ano anterior, os anos iniciais reduziram para 20,2%.

No ano seguinte há mais uma redução, dessa vez a taxa passou para 19,6%. Passando para 2018 ela reduziu para 17%. Em 2019 foi de 15,2% e em 2020 apresentou a menor taxa de distorção idade-série de todo período analisado, ficando com 12,4% dos alunos matriculados na situação de atraso escolar.

Gráfico 31 – Taxa de distorção idade-série dos alunos dos anos finais do ensino fundamental de Alagoas.



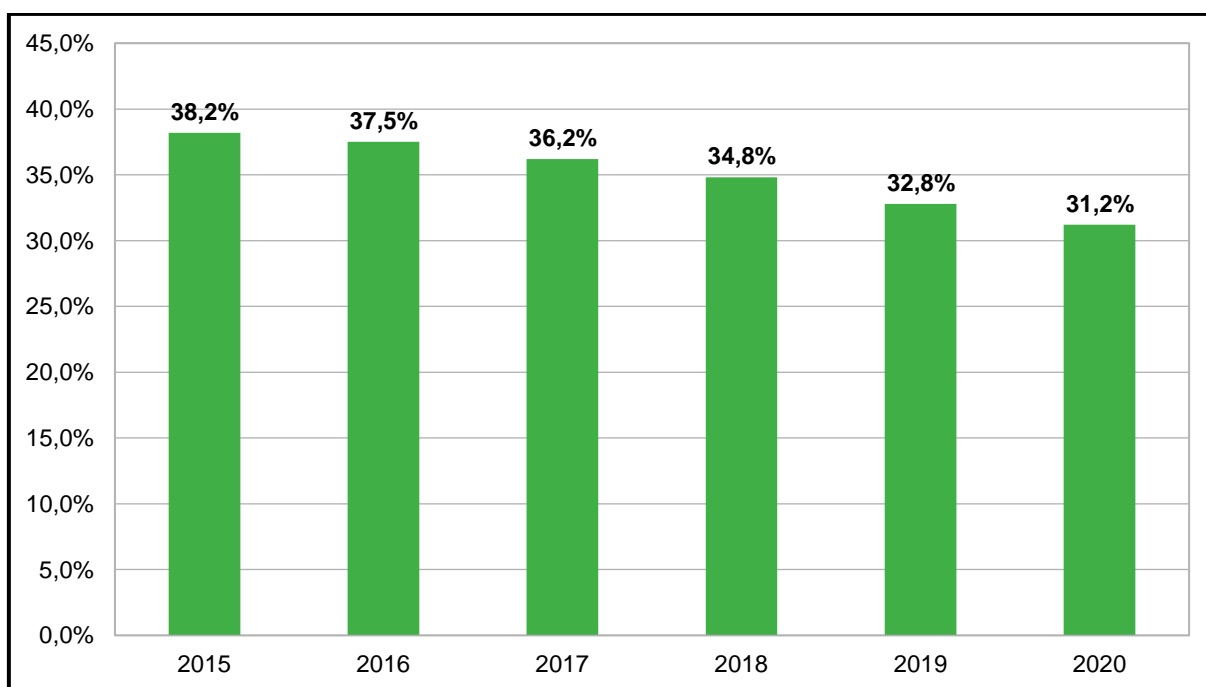
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Observatório do Plano Nacional de Educação.

No gráfico 31 é possível observar que os anos finais do ensino fundamental, era onde havia os maiores percentuais de alunos em situação de atraso escolar de toda educação básica do Estado, os dados do Censo Escolar de 2015 mostravam que 40,7% dos estudantes estavam nessa situação.

No decorrer dos anos o percentual foi diminuindo, em 2016 era de 39,4%, no ano seguinte passou para 37,6%, em 2018 era de 34,6, no ano de 2019 foi de 31,2% e por fim em 2020 esse percentual foi o menor de todo período analisado, apresentando uma taxa de distorção idade-série de 28,9%.

5.18 TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE ENSINO MÉDIO EM ALAGOAS

As taxas de distorção idade-série do ensino médio da rede pública alagoana são umas das mais altas de toda educação básica. Durante os anos de 2015 a 2020 ela foi substancialmente reduzindo de acordo com o que mostra o gráfico 32

Gráfico 32 – Taxa de distorção idade-série dos alunos do ensino médio de Alagoas.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Observatório do Plano Nacional de Educação.

De acordo com os dados do Censo Escolar, em 2015 essa taxa era de 38,2%. No ano de 2016 é possível observar uma trajetória de queda desse indicador, com um percentual de 37,5% dos alunos matriculados nessa condição. Em 2017 ela passou para 36,2%.

No ano seguinte mais uma redução agora o percentual foi de 34,8%. Em 2019 essa taxa manteve a trajetória de redução passando a ser de 32,8%. Finalmente, em 2020, a taxa foi de 31,2% dos alunos matriculados que estavam em situação de atraso escolar.

6. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Criado em 2007 pelo INEP, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador que é responsável por medir a qualidade da educação básica brasileira através do desempenho dos estudantes das escolas públicas na Prova Brasil ou por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Ministério da Educação, 2021).

São avaliados os alunos que estão nas etapas finais do 5º e 9º ano do ensino fundamental e os do 3º ano do ensino médio, como também são verificados os índices de rendimento escolar e as taxas de aprovação. É utilizada uma escala de 0 a 10, que mede a proficiência dos estudantes nas disciplinas em que eles serão avaliados.

O objetivo é que o Brasil possa alcançar a média 6,0 que é o patamar educacional, considerado ideal, onde os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Suécia se encontram.

Uma das formas de medir o desempenho dos estudantes é a Prova Brasil, uma avaliação que tem como objetivo monitorar a qualidade do ensino das escolas estaduais, municipais e federais. Os alunos que estão matriculados no 5º ano do ensino fundamental e os do 9º ano dessa etapa realizam essa avaliação.

Por questões de logística e de custos, apenas algumas escolas são selecionadas para determinada edição desta prova. Os resultados são disponibilizados por escola e Estado, não sendo possível verificar o desempenho individual de cada estudante.

Nela os alunos são avaliados em duas disciplinas: Língua Portuguesa e Matemática. Os resultados são apresentados em pontos da escala do Saeb, onde é verificado se o aluno demonstra domínio adequado nas disciplinas avaliadas.

São quatro níveis de escala de proficiência: Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado. Os alunos considerados com aprendizado adequado são aqueles que estão nos níveis proficiente ou avançado.

Ela ainda permite verificar o percentual de alunos que conseguiram desenvolver as habilidades e competências necessárias para cada ano, quantos deles ainda estão desenvolvendo, quantos estão abaixo do nível ideal e os que estão mais avançados para cada série.

O cálculo do IDEB é feito a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar que é realizado anualmente e as médias de desempenho nas avaliações do INEP, da Prova Brasil e o Saeb.

O IDEB é o resultado do produto entre o desempenho e o rendimento escolar, ou o inverso do tempo médio de conclusão de uma determinada série (Nota Técnica IDEB, 2011)

O cálculo desse indicador é descrito a seguir:

$$IDEB_{ji} = N_{ji}P_{ji}; \quad 0 \leq N_j \leq 10; 0 \leq P_j \leq 1 \text{ e } 0 \leq IDEB_j \leq 10$$

Onde, i é o ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar; N_{ji} é a média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador que se situa entre 0 e 10, dos alunos matriculados na unidade escolar j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final de cada etapa de ensino e P_{ji} é o indicador de rendimento escolar baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j .

Neste trabalho serão apresentados os resultados referentes ao IDEB dos anos 2015, 2017 e 2019 do ensino fundamental e médio das escolas públicas de Alagoas. Destaca-se que as informações a respeito de 2020 até o momento não foram disponibilizadas.

6.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ALAGOAS

Alagoas apresenta os menores índices de desenvolvimento da educação básica da rede pública brasileira, ficando durante anos nas últimas posições em comparação aos demais Estados. A tabela 10 apresenta o que foi previsto para cada ano e o que de fato se realizou

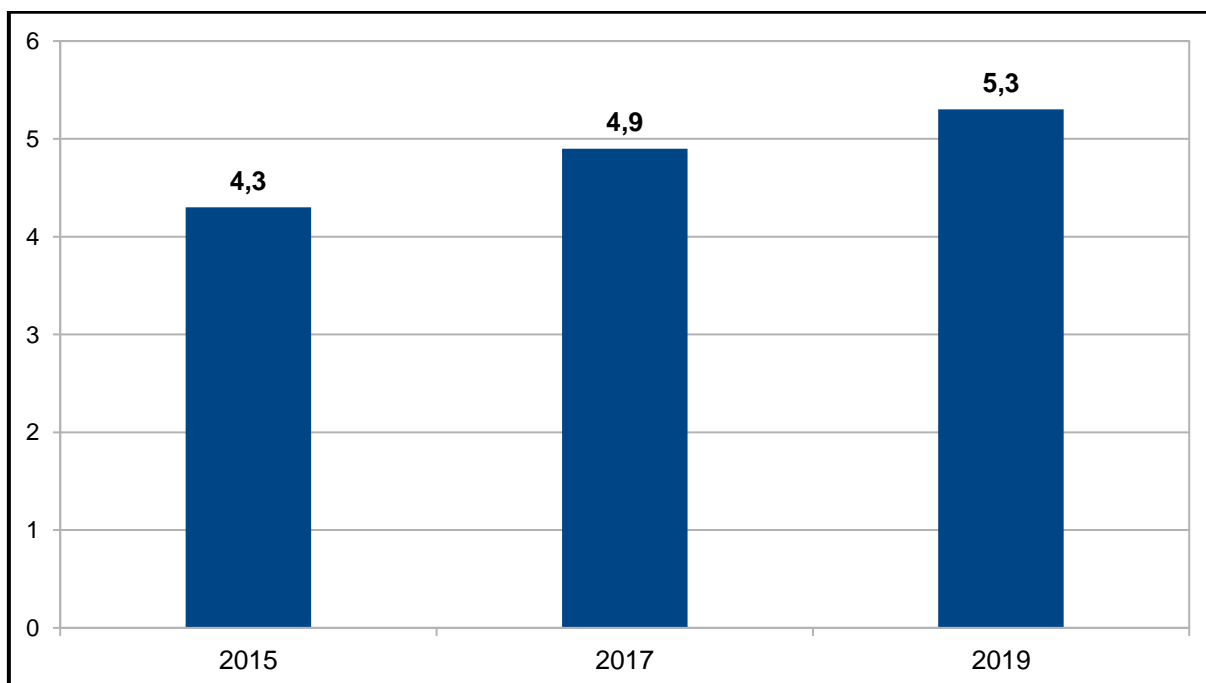
Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica previsto e realizado em Alagoas (2015-2019).

Etapas	2015		2017		2019	
	Meta	Realizado	Meta	Realizado	Meta	Realizado
Anos Iniciais	3,7	4,3	4,0	4,9	4,3	5,3
Anos Finais	3,5	3,2	3,8	3,9	4,1	4,5
Ensino Médio	3,7	2,8	4,1	3,3	4,4	3,6

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do Inep/MEC.

A etapa que mais apresentou evolução foram os anos iniciais do ensino fundamental que conseguiu em todos os anos aumentar a nota do IDEB além do que foi dado como meta. Os anos finais apesar de inicialmente ficarem abaixo da meta esperada nos anos seguintes conseguiu melhorar no decorrer dos anos. O ensino médio tem a situação mais preocupante, nos três anos analisados não conseguindo atingir a meta.

Gráfico 33– IDEB dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental de Alagoas.

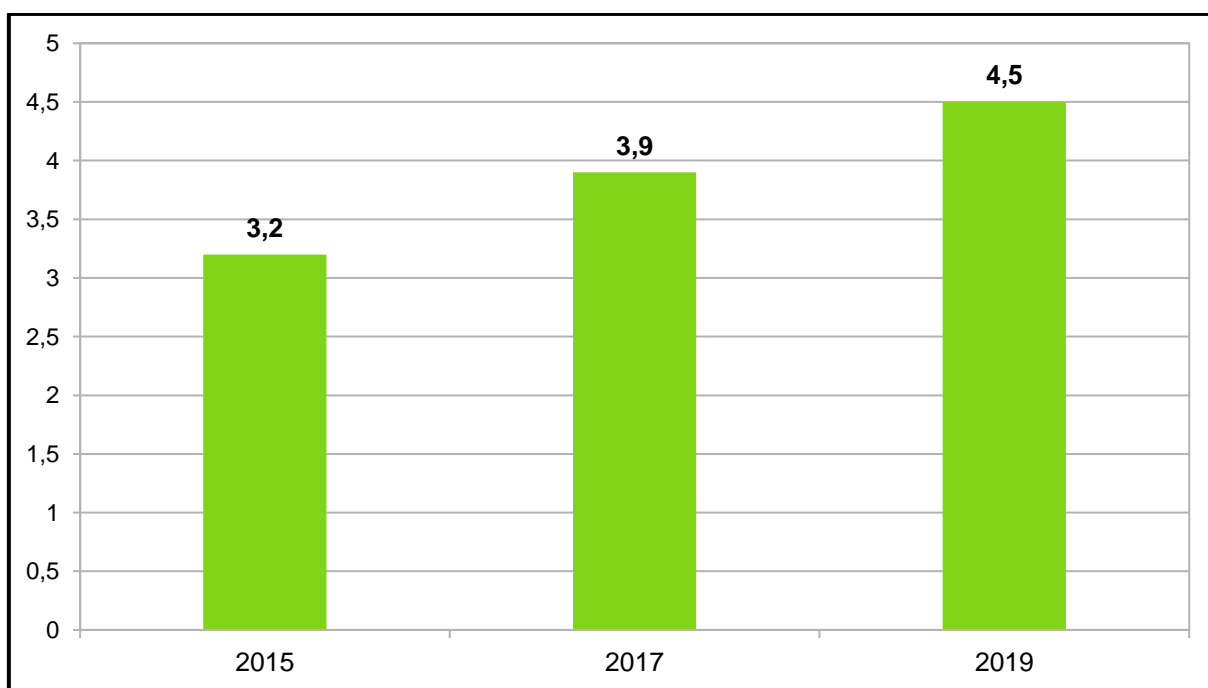


Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos no QEdú.org.br. Dados do Ideb/Inep (2015-2019).

O gráfico 33 mostra que em 2015 o IDEB dos anos iniciais do estado era de 4,3. No ano de 2017 Alagoas atinge uma nota de 4,9. No último IDEB que foi realizado em 2019 o Estado alcança a nota 5,3 a maior desde que esse indicador começou a ser utilizado. Nos três anos o estado conseguiu atingir as metas propostas, mostrando assim uma evolução expressiva.

Nos anos finais do ensino fundamental, Alagoas tem as notas mais baixas entre os demais estados da federação. Na região nordeste também está entre os últimos colocados nesse indicador. Contudo a partir de 2017 há uma melhora conforme pode-se observar no gráfico a seguir

Gráfico 34 – IDEB dos alunos dos anos finais do ensino fundamental de Alagoas.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos no QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2015-2019).

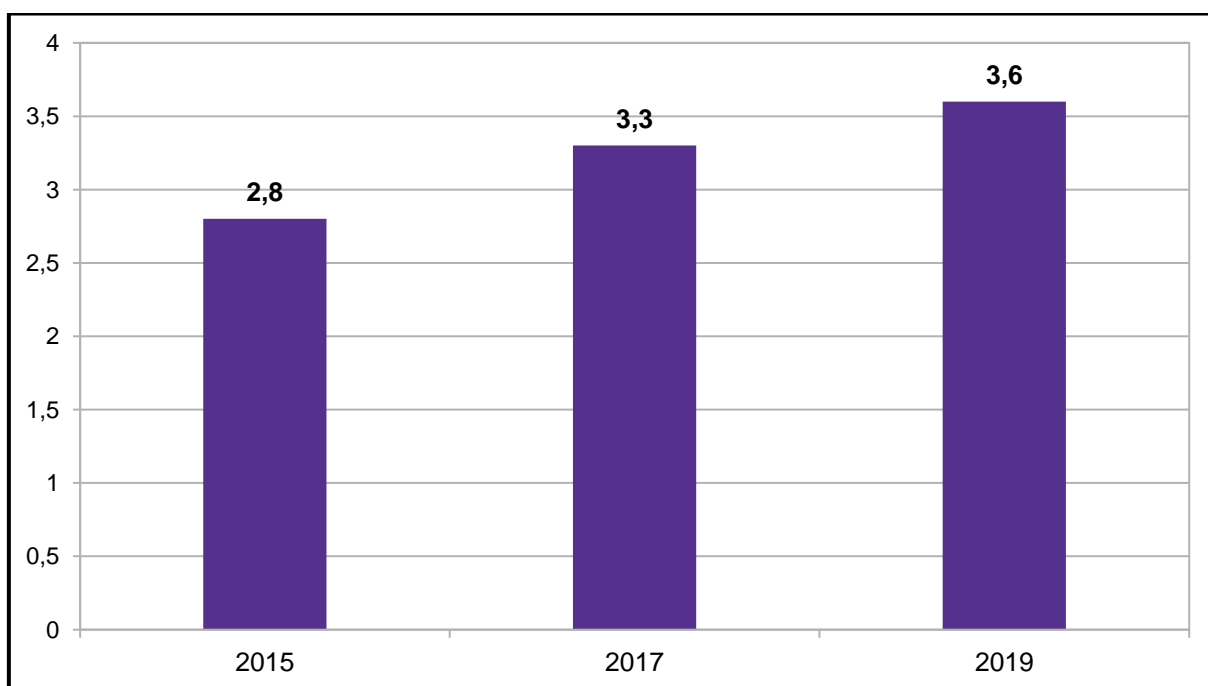
O gráfico 34 mostra que no ano de 2015 a nota do IDEB dos anos finais de Alagoas era 3,2. No IDEB de 2017 há uma melhora atingindo uma nota de 3,9. Por fim no IDEB

de 2019 mais uma melhora bastante significativa deste indicador com Alagoas atingindo a nota de 4,5.

É notável que o Estado conseguiu evoluir nos anos finais do ensino fundamental a partir do ano de 2017 onde as metas propostas para esse indicador foram atingidas demonstrando uma melhora na qualidade de ensino nessa etapa escolar.

Com relação ao ensino médio, o Estado apresenta um dos piores índices nessa etapa de ensino. Os Estados da região Nordeste estão em situação crítica com relação a esse indicador, colocando a região em último lugar entre as demais regiões brasileiras. O gráfico 35 mostra a evolução do IDEB dessa etapa no Estado de 2015 a 2019

Gráfico 35 – IDEB dos alunos do ensino médio de Alagoas.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos no Mec/Inep (2015-2019).

É possível observar em 2015 o IDEB era de 2,8, a menor nota entre as demais etapas da educação básica no Estado. Em 2017 é possível observar uma melhora desse indicador em Alagoas, com uma nota de 3,3, ainda baixa em relação a outras etapas.

No ano de 2019 o estado obteve o melhor desempenho de toda a sua série histórica até o momento obtendo uma nota de 3,6.

Diferentemente das outras etapas de ensino, o Estado não conseguiu alcançar as metas que foram propostas para o ensino médio nos três anos analisados, mesmo evoluindo, ainda assim é possível observar que há muito o que melhorar para que a qualidade do ensino nessa etapa escolar venha a ser realmente satisfatória, proporcionando um melhor desempenho dos estudantes.

7. CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM ALAGOAS

O Censo da Educação Superior é realizado anualmente pelo Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), se trata da pesquisa mais importante sobre as instituições de ensino superior. Os dados são obtidos por intermédio dos registros do Sistema e-MEC. As informações coletadas dizem respeito a estrutura das instituições, a quantidade de vagas oferecidas, matrículas etc. (INEP, 2021).

Essa parte do trabalho irá tratar das informações sobre o ensino superior público em Alagoas nos anos de 2015 a 2019, isso é devido ao fato de que a divulgação dos dados do censo 2020 foi adiada para 2022 (Agência Brasil, 2021). O foco maior será nas instituições mantidas pelo governo estadual.

7.1 NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ALAGOAS

De acordo com as informações do último Censo da Educação Superior realizado em 2019, o Estado de Alagoas tinha 31 instituições de Ensino Superior. Sendo esse número dividido entre universidades, centros universitários, faculdades e institutos federais.

A tabela 10 mostra a distribuição de acordo com a categoria administrativa e a quantidade de instituições de ensino superior de Alagoas.

Tabela 11 – Número de instituições de ensino superior em Alagoas, por categoria administrativa (2019).

Categoria Administrativa	Quantidade de Instituições de Ensino Superior
Federal	2
Estadual	2
Privada	27
Total	31

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo da Educação Superior 2019/INEP.

Das 31 instituições, 4 (12,9%) delas são da rede pública e 27 (87,1%) são da rede privada. Sendo então 2 federais, 2 estaduais e 27 privadas.

7.2 MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR EM ALAGOAS

Nos últimos anos o número de pessoas que estão ingressando na educação superior vem aumentando em Alagoas, conforme os dados do Censo da Educação Superior de 2019, havia 107.191 estudantes matriculados nas instituições de ensino superior em todo estado. A tabela 11 apresenta a evolução no número de matrículas de 2015 a 2019

Tabela 12 – Número de matrículas nas instituições de ensino superior em Alagoas, por categoria administrativa (2015-2019).

Categoria Administrativa	2015	2016	2017	2018	2019
Pública	37.741	34.402	33.379	39.661	36.198
Federal	29.106	25.738	26.216	32.180	28.868
Estadual	8.635	8.664	7.163	7.481	7.330
Privada	63.648	62.235	63.522	67.090	70.993
Total	101.389	96.637	96.901	106.751	107.191

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo da Educação Superior 2015-2019/INEP.

Em 2015 havia 101.389 alunos matriculados, desses 37.741 eram da rede pública e 63.648 da rede privada. As instituições federais detinham o maior número de estudantes da rede pública com 29.106 e as estaduais 8.635. Em 2016 o número de total de matrículas no ensino superior caiu, ficando agora com 96.637 matrículas.

As instituições públicas tiveram 3.339 matrículas a menos, ficando assim com 34.402. As federais nesse ano perderam 3.368 estudantes, tendo ficado com 25.738, enquanto as estaduais tiveram um aumento no número de matrículas foram 29 estudantes a mais matriculados passando então para 8.664. As instituições da rede privada também tiveram uma queda com 1.413 matrículas a menos em relação ao ano anterior, ficando com 62.235.

No ano seguinte ocorre mais um aumento no número total de matrículas passando agora para 96.901. As instituições da rede pública tiveram uma queda, passando de 34.402 em 2016 para 33.379 em 2017, uma queda de 1.023 matrículas, sendo menor do que a observada no ano anterior.

As federais tiveram aumento no número de matrículas passando de 25.738 em 2016 para 26.216 um aumento de 478 matrículas a mais. Com relação as da rede estadual houve uma queda, passando de 8.664 em 2016 para 7.163 em 2017 uma queda de 1.501 a maior do período analisado até então. As da rede privada após a queda observada no ano anterior apresentaram uma alta em 2017 passando para 63.522 matrículas, um aumento de 1.287 novas matrículas.

Em 2018 o número total de matrículas cresceu passando de 96.901 do ano anterior para 106.751. As instituições da rede pública têm um aumento no número de matrículas, passando de 33.379 em 2017 para 39.661 um crescimento de 6.282 a maior do período analisado. As federais passaram de 26.216 para 32.180 novas matrículas um aumento de 5.964.

Com relação as da rede estadual o aumento mesmo menor que o observado nas federais, foi de 318 novas matrículas, passando de 7.163 em 2017 para 7.481 em 2018. As instituições da rede privada tiveram um aumento, passando de 63.522 para 67.090 um crescimento de 3.568 novas matrículas.

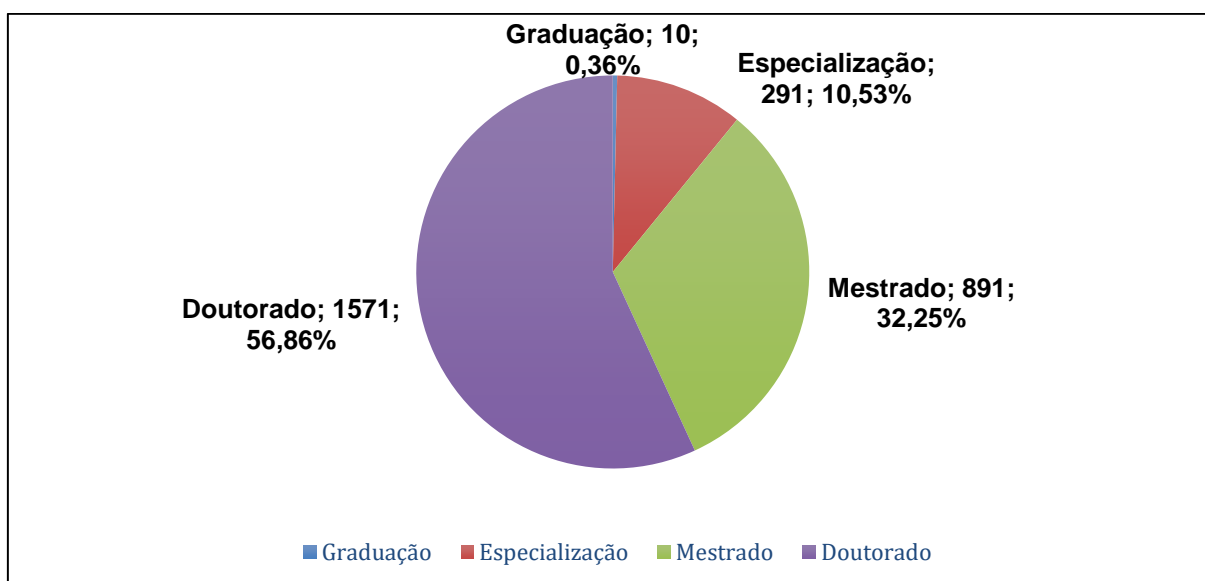
No ano de 2019 o número total de matrículas no ensino superior passa para 107.191, o maior de todo período analisado. As instituições da rede pública tiveram uma queda passando de 39.661 em 2018 para 36.198 em 2019, tendo assim, 3.463 matrículas a menos. As da rede federal tiveram uma queda indo de 32.180 para 28.868, ficando com 3.312 matrículas a menos que o ano anterior.

Nas da rede estadual houve também uma queda, passando de 7.481 em 2018 para 7.330 em 2019, ficando assim com 151 matrículas a menos. Já as instituições da rede privada têm um aumento, passando de 67.090 em 2018 para 70.993 em 2019, ficando assim com 3.903 matrículas a mais que no ano anterior.

7.3 NÚMERO DE DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR

Segundo os dados do Censo da Educação Superior de 2019 as instituições de ensino superior de Alagoas concentram um total de 5.130 professores, dos quais 2.763 estão na rede pública. O gráfico 36 mostra o grau de formação dos docentes que estão nas instituições públicas alagoanas

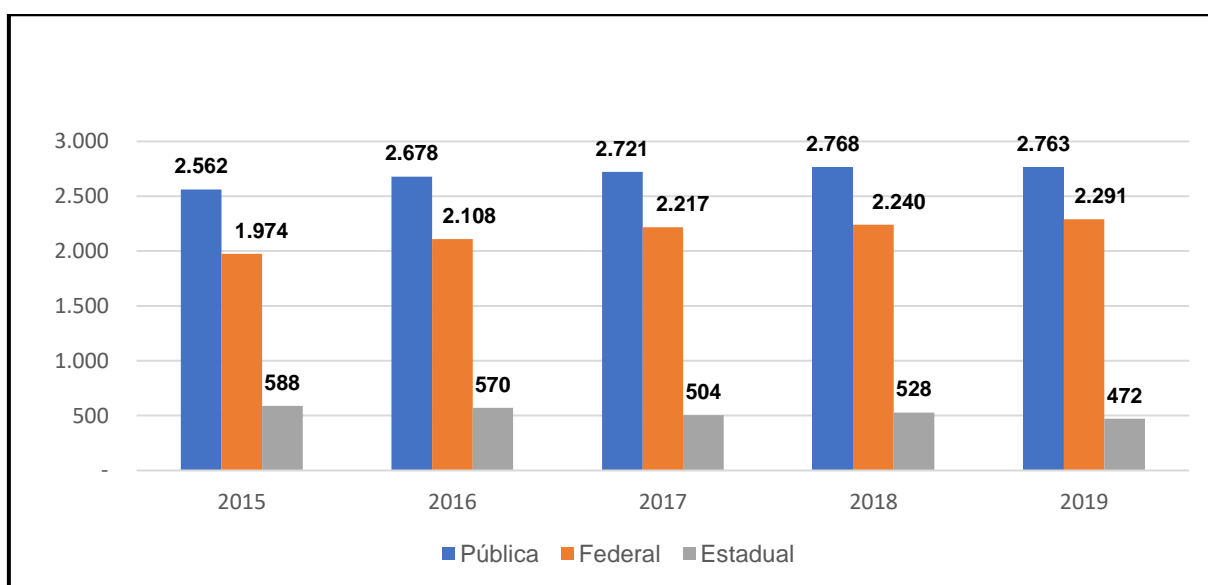
Gráfico 36 – Grau de formação dos docentes das instituições públicas de ensino superior de Alagoas.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo da Educação Superior 2019/INEP.

Conforme o gráfico 36 é possível observar que 10 possuem graduação (0,36%), 291 especialização (10,53%), 891 tem mestrado (32,25%) e 1.571 possuem doutorado (56,86%).

Gráfico 37 – Número de docentes das instituições de ensino superior públicas de Alagoas, por dependência administrativa.



Fonte: Elaboração própria com base no Censo da Educação Superior 2015-2019/INEP.

O gráfico 37 mostra que as instituições públicas de ensino superior de Alagoas tinham em 2015 um total de 2.562 professores na rede pública, as federais detinham o maior número de professores da rede pública, com 1.974 docentes, enquanto as estaduais possuíam 588 professores.

Em 2016 o número total de professores aumentou, em relação ao ano anterior passando a ter 2.678. As federais com 2.108 e as estaduais tiveram um decréscimo, agora ficando com 570 professores.

No ano seguinte houve um aumento no número total de professores da rede pública assim como no ano anterior passando para 2.721. As instituições federais assim como em 2016 tiveram um aumento, passaram a ter 2.217 professores. No caso das estaduais mais uma queda no total de professores, que tiveram 504 professores.

Em 2018 o total de professores voltou a subir, passando a ter 5.183, um aumento de 159 em relação ao ano anterior. As instituições da rede pública seguiram com o aumento no número de professores, passando a ter no total 2.768. A rede privada voltou a crescer após a queda do ano anterior, tiveram um total de 2.415 professores. As federais continuavam a deter o maior número de professores da rede pública, com 2.240. Após dois anos de queda, as estaduais voltaram a crescer, passando a ter no total 528 docentes.

Em 2019 o número total de professores teve uma queda, passando a ter 5.130 professores, um decréscimo de 53 docentes. A rede pública teve uma leve queda passando a ter no total 2.763 professores. Nas federais houve um aumento em relação ao ano anterior, passando a ter 2.291 professores. Na rede estadual após um ano de aumento houve uma queda significativa, passando a ter 472 no total. A rede privada também apresentou queda, ficando com 2.367 docentes no total.

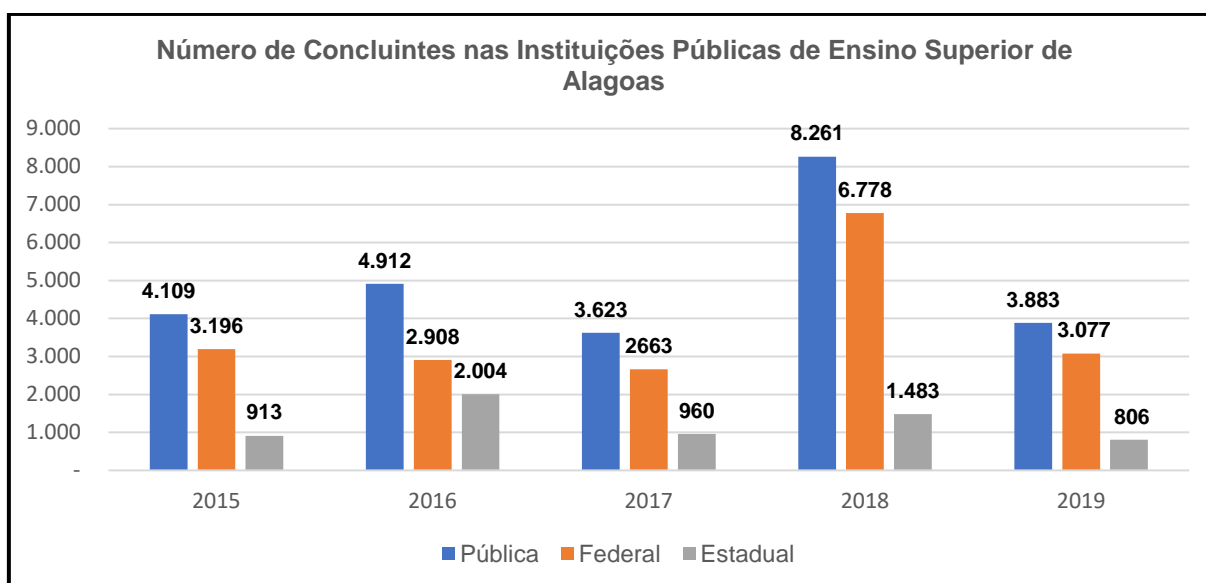
7.4 NÚMERO DE CONCLUINTES NO ENSINO SUPERIOR EM ALAGOAS

A tabela 12 mostra, com base nos dados dos Censos da Educação Superior realizados nos anos de 2015 a 2019, o número de estudantes que concluíram cursos de ensino superior em Alagoas

Tabela 13 – Número de alunos concluintes do ensino superior em Alagoas, por categoria administrativa (2015-2019).

Categoria Administrativa	2015	2016	2017	2018	2019
Pública	4.109	4.912	3.623	8.261	3.883
Federal	3.196	2.908	2.663	6.778	3.077
Estadual	913	2.004	960	1.483	806
Privada	9.600	8.586	8962	12.894	9.761
Total	13.709	13.498	12.585	21.155	13.644

Fonte: Elaboração própria com base no Censo da Educação Superior 2015-2019/INEP.

Gráfico 38 – Número de alunos concluintes das instituições públicas de ensino superior em Alagoas.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo da Educação Superior 2015-2019/INEP.

O gráfico 38 mostra que em 2015 o número de concluintes era de 13.709 alunos, desse total 4.109 (29,97%) eram da rede pública e os da rede privada foram 9.600 alunos (70,03%). Os estudantes das instituições federais corresponderam a maior parte dos concluintes com 3.196 (77,78%), enquanto os da rede estadual foram 913 (22,22%).

No ano seguinte ocorreu um decréscimo no número total de alunos concluintes, passando de 13.709 para 13.498 em 2016, uma queda de 1,54%. Desse total o número dos concluintes da rede pública teve um aumento, indo de 4.109 em 2015 para 4.912 no ano seguinte, um crescimento percentual de 16,35%. As federais tiveram uma queda no total de alunos concluintes, passando de 3.196 para 2.908, um decréscimo percentual de 9,90%.

Com relação a rede estadual houve um aumento significativo, indo de 913 para 2.004 concluintes, um crescimento percentual de 54,44%. Na rede privada houve uma queda passando de 9.600 para 8.586, um decréscimo percentual de 11,81%. Em 2017 houve mais uma vez queda no número total de concluintes, dessa vez passando de

13.498 para 12.585, um decréscimo percentual de 7,25%. A rede pública apresentou queda de 35,38%, indo de 4.912 para 3.623.

Nas federais houve uma queda percentual de 9,20%, passando de 2.908 em 2016 para 2.663 no ano seguinte. As estaduais após o crescimento do ano anterior tiveram uma queda bastante significativa de 108,75%, passando de 2.004 para 960 concluintes. Na rede privada houve um aumento passando de 8.586 para 8.962, um aumento percentual de 4,20%.

O ano de 2018 apresentou o maior número de concluintes de todo o período analisado, após sucessivas quedas a partir de 2015, o estado teve um total de 21.155 alunos concluintes, um aumento percentual de 62,10%, indo de 12.585 para 21.155. Os estudantes concluintes da rede federal foram 60,71% a mais que no ano anterior, passando de 2.663 para 6.778. Os da rede estadual tiveram um aumento percentual de 35,27%, indo de 960 para 1.483 concluintes. Os da rede privada passaram de 8.962 para 12.894, um aumento percentual de 30,49%.

Por fim em 2019, após o crescimento significativo do ano anterior, o número de concluintes mais uma vez caiu, o percentual de queda foi de 55,05%, passando de 21.155 do ano anterior para 13.644. A rede pública apresentou queda de 53%, indo de 8.261 para 3.883. Nas federais houve uma queda percentual de 54,60%, passando de 6.778 em 2018 para 3.077 no ano seguinte. As estaduais após o crescimento do ano anterior tiveram uma queda bastante significativa de 84%, passando de 1.483 para 806 concluintes. Na rede privada passou de 12.894 para 9.761, uma queda percentual de 32,10%.

8. CONCLUSÃO

Após a análise dos indicadores educacionais dos anos de 2015 a 2020 é possível notar que a educação em Alagoas conseguiu avançar em vários aspectos, muito disso foi devido ao maior aporte de investimentos durante esse período. O Plano Estadual de Educação foi de extrema importância, pois serviu como um direcionador por mostrar onde havia maior necessidade. Ele foi responsável por apontar quais aspectos da educação deveriam ser mais bem desenvolvidos. Além disso os diversos programas e projetos foram fundamentais para a concretização desses objetivos.

O investimento público por aluno da educação básica aumentou, nas modalidades de ensino, como a educação especial é possível observar que houve um esforço para que fosse feito um investimento maior. As receitas direcionadas a educação cresceram, com destaque para os repasses do FUNDEB ao Estado que possibilitou que isso ocorresse ao longo dos anos.

Com base nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNAD-C) ficou evidente que o percentual de alfabetização da população alagoana na faixa etária de 18 a 29 anos cresceu, ocasionando assim uma diminuição do analfabetismo no estado das pessoas dessa idade. Pode-se observar também que o número médio de anos de estudo cresceu, principalmente na população negra e parda, que durante muitos anos apresentavam uma média de anos de estudo menor que a população branca.

O Censo Escolar mostrou que durante o período de 2015 a 2020 as taxas de aprovação aumentaram, as de reprovação e abandono caíram. Assim como as taxas de distorção idade-série que foram diminuindo a cada ano. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) apontou uma evolução no ensino fundamental, tanto nos anos iniciais como nos anos finais que obtiveram resultados acima do que foi projetado.

Contudo, o Estado ainda apresenta alguns problemas como as altas taxas de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental e nas do ensino médio.

Durante os anos analisados o IDEB do ensino médio apresentou resultados abaixo do que foi esperado para essa importante etapa da educação básica. Com relação a educação superior as instituições estaduais tiveram seus investimentos reduzidos drasticamente no decorrer dos anos. Isso resultou em um baixo número de estudantes matriculados e de concluintes.

Portanto é evidente que mesmo a educação alagoana evoluindo no decorrer dos anos ainda há muito a ser feito. Para isso será importante aumentar o investimento público em educação nas etapas onde há maior necessidade. Isso será fundamental para que assim o Estado consiga assim melhorar o quadro de dificuldade que perdurou durante muitos anos.

9. REFERÊNCIAS

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. A população de Alagoas; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-populacao-alagoas.htm>. Acesso em: 04 de junho de 2021.

PIRÂMIDE Etária - Alagoas 2010. 2011. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?ano=2010&codigo=27&corhomem=88C2E6&cormulher=F9C189&wmaxbarra=180. Acesso em: 12 de agosto 2021.

O ESTADO de Alagoas. 2002. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000052.pdf>. Acesso em: 18 setembro 2021.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação. Plano Estadual de Educação 2015-2025. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/admin/documento/2015/06/PEE-2015.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

PINTO, J. M. de R.; ADRIÃO, T. Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil. EccoS – Revista Científica, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 23-46, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71580102.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020 [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/plano-nacional-de-educacao/relatorio-do-3o-ciclo-de-monitoramento-das-metas-do-plano-nacional-de-educacao-2020>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.

CONTROLADORIA Geral da União. Convênios e outros acordos, 2021; Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/convenios-e-outros-acordos>. Acesso em: 08 de setembro de 2021.

DICIONÁRIO de Indicadores Educacionais – Fórmulas de Cálculo, INEP/MEC, Brasília, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/dicionario-de-indicadores-educacionais-2013-formulas-de-calculo>. Acesso em: 13 de setembro de 2021.

APRENDIZADO Adequado na Idade Certa. Observatório Nacional do Plano Nacional de Educação (Todos pela Educação), 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso em: 28 de agosto de 2021.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. QEdu.org, 2021. Disponível em: <https://qedu.org.br/estado/102-alagoas/ideb>. Acesso em 02 de setembro de 2021.

Mátriculas e Infraestrutura. QEdu.org, 2021. Disponível em: https://qedu.org.br/estado/102-alagoas/censo-escolar?year=2020&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=. Acesso em: 09 de setembro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. Classificação e Execução Orçamentária. Portal da Transparência de Alagoas, 2021. Disponível em: http://transparencia.al.gov.br/orcamento/filtro-execucao-orcamentaria-consulta-avancada/?ano_in=2015&visualizar=ano&ug_in=510020&visualizar=descricao_ug&visualizar=pt_funcao_id_descricao_funcao&visualizar=sub_funcao_id_descricao_sub_funcao&visualizar=programa_id_programa_descricao&visualizar=projeto_atividade_id_projeto_descricao&visualizar=fonte_mae_id_descricao_fonte_mae&visualizar=fonte_id_descricao_fonte&visualizar=pi_descricao_subtitulo&visualizar=desc

ricao natureza2&visualizar=descricao natureza3&visualizar=descricao natureza5&visualizar=descricao natureza6&valor=total inicial&valor=total atualizado&valor=total empenhado&valor=total liquidado&valor=total pago&label ano in=2015&label ug in=SECRETARIA+DE+ESTADO+DA+EDUCACAO. Acesso em: 10 de setembro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. Consulta Avançada de Receitas. Portal da Transparência de Alagoas, 2021. Disponível em: http://transparencia.al.gov.br/receita/filtro-receita-consulta-avancada/?data_registro_dti=01%2F01%2F2015&data_registro_dtf=31%2F12%2F2020&visualizar=ano&ug_in=510020&ug_in=510556&ug_in=510516&visualizar=descricao_ug&valor=inicial&valor=realizado&label_ug_in=SECRETARIA+DE+ESTADO+DA+EDUCA%C3%87%C3%83O&label_ug_in=UNIVERS+ESTADUAL+DE+CIENCIAS+DA+SAUDE+DE+AL&label_ug_in=UNIVERSIDADE+ESTADUAL+DE+ALAGOAS. Acesso em 10 de setembro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. Despesa por Função. Portal da Transparência de Alagoas, 2021. Disponível em: http://transparencia.al.gov.br/despesa/despesas-por-funcao/12/?data_inicial=01/01/2021&data_final=31/12/2021. Acesso em: 10 de setembro de 2021.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica. Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2017. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>. Acesso em 28 de agosto de 2021.

BRASIL. Transferências a Estados e Municípios. Tesouro Nacional Transparente, 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios/#item-consultas>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

BRASIL. Salário-Educação. Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2017. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/financiamento/salario-educacao>. Acesso em: 25 de agosto de 2021.

BRASIL. Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar. Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2017. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/pnate/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-pnate>. Acesso em: 25 de agosto de 2021.

BRASIL. Proinfância. Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2017. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/programas/proinfancia>. Acesso em: 25 de agosto de 2021.

BRASIL. Plano de Ações Articuladas. Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2017. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/par/sobre-o-plano-ou-programa/preguntas-frequentes-2>. Acesso em: 26 de agosto de 2021.

BRASIL. Programa Dinheiro Direto na Escola. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde>. Acesso em: 26 de agosto de 2021.

BRASIL. Programa Banda Larga nas Escolas. Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/15914-perguntas-frequentes-sobre-o-programa-banda-larga-nas-escolas>. Acesso em: 26 de agosto de 2021.

BRASIL. Programa Nacional do Livro. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2021. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

BRASIL. Programa Brasil Carinhoso. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2021. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/brasil-carinhoso>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

BRASIL. Programa Caminho da Escola. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2021. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/formacao-pela-escola>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

BRASIL. Formação pela Escola. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2021. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/caminho-da-escola>. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

BRASIL. Censo da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

VERDÉLIO, Andreia. Inep altera cronograma do Censo da Educação Superior 2020. Agência Brasil, Brasília, 10 de agosto de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-08/inep-altera-cronograma-do-censo-da-educacao-superior-2020>. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. Secretaria de Educação de Alagoas. Conheça as 62 escolas estaduais de ensino integral. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/aviso/item/16761-conheca-as-62-escolas-estaduais-de-ensino-integral>. Acesso em: 17 set. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. Secretaria de Educação de Alagoas. Programas e Projetos. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/programas-e-projetos>. Acesso em: 10 set. 2021.

MARTINS, Ana Paula Antunes. Análise dos impactos das condições do transporte escolar rural no rendimento escolar dos alunos. 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8542>. Acesso em: 09 set. 2021.

CARDOSO, Ricardo Lopes et al. Pesquisa científica em contabilidade entre 1990 e 2003. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, p. 34-45, 2005. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213838/000728731.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 dez. 2021.